

ISSN 1414-6304

Revista

MÚLTIPLA

NÚMERO 30 – ANO XVI – JUNHO 2011

EDITORA

Mercedes G. Kothe

CONSELHO

Ana Luiza Setti Reckziegel

Alcides Costa Vaz

José Flávio Sombra Saraiva

Marcos Ferreira Costa Lima

Maria de Monserrat Llairó



Faculdades Integradas

Diretor-Presidente

Diretor Administrativo

Diretor Financeiro

Diretor de Ensino

Diretor de Pós-Graduação

Diretora de Avaliação

Vicente Nogueira Filho

José Rodolpho Montenegro Assenço

Ruy Montenegro

Benito Nino Bisio

José Ronaldo Montalvão Monte Santo

Andrezza Rodrigues Filizzola Bentes

A **Revista Múltipla** é uma publicação semestral das Faculdades Integradas da União Pioneira de Integração Social – UPIS.

SEP/Sul - EQ. 712/912 - Conjunto “A”

CEP 70390-125 - Brasília - DF

As informações e opiniões expressas nos artigos assinados são da inteira responsabilidade dos respectivos autores.

Revista Múltipla – Ano XVI - vol. 23 - nº 30, junho de 2011.

ISSN 1414-6304

Brasília, DF, Brasil

Publicação semestral

180 p.

1 - Ciências Sociais – Periódico

União Pioneira de Integração Social – UPIS

CDU

301(05)

Internet: <http://www.upis.br>

Revisão dos Originais

Ruy Davi de Góis e

Geraldo Ananias Pinheiro

Capa

Ton Vieira

Diagramação, editoração eletrônica e impressão

Gráfica e Editora Inconfidência Ltda.

SUMÁRIO

- 5** **Apresentação**
- ENSAIOS*
- 9** **Práticas mágicas no Brasil Colonial, um estudo etimológico**
Gustavo Rocha Santos
- 29** **Os fundamentos conceituais e políticos do ordenamento e desenvolvimento territorial da União Europeia**
Leandro César Signori
- 45** **A CPR Financeira em perspectiva**
Bernardo Celso de Rezende Gonzalez
- OPINIÃO*
- 67** **Efeitos econômicos e ambientais do turismo em Caldas Novas - GO**
Isabela Coutinho Machado
Magali Regina Michels Przybycien
- 93** **Migrações intrarregionais no estado do Paraná: avaliação da influência da concentração fundiária, rendimento e emprego**
Neio Lúcio Peres Gualda
Artur Henrique Maximino Santos
Francisca Lia Girão Santos
- 113** **Reaparelhamento da FAB e direção política à luz da estratégia nacional de defesa**
Álvaro Panazzolo Neto
- INFORMAÇÃO*
- 139** **Há um homem na multidão: individualismo no século XIX em Edgar Allan Poe**
Kelly Gouveia Andrade
Rubens de Oliveira Martins
- 173** **El viaje a la ficción – el mundo de Juan Carlos Onetti (resenha)**
Rubens de Oliveira Martins
- 177** **Normas para colaboradores**

SUMMARY

- 5** **Foreword**
- ESSAYS*
- 9** **Magical practices in Colonial Brazil, an etymological study**
Gustavo Rocha Santos
- 29** **The conceptual and political foundations of spatial and territorial development of the European Union**
Leandro Cesar Signori
- 45** **Financial CPR in perspective**
Bernardo Celso de Rezende Gonzalez
- OPINION*
- 67** **Economic and environmental effects of tourism in Caldas Novas - GO**
Isabela Coutinho Machado
Magali R. Michels Przybycien
- 93** **Intrarregional migration in the state Paraná: evaluation of the influence of concentration of land ownership, income and employment**
Neio Lucio Peres Gualda
Artur Henrique Santos Maximino
Francesca Lia Santos Girão
- 113** **Modernization of the FAB and political guidance in the light of the national defense**
Álvaro Neto Panazzolo
- INFORMATION*
- 139** **There is a man in the crowd: individualism in the nineteenth century in Edgar Allan Poe**
Kelly Gouveia Andrade
Rubens de Oliveira Martins
- 173** **The trip to the fiction - the world of Juan Carlos Onetti (book review)**
Rubens de Oliveira Martins
- 177** **Norms for contributors**

APRESENTAÇÃO

A **Revista Múltipla** que estamos entregando aos nossos leitores alcançou a histórica edição nº 30. Esperamos, em edições futuras, continuar a receber artigos acadêmicos do público que tem nos acompanhado ao longo dos anos. Neste número, trazemos artigos de diferentes nuances acadêmicas, abordando temas das Ciências Sociais.

Nesse aspecto, publicamos estudo etimológico sobre as práticas mágicas no Brasil colonial, tendo como foco a diversidade cultural e as representações daí resultantes. A seguir, uma avaliação sobre planejamento territorial na União Europeia, bloco integrado por 27 países, os quais delegam alguns de seus poderes para instituições que eles criaram, visando a assegurar a decisão de assuntos de interesse comum.

Outro artigo contemplado avalia a realidade econômica que favoreceu o surgimento da cédula de propriedade rural e sua trajetória ao longo da última década.

Trazemos também avaliação sobre o turismo ambiental e econômico da cidade de Caldas Novas, com dados sobre ações praticadas ou não que tenham como base os princípios da sustentabilidade. Tema pertinente na atualidade, aqui apresentado, trata da influência da concentração fundiária, do rendimento e do emprego sobre o processo de migração intrarregional do Estado do Paraná, no período de 2000 a 2010. Parte do pressuposto de que a concentração fundiária atua como fator de expulsão e, em contrapartida, a concentração de renda e emprego atuam como força de atração da população. Outro estudo trata do reaparelhamento da FAB, demonstra que houve relação entre o processo de compra de aeronaves de combate e a atividade da política externa no governo Lula, tendo como base a estratégia de defesa nacional.

Apresentamos, ainda, tema de interesse que avalia aspectos do individualismo no século XIX, com base na obra de Edgar Allan Poe. Finalizando, temos a resenha da obra de Mário Vargas Llosa, *El viaje a la ficción – el mundo de Juan Carlos Onetti*.

A Editora.

ENSAIOS

Introdução

A religiosidade no Brasil sempre apresentou um caráter multicultural. O próprio conceito de Brasil é multicultural, visto que existe como tal, sempre em construção, desde a chegada dos portugueses e africanos. Não que a presença indígena seja negada como suficiente para que possa ser caracterizado o povoamento e a existência de uma cultura de sociedades “civilizadas”. Na verdade, o que tínhamos aqui eram grupos étnicos ameríndios que viviam na América do Sul sem uma ideia de nação que correspondesse ao que hoje chamamos Brasil. A terra que moravam chamavam de Pindorama e não era delimitada pelas atuais fronteiras geográficas que circundam nosso país.

Dentro dessa perspectiva, depreende-se que o Brasil é um país caracterizado pela fusão entre ameríndios, portugueses e africanos que aqui se misturaram, ou dos grupos que conseguiram se manter separados. Em momentos posteriores, outros grupos étnicos passaram a integrar o patrimônio cultural brasileiro, como alemães, italianos, japoneses e árabes, mas isso já é uma outra história.

No momento, o que nos interessa é a formação multicultural brasileira no tocante à religiosidade colonial, mais especificamente a configuração das práticas mágicas na América portuguesa. Diversos foram os elementos que constituíram as crenças e práticas acerca do mágico no Brasil colonial. Dividir ameríndios, portugueses e africanos em povos seria pouco, mais adequado seria dividi-los em mundos e aqui ocorre, portanto, o encontro de mundos, totalmente díspares e que obedecem a lógicas mentais também díspares. O próprio conceito de magia, feitiçaria e bruxaria não é unânime nos três universos aqui abordados.

O presente artigo busca arrazoar acerca dos conceitos referentes às práticas mágicas no contexto luso-brasileiro. Para isso, o caminho encontrado foi o da etimologia. Esta, inexplicavelmente, tão ausente da historiografia brasileira, é capaz de elucidar dúvidas das mais diversas sobre conceitos referentes ao tema proposto quando analisa a origem e o significado de algumas palavras-chaves.

O desafio, entretanto, não é tão fácil como possa parecer. O trabalho é maior do que abrir um dicionário e encontrar o sentido alvejado. Deve-se antes de

mais nada selecionar as palavras que nos interessam e os contextos em que devem ser pesquisadas. As palavras a serem aqui analisadas refletem diferentes contextos históricos e sociais e, portanto, podem lançar uma luz sobre o papel que tinha a prática social historicamente chamada de bruxaria, nas sociedades aqui abordadas.

Esse estudo etimológico será feito a partir de três frentes: 1) o português, porque se trata da língua oficial da coroa portuguesa no Brasil e a língua mais falada em Portugal, nossa metrópole, de onde emanam muitos dos elementos mentais acerca de práticas mágicas presentes na colônia; 2) algumas línguas da Europa Ocidental, porque influenciaram decisivamente na construção da imagem da bruxaria não só em Portugal, como também no Brasil. Essas línguas se dividem em neolatinas e teutônicas, representando respectivamente o Sul europeu, em geral católico e o Norte do continente, em geral protestante; 3) por fim, as línguas bíblicas. Como se sabe, a Bíblia foi escrita em hebraico e em grego, tendo, entre a baixa Idade Média e o início da Moderna, sua mais importante tradução ocidental em latim, na versão da Vulgata, de São Jerônimo.

O enfoque proposto, conforme o exposto acima, é o estudo das concepções ocidentais acerca de práticas mágicas e seus desdobramentos em um contexto mestiço colonial. Assim, a ideia de “bruxaria”, intrinsecamente diabólica, é analisada sob a perspectiva da teologia cristã e de suas origens semitas, da cultura europeia daí advinda e do particularismo do caso luso-brasileiro. Por motivos de espaço e de foco, a etimologia ameríndia e afro-brasileira serão menos abordadas, sem, no entanto, negar-se a relevância de suas contribuições para a construção do que veio a se tornar as práticas mágicas no Brasil colonial.

Português (brasileiro)

Nesta sessão, analisamos algumas palavras e expressões em português, sendo que em alguns momentos o foco se dá mais especificamente no português brasileiro. Isso acontece quando a ótica do objeto se deslocar para os sentidos dos termos no tempo presente. Assim, dada a falta de informação sobre os significados que esses termos ganharam nos vários lugares do planeta, onde são falados, a atenção se voltou para o Brasil – região que o autor pode falar com mais segurança.

Uma dúvida que se faz presente, o tempo todo, quando se estuda práticas mágicas sob uma perspectiva luso-brasileira, é sobre a diferença entre “feitiçaria” e as palavras dela derivadas como “feiticeira” e “feitiço” e as palavras “bruxaria” e também as dela provenientes, como “bruxa” e “embruxado!”.

A Gênese do nosso estudo começa no grande dicionário da língua portuguesa do século XVIII, o Bluteau. No dicionário português Bluteau, de 1712, consta no verbete “feiticeria” a seguinte definição: “deriva-se do italiano *fattucheria*, que significa o mesmo”, ou seja, ambas as palavras têm o mesmo significado. E o autor continua: “Encanto, fascinação, obra mágica”².

O verbete bruxaria não consta no Bluteau, mas a palavra bruxa sim. De acordo com o autor: “dizem alguns que *Bruxa* vem de *Brugis*, região de Macedônia, ou de *Bruges*, cidade de Flandres, porque em um e outro lugar havia antigamente muitas feiticeiras; outros dizem que *Bruxa* vem de *Bruex*, que em língua setentrional significa irmão e irmandado, porque as bruxas são como irmãs do demônio. Em português, chamamos *Bruxas* umas mulheres que se entende, que matam as crianças, chupando-lhe o sangue (...)”³ lembremos que uma outra palavra para bruxa é a latina *srtix*, uma coruja que na crença dos romanos antigos sugava o sangue das crianças.

O que se pode de fato depreender do que o dicionarista nos diz é que a diferença entre essas palavras se dá mais na origem do que no sentido (embora as informações sobre a origem não sejam totalmente confiáveis, as informações sobre o sentido da palavra na época em que o dicionário foi escrito o são). Levando em conta apenas Bluteau, seria possível afirmar que o significante é o que muda e não o significado e, portanto, na língua portuguesa, elas podem ser usadas indistintamente, ao contrário do inglês, por exemplo.

Laura de Mello e Souza, também, não vê motivos para diferenciar bruxaria de feitiçaria, vendo ambos os termos como designativos da mesma coisa, assim como Keith Thomas, de acordo com a citação da própria historiadora. Segundo a autora, feitiçaria e bruxaria seriam a mesma coisa, mas magia e feitiçaria seriam diferentes, pois a segunda teria como característica a presença do pacto com o Diabo⁴. Feitiçaria seria então uma prática historicizada, localizada num tempo e espaço, enquanto a magia seria mais universal, variando através de épocas e povos.

Atualmente, existem diversas palavras em português que, nos respectivos linguajares populares das regiões onde se fala esse idioma, em todo o globo, têm algum significado relacionado à realização de práticas mágicas. Como primeiro exemplo, podemos citar “simpatia”. Simpatia, no português brasileiro, é uma forma de se praticar magia, de mexer com a realidade por meio do uso de repetições de palavras ou frases, do emprego de objetos ou ainda da utilização de fluidos corporais.

A simpatia é chamada pelos antropólogos de “magia difusa”, aquela que é praticada no cotidiano sem que o sujeito da ação tenha algum vínculo com um

sistema dogmático de crenças que explique a lógica da operação⁵. Esse conceito de magia difusa pode ser usado em qualquer sociedade, mas ganha um sentido diferenciado nas sociedades ocidentais, nas quais o laicismo de um mundo desencantado teria supostamente destronado a crença em uma realidade mágica ou em um mundo espiritual como parâmetros de organização social coletiva e institucional, exceção feita ao nível de indivíduo, no qual a existência de fé no sobrenatural permanece existindo.

Simpatia também pode ser uma forma atenuada de se dizer feitiço, se esse for visto apenas como o ato de mudar a realidade a favor do praticante, assim como a palavra necromancia, um termo considerado forte por aqueles que consultam os mortos, é substituída atualmente por mediunidade⁶.

Outra palavra para uma prática mágica similar à citada acima é “trabalho”. Enquanto a simpatia exprime a ideia de uma maneira ingênua de alterar a realidade a favor do praticante, o trabalho já dá a ideia de uso do sobrenatural, em geral para o mal de outrem ou para a conquista afetiva. Outra diferença entre ambos é que o trabalho está totalmente ligado a um sistema de crenças, atualmente no Brasil com as africanas; há aqui uma cosmologia que dá sentido a cada um dos elementos usados na urdidura dos meios materiais empregados na tentativa da mudança da realidade, de acordo com o interesse do sujeito. A semelhança da ideia da palavra “trabalho” nesse sentido com a origem da palavra “feitiçaria” é relevante nesse caso. Segundo Nogueira, a “feitiçaria” traz consigo a ideia de “algo feito”, relacionada por alguns autores com “*fatum*”, que em latim quer dizer destino⁷. Em ambos os casos, vemos o sentido de “fazer” ou de ação como sendo o norte do sentido.

A necessidade do entendimento dos significados de “simpatia” e “trabalho” se mostra quando contrastamos seus significados e usos com os da palavra “feitiçaria”. Existe uma grande confusão com relação ao que quer dizer “feitiçaria”, a qual, por vezes, é usada com o mesmo sentido de feitiço. Contrastar “feitiçaria” e “feitiço” com “bruxaria” também pode se mostrar frutífero. Se por um lado bruxaria tem como equivalente feitiçaria, por outro feitiço não tem seu equivalente. Isso se revela útil quando vemos que a palavra bruxaria não pode ser utilizada como sinônimo de feitiço, outrossim sendo apenas similar à feitiçaria, como já foi dito.

A palavra feitiçaria, às vezes, pode ser usada como sinônimo de feitiço. Mas o que é então feitiçaria? Feitiçaria, que nesse caso é sinônimo de bruxaria, são as práticas mágicas presentes na Europa entre meados da Idade Média e toda a Idade Moderna. Assim, o sabát, os banquetes nauseabundos, os sacrifícios de crianças, os voos noturnos seriam o que historicamente é chamado de feitiçaria, ou bruxaria. Esses significantes, quando usados em outro contexto histórico ou social, têm os

seus significados originais transformados. Isso acontece quando os portugueses e outros europeus começaram a chamar as práticas mágicas de povos africanos e ameríndios de feitiçaria. O sentido da palavra feitiço foi então expandido.

A palavra feitiço já é hipoteticamente mais maleável e pode ser usada para qualquer contexto histórico, porque se trata de magia, do ato mágico, ou seja, é a tentativa de se mudar a realidade usando-se o sobrenatural, por meio de meios materiais como cabelos, unhas, sangue ou fluídos corporais por exemplo. Às vezes, pode-se ainda usar invocações de seres de outro mundo, conjuros ou palavras mágicas, variando de acordo com a tradição associada à dita prática. Nesse caso, a palavra feitiço pode ser usada de maneira relativamente universal, sendo usada para designar práticas similares em outras culturas.

O significante feitiço pode transcender as barreiras culturais e temporais, tendo o mesmo significado da palavra “trabalho”, por exemplo, mas a palavra feitiçaria (e bruxaria, também), que tem a mesma raiz, tem um significado mais restrito àquele contexto histórico específico. As palavras feitiçaria e bruxaria englobam os hipotéticos rituais e partes litúrgicas do sabát, ou seja, a religião das bruxas como um todo, enquanto feitiço seria apenas o ato de mudar a realidade se valendo do sobrenatural, seja por meio de poderes psíquicos, da ajuda do Diabo ou ainda da utilização de fórmulas mágicas.

Feitiçaria e bruxaria são palavras que têm seu sentido relacionado à magia em primeiro plano. Existem, porém, outras palavras que no português têm outros sentidos que não o diretamente ligado a práticas mágicas. Assim, quando transformamos os substantivos “encantamento” e “feitiço”, ambas com o sentido explícito ligado à magia, em verbos, surgem as palavras “encantar” e “enfeitiçar”. As duas palavras, além de significar o efeito da magia sobre uma pessoa ou alguma coisa, também querem dizer seduzir; principalmente a palavra “enfeitiçar” tem uma forte conotação sexual.

Isso não é coincidência, visto que em outras línguas isso também ocorre, como é o caso da língua inglesa, por exemplo, com a palavra “*spell*”⁸ que tanto pode significar feitiço e conjuro como também o conquistar a afeição de alguém. “*Charm*”⁹ também apresenta essa mesma dicotomia de significados. Essa convergência de significados entre uma língua neolatina e uma teutônica não é mera coincidência, antes, demonstra a associação de ideias relacionadas à magia e ao sexo, em particular no seu aspecto de sedução. Essa relação entre magia e sexo se reflete no fato de que em geral quando uma pessoa busca os serviços de um mago, ou de uma bruxa, o principal motivo é obter o amor de seu objeto de afeto, quando é claro não é a vingança de seu desafeto.

Feitiçaria (ou bruxaria) e feitiço são indistintamente chamados de práticas mágicas pelos estudiosos dessas práticas sociais. O uso do termo “práticas mágicas” tem como objetivo eliminar da linguagem acadêmica resquícios da linguagem pejorativa que algumas palavras ganharam ao longo de séculos de uso. Assim, as palavras feitiçaria e bruxaria foram muito usadas por clérigos, magistrados e de uma forma geral por todos os estratos sociais durante o antigo regime português de uma forma depreciativa, sendo sinônimos de demonolatria.

No Século XIX, os últimos tribunais inquisitoriais foram extintos e a fé no progresso, na ciência e no conhecimento de uma forma geral se mostraram os fundamentos ideológicos dos oitocentistas. Nessa época, o conceito e a crença na demonolatria passou, mas essas palavras aqui estudadas serviriam então para designar certas práticas religiosas não ocidentais, tidas como primitivas pelos historiadores e antropólogos das potências colonizadoras. Como demonstra Bethencourt, a diferenciação de religião para feitiçaria seria o *focus* de calorosos debates acadêmicos até quase todo o Século XX¹⁰.

É claro que palavras ameríndias e africanas também influenciaram na formação do léxico referente às práticas mágicas. Exemplo disso é a palavra mandinga, em algumas regiões do país ainda usada com significados ligados às práticas mágicas de origem africana. Por vezes, com o mesmo significado, tem outra palavra muito usada “macumba”. Mandinga é a forma aportuguesada de Malinke, povo que habitava o vale do Níger no reino de Mali¹¹. O nome mandinga foi usado inicialmente para descrever um objeto que teria poderes mágicos: a Bolsa de Mandinga, que será tratado em outra sessão.

O que podemos perceber a princípio é que apenas no português já é possível notar a multiplicidade de influências culturais que diversos povos tiveram na construção das representações das práticas mágicas.

Línguas teutônicas

No inglês, a palavra para bruxa é *witch*, que veio da palavra *weik*, que tem um sentido relacionado com magia. Da palavra indo-europeia *weik*, derivaram algumas palavras com significados análogos em outras línguas: no alto alemão existia a palavra *wihen*, que queria dizer “santo” ou “sagrado” e, no alemão moderno, *weißen* que também quer dizer “consagrar”; já no inglês arcaico, a palavra *wigle* queria dizer “feitiçaria”, e *wiglera*, “feiticeiro”. Também a palavra *wicca* vem daí e queria dizer bruxo ou bruxa¹².

Russel desconstrói alguns “historiadores” “engajados” desmistificando algumas interpretações etimológicas errôneas. Segundo o autor, a palavra do in-

glês arcaico *witan*, que quer dizer “sábio”, e *wise*, que significa “sábio”, não têm nenhuma parentesco com as palavras acima relacionadas e nem com *wizard*, que quer dizer mago¹³.

O antropólogo Evans-Prithard¹⁴, ao estudar os Azande, diferencia conceitualmente feitiçaria de bruxaria. Segundo ele, bruxaria é um “fenômeno orgânico e hereditário¹⁵”, enquanto feitiçaria é uma obra, ato ou prática¹⁶. A meu ver, porém, essa tradução para o português da palavra *witchcraft* como bruxaria e da palavra *sorcery* (que apesar de vir do francês *sorcière*¹⁷ não tem nenhum parentesco com qualquer palavra portuguesa para feitiçaria) como feitiçaria é autoritária, visto não haver em nossa língua tal diferença conceitual entre tais palavras, a não ser pseudodiferenças atribuídas a essas palavras depois de publicações de autores anglo-saxões.

Alguns historiadores concordaram com Evans-Pritcherd no sentido de o poder das bruxas ser psíquico enquanto o poder das feiticeiras se dá mediante a utilização de artifícios materiais, isso é claro, levando-se em conta que a palavra *witch* só poderia ser traduzida para o português como bruxa, e a palavra *sorcerer* só poderia ser traduzida como feiticeira. Nesse caso, vemos que, enquanto no inglês tanto o significado quanto o significante são diferentes, no português o significante é diferente, mas o significado é igual.

Além do inglês, outras línguas teutônicas demonstram a diferença dos conceitos e dos significados que essas palavras têm nos países do Norte em contraposição com as ensolaradas terras mediterrâneas. Geralmente, entre os povos teutônicos, as palavras relativas às práticas mágicas são autóctones (embora também existam nessas línguas, palavras derivadas do latim, do grego ou de línguas neolatinas) como por exemplo *heks*¹⁸, que em holandês e em dinamarquês quer dizer bruxa. Dessa mesma raiz, vem *heksekunster*¹⁹ em dinamarquês e *heksery*²⁰ em holandês, ambos significando bruxaria.

Línguas neolatinas

Essa diferença na origem das palavras é o reflexo da diferença dos contextos históricos. Nos países mediterrâneos, a proximidade, até mesmo geográfica, com as antigas sociedades clássicas, resultou em uma maior proximidade linguística e cultural com essas, enquanto nos países do Norte da Europa a tardia cristianização se refletiu no uso de palavras surgidas naquele contexto cultural particular para as designações das práticas mágicas.

O catolicismo, instalado há mais tempo nessas regiões meridionais, influenciou mais profundamente o léxico dessas sociedades, e, como inicialmente o grego

e posteriormente o latim eram muito usados pelo clero, os conceitos teológicos tendiam a ser expressos nessas línguas e a passar para outras línguas na forma de palavras derivativas delas como é o caso das palavras “trindade” e “escatologia” por exemplo.

Nas línguas neolatinas, as palavras usadas para se designar as práticas mágicas eram em geral de origem greco-romana, as quais originalmente expressavam ideias ligadas à cultura clássica.

Um exemplo que pode ser dado é a palavra francesa *sorcière*²¹, que quer dizer bruxa. Ela vem do latim *sortilega*²², significando profética ou adivinha (substantivo). Na vulgata, as palavras para bruxa são *malefica*, *venefica* ou *strix*²³, e não *sortilega*. Também é emblemático que de *sorcière* vem à palavra inglesa *sorcerer*²⁴ com o mesmo significado.

O italiano, idioma igualmente proveniente do latim, talvez seja a língua mais próxima do latim, e por isso pode ser também aquela que incorporou mais palavras latinas em seu cotidiano no tocante às práticas mágicas. Em italiano, por exemplo, até hoje uma palavra usada para feitiço é *maleficio*²⁵, que vem do latim *maleficium*²⁶. Já em português brasileiro, não se ouve mais falar em malefício e principalmente no sentido de prática de um feitiço contra alguém, embora essa palavra continue constando no dicionário tendo esse sentido.

Ainda em italiano, vemos que da palavra latina *strix*, que era uma coruja, sinônimo de bruxa, como já foi dito, veio *stregoneria*²⁷, que quer dizer bruxaria. Há ainda a palavra *sortilegio*²⁸, que assim como a palavra francesa *sorcière* vem do latim *sortilega*. A diferença é que a palavra italiana manteve o sentido de adivinhação, enquanto a francesa, por causa do caráter premonitório intrínseco da prática mágica historicamente chamada de bruxaria, mudou seu sentido para o de “bruxa”.

A língua espanhola é, das línguas aqui analisadas, aquela que mais se assemelha ao português, e, portanto, o seu estudo e o cotejamento dela com o português se faz necessário para se atingir os objetivos propostos para essa parte da pesquisa.

Há entre Portugal e a Espanha, a despeito da inimizade e rixas milenares, uma proximidade cultural muito grande, e essa se reflete na proximidade linguística. Além de as duas línguas já serem parecidas, o constante intercâmbio de pessoas, mercadorias e ideias entre esses dois belicosos países favoreceu, com raras exceções, o comum uso de termos relacionados às práticas mágicas, respeitando, é claro, as particularidades de cada língua. Assim sendo, para as palavras em português “bruxa” e “bruxaria” temos como equivalentes *Bruja*²⁹ e *brujería*³⁰; para

“mago”, *magô*³¹, que graficamente é igual ao português; “feiticeira” e “feitiçaria” são respectivamente *hethitera*, *hechicerêta*, e para “feitiço”, *hethizo*.³²

Temos também palavras que seguiram outros rumos. Em português, a palavra “adivinhação” tem como tradução para o espanhol *Sortilegio*³³, que se assemelha mais a seu equivalente italiano, o qual se escreve do mesmo modo. Outro caso importante de ser verificado é que, enquanto no português brasileiro a palavra “malefício” usada como sinônimo para feitiço praticamente caiu no desuso, tanto no italiano quanto no espanhol *maleficio*, palavra vinda do latim, ainda tem esse significado. Essa palavra é emblemática, pois revela-nos que, na cabeça dos primeiros tradutores da Bíblia e dos teólogos cristãos, todo feitiço era mau, pois provinha do Diabo, revelando-nos o profundo maniqueísmo existente no tocante a esse tipo de assunto.

Línguas bíblicas

A Bíblia foi originalmente escrita em duas línguas: o Antigo Testamento em hebraico e o Novo Testamento em grego. As primeiras aparições das bruxas, adivinhas e necromantes na Bíblia foram nessas línguas, e é natural que as palavras para descrever essas atrizes e atores sociais sejam dessas línguas. As particularidades histórico-culturais presentes nas várias fases da escrita da Bíblia refletem no sentido de cada termo empregado. Vai aí um apanhado de palavras presentes na Bíblia e algumas reflexões sobre elas.

No hebraico, a palavra que pode significar “feiticeiro”, “feitiçaria”, ou ainda “bruxaria”, é *kshph*³⁴ que quer dizer também “cortar”, podendo indicar sua origem como sendo relacionada ao corte de ervas “para a fabricação de encantamentos e fascínios³⁵”. Nesse caso, temos aqui o uso de práticas mágicas populares e um conhecimento de fácil acesso à maior parte das pessoas.

A palavra que é comumente traduzida por “mágico” no Antigo Testamento é *htrm*³⁶. *Htrm* vem da palavra egípcia *Hry-tp*³⁷, que quer dizer sacerdote-leitor, um sentido totalmente diferente do anterior. Nesse caso, vemos a magia como sendo um conhecimento pertencente a uma alta casta sacerdotal, um tesouro restrito a uns poucos privilegiados. A magia é vista aqui como uma forma de saber.

É interessante perceber a semelhança do termo *Htrm* hebraico com a palavra *nganga* que na região de Benguele, na atual Angola, também remete a ideia de sacerdote e tem sabedoria³⁸ como um dos seus significados. Nesse caso, a duplicidade de sentidos de uma mesma palavra revela as paridades de significados que existem entre elas.

Durante o Renascimento, também houve uma busca por conhecimentos ocultos, por parte dos intelectuais, que tentavam ao máximo não serem confundidos com bruxos diabólicos. Esses pretensos magos ou alquimistas buscavam a legitimação de suas atividades em conhecimentos tão antigos, que muitas vezes evocavam como ancestrais supostos mestres ou espíritos portadores de ensinamentos provenientes das tradições herméticas egípcias. Um *htrm* se assemelharia mais a um mago renascentista do que a um bruxo frequentador do sabát, embora se deva lembrar que o significado original do termo se perde nessas transposições que se caracterizam por generalizações, anacronismo e imprecisões.

A palavra *Ihsh*³⁹, traduzida como “encanto”, “sussurro” e “amuleto”, também é usada para encantadores de serpentes. Em português, a palavra “encantar” também é usada no sentido de enfeitiçar e no de controlar uma serpente.

*Hbhr*⁴⁰ é traduzido como “encantamento” ou “encantador”, mas a raiz da palavra vem de amarrar, talvez com amuletos e encantamentos. Entre as práticas mágicas populares presentes no Atlântico, havia uma que trazia a mesma ideia. Quando uma bruxa dizia que “ligava” um homem, isso queria dizer que de modo mágico ela o impedia de ter relações sexuais, era como se o feitiço o amarrasse e impedisse na plena utilização de sua fisiologia no âmbito sexual.

No novo testamento: *Magos*, traduzido como mágico e magia, vem na verdade do persa e originalmente designa um grupo étnico da Média, como pode atestar Heródoto: “Deioces então uniu apenas o povo medo e o governou. As tribos dos medos⁴¹ são as seguintes: os busos, os paretacenos, os estrúcatos, os arizantos, os búdios e os magos.”

Esse caso remete-nos a um exemplo típico do contexto atlântico, no qual a palavra “mandinga” é frequentemente usada no sentido mágico, havendo inclusive a chamada “bolsa de mandinga”, a qual será mais tarde devidamente estudada, mas tem sua origem como sendo a denominação de um povo africano⁴². São casos nos quais a associação de determinado povo a suas práticas religiosas se deu ao ponto de nomear tais práticas de acordo com os povos em que elas se originaram ou criam se originaram.

Essa palavra, que no grego passou a ser *magos*, foi usada no evangelho sinóptico de Mateus e no livro de Atos dos apóstolos. A palavra *magos* era usada também para designar os sacerdotes mazdaístas da Pérsia⁴³. No livro de Mateus, nós temos os famosos reis magos, que trazem presentes para Jesus, e, nesse caso, a Bíblia não os recrimina, ainda que o faça nos outros casos em que a palavra aparece.

*Pharmakos*⁴⁴, traduzido como feitiçaria ou feitiçeiro, traz a ideia de uso de drogas, de poções ou de veneno. Nesse caso, vem-nos a ideia de um saber ligado à medicina, ao uso e ao domínio de substâncias. A própria palavra farmácia vem de *pharmakos*. Mais uma vez surge a ideia do uso caseiro de ervas e produtos extraídos da natureza, como na palavra *kshph*, já citada. A bruxaria europeia era muito ligada a essa ideia de manipulação de substância por mulheres, tanto é que em latim uma das palavra para bruxa, que aliás se encontra na vulgata, era *venefica*⁴⁵, que também queria dizer envenenadora.

*Goes*⁴⁶, geralmente traduzido como sedutor, também pode, dependendo do contexto, adquirir o sentido de mágico, encantador. No grego clássico e no helenístico, era empregado frequentemente com o sentido de magia. Mais uma vez, vemos uma palavra relacionar magia à sedução assim como enfeitiçar, em português, e *charm*⁴⁷, em Inglês.

Na Vulgata, que é uma tradução, e portanto uma versão da Bíblia, escrita no latim cristão, foi preciso encontrar palavras no latim que correspondessem a outras, equivalentes às originais em hebraico e em grego e que traduzissem satisfatoriamente alguns significantes sem que seus significados fossem comprometidos. Tarefa difícil, pois os contextos culturais e linguísticos eram diferentes.

No caso particular da tradução das palavras relacionadas às práticas mágicas, o desafio era maior, pois se tratava de práticas de povos tão diversos, como egípcios, cananeus, assírios, babilônios e persas, por exemplo. Essas palavras tinham significados variados, pois foram criadas em contextos diversos para exprimir práticas diferentes. Como se pode exemplificar a passagem de I Samuel 28. 6-21.

Nessa passagem, Saul vai consultar uma mulher que invocava os mortos. Nas traduções para o português, ela é chamada de “médium⁴⁸”, “phitonissa⁴⁹” e “necromante⁵⁰” e na Vulgata ela é chamada de *phitonissam*⁵¹, que como veremos tem outro significado. *Phythinissiam* vem de *pythia*, que era a sacerdotisa de Apolo no oráculo de Delfos⁵². Segundo a lenda, havia na região da Fócida uma serpente chamada Píton, antigo nome dessa região. Daí o nome de pitonisas usado na vulgata para adivinhas. Na Bíblia, quando se diz pythinissiam, não há o mesmo significado que originalmente se verificava na Grécia, mas eram adivinhos, às vezes necromantes.

Algumas palavras que no latim clássico tinham um determinado significado foram usadas na Vulgata num sentido relacionado às práticas mágicas do modo como viam os cristãos. A palavra *maleficium*, na época clássica, era usada para se referir principalmente a atos contra pessoas, ou ainda crimes civis⁵³. O sentido de feitiço malévolos foi imputado como significado principal por Jerônimo na Vulgata.

Fazia sentido, porque *maleficium* vem de *malum*⁵⁴, que quer dizer mal. A palavra *maleficium* mostrava então que, para o cristianismo, os feitiços eram, indistintamente, intrinsecamente maus.

Strix, que na vulgata quer dizer bruxa, feiteiceira, tinha no latim clássico outro sentido. *Strix* era uma espécie de coruja que os antigos romanos acreditavam chupar o sangue das crianças. Em alguns momentos, acreditou-se que essas corujas assumiam formas de velhas durante o dia. Há uma correspondência clara entre as características sanguíneas e noturnas da *Strix* e as da Bruxa.

Veneficium quer dizer tanto envenenamento quanto preparo de filtros de amor ou sortilégio, sendo *veneficus* um mágico, uma feiteiceira ou ainda um envenenador. Mais uma vez a magia está ligada à manipulação de ervas e plantas, e essa manipulação está por sua vez ligada ao fabrico de filtros do amor, mostrando mais uma vez a ambivalência dessas práticas: feitiços para fazer o mal e feitiços amorosos.

Algumas línguas, principalmente as neolatinas, trouxeram de sua matriz algumas palavras, como é o caso do italiano, que tem a palavra *strigoni*⁵⁵, bruxo que vem de *Strix*, que é bruxa em latim.

As línguas germânicas, no tocante aos termos designativos das práticas mágicas, seguiram outros caminhos na alta Idade Média por causa das diferenças conceituais e conjunturas históricas. Enquanto nos países mediterrâneos, o cristianismo já estava consolidado pelo menos oficialmente até o Século IV, alguns países da Europa do norte só foram cristianizados em meados do Século XI. Essa cristianização tardia desses países fez com que as línguas desses povos, então em formação, desenvolvessem palavras e conceitos autóctones, em contraposição às línguas neolatinas que se apropriaram de palavras provenientes da antiguidade greco-romana, como é o caso de “malefício” do latim no italiano e de “magos” do grego.

O que podemos entender, pelo que foi visto, é que quase sempre as línguas carecem de palavras exclusivas para práticas mágicas, e por isso se utilizam de palavras ou raízes de palavras que exprimem ideias relacionadas ao que se entendem por essas práticas nos respectivos contextos culturais em que elas foram geradas, de acordo, é claro, com suas particularidades. Sendo assim, o estudo etimológico serve para mostrar-nos algumas ideias centrais que os povos abordados tinham sobre essas práticas.

Deve-se notar que entre os magos renascentistas a alquimia, que era cotada entre eles como digna de grande prestígio, era chamada por alguns de “a grande arte”, enquanto para seus contemporâneos, chamados de bruxos ou de feiteiceiros

os atos mágicos eram chamados de “maleficius”. Enquanto haviam práticas mágicas chamadas de “magia natural”, que era a manipulação da natureza, havia também a crença de que certas pessoas podiam fazer mal a particulares ou a toda uma comunidade se utilizando para isso de invocação de demônios. Havia signos que diferenciavam uma coisa da outra. No Século XVI, havia então a alquimia e a bruxaria, a primeira praticada por pessoas de posição, considerada uma atividade refinada e por vezes seu nome se confundia com ciência, de modo que até hoje a fronteira entre ambas é tênue, enquanto a segunda foi tida como abominação satânica praticada por pessoas rudes, fruto da miséria e da ignorância.

A ambivalência no que tange as práticas mágicas nos tempos do absolutismo, além de ter sido entre o bem e o mal, pode ser atestada também com relação ao gênero. Algumas ideias são mais masculinas e outras femininas: os magos e alquimistas foram associados a um conhecimento sacerdotal masculino. Práticas mais ligadas às mulheres eram a manipulação de ervas, a fabricação de poções e chás que provinham do jardim, quintal ou mesmo da floresta e outras atividades ligadas ao espaço doméstico. O lado emocional que era atribuído pelo homem à mulher como sendo predominante, era responsável pela crença de que adivinhação inspirada por divindades era tipicamente feminina em Roma, mas as atividades adivinhatórias que necessitassem de técnica e de razão seriam divididas e, às vezes, dominadas pelos homens⁵⁶. Já no Antigo Testamento, eram entre os homens que se faziam as verdadeiras revelações, eles eram escolhidos por Deus para serem seus arautos.

Vemos então nesse breve estudo etimológico como as palavras relacionadas a práticas mágicas foram transformadas e transformaram as ideias acerca dessas práticas. Os diferentes contextos que construíram a bruxaria europeia presente na Idade Moderna, influenciaram essa construção na formação dos conceitos básicos (significados) e da terminologia utilizada (significante)⁵⁷.

A Bíblia influenciou nesse processo à medida que ofereceu um modo de se ver o mundo em que as práticas mágicas foram condenadas. Nessa cosmologia, os anjos que caíram na rebelião pré-edênica encabeçada por Lúcifer⁵⁸, tornaram-se demônios e se utilizaram da bruxaria para continuar corrompendo o homem. Mas a Bíblia também foi influenciada quando nas traduções para línguas populares, como o latim, na época da tradução da Bíblia na versão Vulgata, que usou de palavras e termos retiradas das línguas para as quais eram traduzidas e que refletiam conceitos alienígenas ao contexto histórico semita bíblico.

A troca entre influências também se dá no sentido de que a Bíblia é a fonte primeira de todos os discursos cristãos ocidentais, mas as leituras feitas da Bíblia

são múltiplas e abrem espaço para manobras dentro das possibilidades do livro. Assim, esse estudo etimológico se mostra como ferramenta fundamental para o seu completo entendimento, à medida que revela algumas dessas possibilidades de manobra por meio da análise dos significantes e significados usados nos contextos aqui abordados.

Considerações Finais

A colônia portuguesa nas Américas sempre se caracterizou pela multiplicidade cultural e na esfera religiosa não poderia ser diferente. Essa presença de diversas culturas e religiões no Brasil trouxe uma certa confusão conceitual advinda dessa mistura de pessoas de tão diferentes origens.

Para o entendimento de tais conceitos, a utilização da etimologia se fez necessária, à medida que nos trouxe a luz, além do primitivo significado de certas palavras, a origem dessas e o contexto histórico-social em que foram criadas. Esse contexto original, seja semita, africano, europeu folclórico ou teológico cristão, serve para esclarecer o que significava a magia em cada uma dessas respectivas sociedades e o lugar que ela ocupava.

Diabólica, maligna, instrumental, afetiva, mortífera, sexual, muitas eram as facetas das práticas mágicas presentes na colônia, onde ganharam particularidades que as diferenciavam de suas congêneres em seus lugares de origem. Pode-se perceber que ao sul do equador a magia era um instrumento para o alcance de fins almejados. Assim, amor ou morte eram obtidos mediante “feitiços” que eram antes os meios do que os fins em si. A adoração ao demônio não se mostrou prolífica na América portuguesa, esse só era venerado quando fosse conveniente para se obter determinado resultado, nunca como um fim em si mesmo.

Essa característica de instrumentalidade da magia, do pragmatismo do espírito português, contrasta com a bruxaria diabólica que a Europa além-Pirineus assiste, ou julga assistir, com suas supostas assecclas de Lúcifer ardendo em chamas, fruto da caça às bruxas. Tal diferença entre as crenças das autoridades portuguesas para as da maior parte do continente europeu é demonstrada no andamento dos processos inquisitoriais mais do que nas falas dos inquisidores, que reflete a ideia de bruxaria diabólica presente na teologia cristã, mas que dá lugar a ideia de práticas mágicas instrumentais sobrenaturais, presente em grande parte das concepções pré-cristãs de magia.

Deve-se também salientar a diferença de status que alguém que pratica artes mágicas desfruta nas diferentes sociedades abordadas. Curandeiros, rezadeiras,

adoradores do diabo, sacerdotes, *freelancers*, alcoviteiras, muitas eram as representações acerca dos que se envolviam com práticas mágicas. O cristianismo condenou genericamente todo o envolvimento com o sobrenatural que não envolvesse Deus, mas, nas outras sociedades em que esteve presente, a magia nem sempre era condenada ou vista como superstição de gente ignorante. Desta forma, constata-se que, para entendermos melhor acerca das representações sobre práticas mágicas, faz-se mister a utilização desse saber chamado etimologia.

Notas

¹Embora a palavra “embruxar” soe estranho a nossos ouvidos, essa era uma palavra presente em várias das fontes estudadas.

² BLUTEAU, Raphael. Volume IV, p. 640. *Vocabulário português Latino*. 10 vols. Lisboa 20 de março de 1714.

³ BLUTEAU, Raphael. Volume II, p. 200. *Vocabulário português Latino*. 10 vols. Lisboa 20 de março de 1714.

⁴ SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.155.

⁵ GUERRIERO, Silas. *A magia existe?* São Paulo: Paulus, 2003, pp.14-18.

⁶ Essa substituição se vê presente na versão da Bíblia de Almeida na História de Saul e sua consulta a uma mulher que invocava os mortos no capítulo vinte e oito do primeiro livro de Samuel.

⁷ NOGUEIRA, Carlos Roberto Figueiredo. *Bruxaria e História, as práticas mágicas no Ocidente cristão*. Bauru: EDUSC, 2004, p.42.

⁸ Dicionário de Inglês-Português. Nova York: Barsa, 1968.

⁹ Idem.

¹⁰ BETHENCOURT, Francisco. *O Imaginário da Magia, feitiçarias, adivinhas e curandeiros em Portugal no século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

¹¹ CALAINHO, Daniela. *Jambacousses e Gangazambes: Feitiçeiros Negros em Portugal*. Revista Afro-Ásia, número 25-26 (2001), pp.141-176.

¹² RUSSELL, Jeffrey Burton. *História da feitiçaria, feitiçeiros, hereges e pagãos*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1993, p.163.

¹³ RUSSELL, Jeffrey Burton. *História da feitiçaria, feitiçeiros, hereges e pagãos*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1993, p.163.

¹⁴ EVANS-PRITCHARD, E.E. *Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande*. Cap.I.-II. Rio de Janeiro: Zaharr Editores, 1978.

- ¹⁵ Citado in GUERRERO, S. *A Magia Existe?* São Paulo: Paulus, 2003, p.37.
- ¹⁶ Idem.
- ¹⁷ BURTIN-VINHOLES, S. *Dicionário Francês-Português, Português-Francês*. São Paulo: Editora Globo, 1993.
- ¹⁸ KEESON, C.H.A. *Dicionário Português-neerlandês*. 1ª edição. Porto Editora, 1999.
- ¹⁹ *Dicionário Português-Dinamarquês, Dinamarquês-Português*. São Paulo: Jorge Bjorn Kullmann, 1979.
- ²⁰ Idem.
- ²¹ BURTIN-VINHOLES, S. *Dicionário Francês-Português, Português-Francês*. São Paulo: Editora Globo, 1993.
- ²² FARIA, Ernesto de. *Dicionário de Latim. Dicionário Escolar Latino-Português*. Prof. Campanha Nacional de material de Ensino, Departamento Nacional de Educação Ministério da Educação e Cultura, Rio de Janeiro, 1967.
- ²³ Idem.
- ²⁴ *Dicionário de Inglês-Português*. Nova York: Barsa, 1968.
- ²⁵ AMENDOLA, João. *Dicionário de italiano-Português*. 4ª ed. São Paulo: Editora Hemus, 1994.
- ²⁶ FARIA, Ernesto de. *Dicionário de Latim. Dicionário Escolar Latino-Português*. Prof. Campanha Nacional de material de Ensino, Departamento Nacional de Educação Ministério da Educação e Cultura, Rio de Janeiro, 1967.
- ²⁷ AMENDOLA, João. *Dicionário de italiano-Português*. 4ª ed. São Paulo: Editora Hemus, 1994.
- ²⁸ Idem.
- ²⁹ D'ALBUQUERQUE, A.T. *Dicionário de Espanhol-Português*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1994.
- ³⁰ Idem.
- ³¹ Idem.
- ³² Idem.
- ³³ D'ALBUQUERQUE, A.T. *Dicionário de Espanhol-Português*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1994.
- ³⁴ KASCHEL, Werner, ZIMMER, Rudi. *Dicionário da Bíblia de Almeida*. Sociedade Bíblica do Brasil. Barueri, SP. 2003.
- ³⁵ KASCHEL, Werner, ZIMMER, Rudi. *Dicionário da Bíblia de Almeida*. Sociedade Bíblica do Brasil. Barueri, SP. 2003, p.976.

- ³⁶ Idem.
- ³⁷ Idem.
- ³⁸ PANTOJA, Selma. *Inquisição, Degredo e Mestiçagem em Angola no Século XVIII*. Revista Lusófona de Ciências das Religiões. ano III-2004, n5/6 parte I.
- ³⁹ KASCHEL, Werner, ZIMMER, Rudi. *Dicionário da Bíblia de Almeida*. Sociedade Bíblica do Brasil. Barueri, SP. 2003.
- ⁴⁰ Idem.
- ⁴¹ HERÓDOTO, *História*.. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988. CANTO I, 101. p.53.
- ⁴² THORNTON, John. *África e os Africanos na Formação do Mundo Atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro: Editora Elsevier/ Editora Campus, 2004, p.14.
- ⁴³ NOGUEIRA, Carlos Roberto F. *Bruxaria e História, as práticas mágicas no Ocidente cristão*. Bauru: EDUSC, 2004, p.26.
- ⁴⁴ KASCHEL, Werner, ZIMMER, Rudi. *Dicionário da Bíblia de Almeida*. Sociedade Bíblica do Brasil. Barueri: SP. 2003.
- ⁴⁵ FARIA, Ernesto de. *Dicionário de Latim. Dicionário Escolar Latino-Português*. Campanha Nacional de material de Ensino, Departamento Nacional de Educação Ministério da Educação e Cultura. Rio de Janeiro, 1967.
- ⁴⁶ Idem.
- ⁴⁷ Dicionário de Inglês-Português. Nova York: Barsa, 1968.
- ⁴⁸ BÍBLIA. Português. *Bíblia de Estudo de Genebra*. Tradução de: João Ferreira de Almeida, versão revista e atualizada no Brasil. São Paulo: Cultura Cristã-Sociedade Bíblica do Brasil, 2000.
- ⁴⁹ Em versões mais antigas da Almeida como a Revista e Corrigida.
- ⁵⁰ BÍBLIA. Português. *Bíblia Sagrada*. Tradução: Centro Bíblico Católico. Clarentiana. São Paulo: Ave Maria, 1991. Traduzida dos originais mediante versão dos monges de Maredsous (Bélgica).
- ⁵¹ BÍBLIA. Latim. *VULGATA, Bíblia Sacra*. Tradução: São Jerônimo, dEditio Altera emendata, Stuttgart: 1975.
- ⁵² FARIA, Ernesto de. *Dicionário de Latim. Dicionário Escolar Latino-Português*. Campanha Nacional de material de Ensino, Departamento Nacional de Educação Ministério da Educação e Cultura. Rio de Janeiro, 1967.
- ⁵³ Idem.
- ⁵⁴ Idem.

- ⁵⁵ AMENDOLA, João. *Dicionário de italiano-Português*. 4ª ed. São Paulo: Editora Hemus, 1994.
- ⁵⁶ MONTERO, Santiago. *Deusas e Adivinhas, Mulher e adivinhação na Roma Antiga*. São Paulo: Editora Musa, 1999.
- ⁵⁷ SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística Geral*. São Paulo: Editora Cultrix, 2003.
- ⁵⁸ A História da queda de Lúcifer se encontra no livro pseudoepígrafo, ou apócrifo, de Enoque. Embora tivesse esse livro sido rejeitado como não canônico, é nele que o cristianismo se baseia na sua teologia sobre a queda do Diabo e dos anjos que o acompanharam.

Referências

- BETHENCOURT, Francisco. *O Imaginário da Magia, feitiçarias, adivinhas e curandeiros em Portugal no século XVI*. São Paulo: Companhia da Letras, 2004.
- CALAINHO, Daniela. *Jambacousses e Gangazambes: Feitiçeiros Negros em Portugal*. Revista Afro-Ásia número 25-26 (2001), pp.141-176.
- EVANS-PRITCHARD, E.E. *Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande*. Cap.I.-II. Rio de Janeiro: Zaharr Editores, 1978.
- GUERREIRO, Silas. *A Magia Existe ?* São Paulo: Paulus, 2003.
- HERÓDOTO. *História*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.
- MONTERO, Santiago. *Deusas e Adivinhas, Mulher e adivinhação na Roma Antiga*. São Paulo: Editora Musa, 1999.
- NOGUEIRA, Carlos Roberto F. *Bruxaria e História, as práticas mágicas no Ocidente cristão*. Bauru: EDUSC, 2004.
- PANTOJA, Selma. *Inquisição, Degredo e Mestiçagem em Angola no Século XVIII*. Revista Lusófona de Ciências das Religiões. ano III-2004, n5/6 parte I.
- RUSSELL, Jeffrey Burton. *História da feitiçaria, feitiçeiros, hereges e pagãos*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1993.
- SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a terra de santa cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística Geral*. São Paulo: Editora Cultrix, 2003.
- THORNTON, John. *A África e os Africanos na Formação do Mundo Atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro: Editora Elsevier/ Editora Campus, 2004.

Dicionários

Dicionário Escolar Latino-Português. Prof. Ernesto Faria. Campanha Nacional de material de Ensino, Departamento Nacional de Educação Ministério da Educação e

Cultura, Rio de Janeiro, 1967.

Dicionário Português-neerlandês. 1ª edição. Porto Editora, 1999.

Dicionário Português-Dinamarquês, Dinamarquês-Português. São Paulo: Jorge Bjorn Kullmann, 1979.

Dicionário de italiano-Português. João Amendola. 4ª ed. São Paulo: Editora Hemus, 1994.

Dicionário de Espanhol-Português. A.T.D'Albuquerque. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1994.

Dicionário Francês-Português, Português-Francês. S. Burtin-Vinholes. São Paulo: Editora Globo, 1993.

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulário português Latino*, 10 vols. Lisboa, 20 de março de 1714.

Dicionário da Bíblia de Almeida. Werner Kaschel, Rudi Zimmer. Sociedade Bíblica do Brasil. Barueri, SP. 2003.

Dicionário de Inglês-Português. Nova York: Barsa, 1968.

Bíblias

São Jerônimo. VULGATA, Bíblia Sacra. Editio Altera emendata, Stuttgart, 1975.

Bíblia de Estudo de Genebra. Editora Cultura Cristã-Sociedade Bíblica do Brasil. Trad. João Ferreira de Almeida. Versão revista e atualizada no Brasil. São Paulo, 2000.

Bíblia Sagrada. Traduzida em Portuguez segundo a Vulgata Latina. Rio de Janeiro, 1864. B-L Garnier, Livreiro Editor, 69, Rua do ouvidor, 69. 2 tomos.

Bíblia Sagrada. Editora “Ave Maria”, traduzida dos originais mediante versão dos monges de Maredsous (Bélgica) pelo Centro Bíblico Católico. Edição Clarentiana. São Paulo, 1991.

Resumo

Desde o início da colonização portuguesa ao que viria a ser o Brasil, a diversidade cultural tem caracterizado a América portuguesa. Na esfera religiosa e, em particular, no universo mágico essa convergência de mundos tem dificultado o estudo das representações no tocante a essas práticas mágicas. Na tentativa de esclarecer conceitualmente o que foram práticas como bruxaria, feitiçaria, feitiço, dentre outras do mesmo tema, recorreu-se a um estudo etimológico que desse cabo da tarefa de esclarecer o significado e o contexto social e histórico em que essas palavras e seus respectivos conceitos se desenvolveram.

Palavras-chave: Práticas mágicas; feitiçaria; bruxaria; etimologia; Brasil colônia

Abstract

Since the beginning of Portuguese colonization of what would be Brazil, cultural diversity has characterized the Portuguese America. In the religious sphere and in particular, in the magical universe of worlds that convergence has hampered the study of representations in respect of such magical practices. In an attempt to clarify conceptually what practices were as witchcraft, sorcery, spell, among others of the same subject, appealed to an etymological study of this cable to the task of clarifying the meaning and the social and historical context in which these words and their concepts developed.

Key words: Practical Magic; Witchcraft; Sorcery; Etymology; Brazil colony

Resumen

Desde el comienzo de la colonización portuguesa de lo que sería el Brasil, la diversidad cultural ha caracterizado a la América portuguesa. En el ámbito religioso y, en particular, en el universo mágico de los mundos que la convergencia ha dificultado el estudio de las representaciones en relación con tales prácticas mágicas. En un intento de clarificar cuáles son las prácticas eran como la brujería, la hechicería, hechizo, entre otros de la misma materia, apeló a un estudio etimológico de este cable a la tarea de clarificar el significado y el contexto social e histórico en el que estas palabras y sus conceptos desarrollados.

Palabras clave: Práctica mágica; Brujería; Hechicería; Etimología; Brasil colonia

Os fundamentos conceituais e políticos do ordenamento e desenvolvimento territorial da União Europeia

A Europa vê o seu futuro como um equilíbrio entre concorrência e cooperação, procurando dirigir coletivamente o destino dos homens e das mulheres que aqui vivem. É fácil? Não. As forças do mercado têm muito peso. Se deixássemos as coisas seguirem o seu curso, a indústria estaria concentrada no Norte e as atividades de lazer no Sul. Mas estas forças do mercado, por mais poderosas que possam parecer, nem sempre vão na mesma direção. O esforço e a aspiração política do homem é tentar desenvolver um território equilibrado.

Jacques Delor

Introdução

A União Europeia (UE) é uma união supranacional econômica e política, não é uma federação, nem é uma mera organização de cooperação entre governos. Os 27 países que a ela pertencem continuam a ser nações soberanas e independentes. É uma formação de um novo tipo de união entre estados nacionais pertencentes à Europa.

Como instituição, não dispõe de personalidade jurídica, mas sim competências próprias, tais como a política agrícola comum, entre outras. Trata-se de uma organização que combina o nível supranacional e o nível institucional num campo geográfico restrito com papel político próprio sobre os seus estados-membros. Estes delegam alguns dos seus poderes para instituições comuns que criaram, de modo a assegurar que os assuntos de interesse comum possam ser decididos democraticamente ao nível europeu.

Quanto à formulação das políticas territoriais praticadas pela União Europeia, estas se caracterizam pela presença de dois atores, que são a Comissão Europeia (CE) e os estados-membros. A CE, órgão técnico e executivo, formalmente independente em relação aos estados-membros, tem orientado o debate conceitual sobre o território europeu por meio de documentos de visão prospectiva e comunicados oficiais. É responsável pelo planejamento dos Fundos Estruturais, que têm canalizado fluxos financeiros substanciais para as regiões, o sistema urbano euro-

peu e as políticas setoriais, todas com significativo impacto no território comunitário.

Do outro lado, estão os estados-membros, totalmente soberanos nas decisões sobre as políticas de planejamento territorial internas. Possuem uma longa história de cooperação intergovernamental, por meio do Conselho Europeu e das conferências informais dos ministros responsáveis pelo ordenamento do território e desenvolvimento regional.

Ao identificar quatro visões europeias diferentes sobre planejamento territorial e política regional, Conti (2007: 133) assinala a prevalência decisiva da visão teórica e política percebida no noroeste europeu, da qual participam França, Alemanha, Holanda e regiões de culturas afins, situadas na Bélgica e em Luxemburgo. As principais decisões e os principais documentos aprovados sobre esse tema ocorreram em eventos sediados na sua grande maioria em cidades da França, Holanda e Alemanha. No entanto, destaca-se o protagonismo teórico, programático e político francês na formulação da política regional, da influência do conceito de *aménagement du territoire* e da introdução dos temas do policentrismo e coesão territorial como centrais na política territorial comunitária.

O artigo tem como objetivo analisar a política de planejamento territorial da União Europeia, a sua elaboração e implementação nos países membros e regiões, bem como os desafios e perspectivas atuais dessa política.

O conceito de ordenamento territorial

O ordenamento do território é um conceito em construção, considerado uma disciplina bastante nova, com várias definições e diferentes perspectivas. Ruckert (2005: 35), após examinar variada literatura, conclui que se está diante de um conceito impreciso e polissêmico. Isso se deve em grande parte aos processos diferenciados das experiências políticas de ordenamento territorial dos Estados-Nação ou blocos supranacionais.

A Carta Europeia de Ordenamento do Território (CEOT) estabeleceu o que foi denominado de “conceito europeu de ordenamento do território:”

O ordenamento do território é a tradução espacial das políticas econômica, social, cultural e ecológica da sociedade... é, simultaneamente, uma disciplina científica, uma técnica administrativa e uma política que se desenvolve numa perspectiva interdisciplinar e integrada tendente ao de-

envolvimento equilibrado das regiões e à organização física do espaço segundo uma estratégia de conjunto (Carta Europeia de Ordenamento do Território, 1988: 9).

Ao referir-se à dimensão europeia, assinalou que “o ordenamento do território visa criar um sentimento de identidade comum levando em consideração as relações Norte-Sul e Leste-Oeste.” Deve ainda ser democrático, integrado, funcional e prospectivo. E no seu funcionamento ter em consideração a existência de múltiplos poderes de decisão, individuais e institucionais, que influenciam a organização do espaço, o caráter aleatório de todo o estudo prospectivo, os constrangimentos do mercado, as particularidades dos sistemas administrativos, a diversidade das condições socioeconômicas e ambientais, procurando conciliar esses fatores da forma mais harmoniosa possível.

O documento base do Ministério da Integração Nacional, de subsídios para a elaboração de uma Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT) (2006: 19) define ordenamento territorial como “a regulação das ações que têm impacto na distribuição da população, das atividades produtivas, dos equipamentos e de suas tendências, assim como a delimitação de territórios de populações indígenas e tradicionais, e áreas de conservação no território nacional ou supranacional, segundo uma visão estratégica e mediante articulação institucional e negociação de múltiplos atores.”

Há várias abordagens e conceituações sobre Ordenamento Territorial (Ministério da Integração Nacional, 2006: 16):

- transformação ótima do espaço;
- técnica de administração com preponderância da articulação institucional entre as instâncias decisórias refletindo, como um corte transversal, todas as decisões públicas com repercussão territorial;
- política de planejamento físico com viés regional;
- ciência, abrangendo método de análise e modelagem do território cuja prática seria o planejamento territorial.

O ordenamento do território é uma política pública para a utilização racional de um espaço determinado, com vistas à preservação da paisagem e o uso sustentável dos recursos naturais em harmonia com a melhor escala possível de produtividade econômica e distribuição espacial dos assentamentos humanos.

Fases do debate sobre ordenamento e desenvolvimento territorial transnacional

Analisando o debate sobre ordenamento territorial transnacional na União Europeia, Ferrão (2004: 44), identifica três fases no período compreendido entre os anos de 1989 a 2001: a fase acadêmica, a fase de construção da Europa das Mega – Regiões e a fase de afirmação do ordenamento transnacional europeu.

Na 1ª fase de 1989 a 1991, surgem vários estudos acadêmicos abordando uma série de leituras estratégicas inovadoras para a totalidade do território europeu. Esses estudos lhe propunham metáforas espaciais, tendo sido os mais divulgados e os que tiveram maior impacto nos debates sobre as estratégias de ordenamento do espaço europeu a “banana azul” (1989), a “casa dos sete quartos” (1990), a “estrela azul” e o “cacho de uvas” (1991).

O surgimento dessa série de estudos acadêmicos foi uma tentativa de definir o nível regional e qual o melhor ordenamento regional transnacional na União Europeia, veiculando várias leituras estratégicas inovadoras para a totalidade do território europeu. Ferrão (2004: 44-45) considera que “todos estes estudos defendiam leituras simplificadas da organização interna do território (...) recorrendo a metáforas com grande poder comunicacional em ambientes externos ao mundo acadêmico.” Foi desse modo possível alcançar os diversos setores da sociedade civil e opinião pública em geral, bem como extravasar para os corredores de Bruxelas e dos governos nacionais.

Na esfera institucional, realizou-se, em 1989, na cidade de Nantes, o Primeiro Encontro Informal dos Ministros de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional da União Europeia. Entre as decisões tomadas, estava a de elaborar “vários estudos de âmbito europeu sobre o ordenamento do território, domínio em que a Comissão Europeia não possui competências formais. Foram, no entanto, lançadas as bases para a preparação de um importante documento, o *Europa 2000*, que marca o início da segunda fase” (FERRÃO, 2004: 45).

A 2ª fase, que decorre de 1991 a 1994, refere-se à construção da Europa das Mega-Regiões, abarcando desde os estudos transnacionais à definição dos princípios básicos de uma estratégia de desenvolvimento territorial para a União Europeia. Em 1991, a Comissão das Comunidades Europeias publica o documento *Europa 2000: Visões do Desenvolvimento do Território da Comunidade*, que enuncia os resultados dos estudos realizados sobre oito “super-regiões europeias”. Abarcavam todo o território comunitário daquele momento, e ainda a Suíça e a Áustria: Arco Alpino, Arco Atlântico, Regiões do Mar do Norte, Centro das Capitais, Diagonal Continental, Mediterrâneo Central, Mediterrâneo Ocidental, Novos Länder

Alemães. As super-regiões eram constituídas por regiões de diversos Estados-Membros, visto que a preocupação central dos vários estudos desenvolvidos após o encontro de ministros em Nantes tinha sido a de definir espaços europeus de cooperação inter-regional e de troca de experiências que constituíssem um nível regional europeu de natureza supranacional.

No ano de 1994, é publicado pela Comissão das Comunidades Europeias, o documento *Europa 2000+: Cooperação para o Desenvolvimento Territorial da Europa*, que insiste na necessidade do desenvolvimento de redes transeuropeias de transportes e formas eficazes de cooperação transnacional de base regional. “O projeto europeu assentava-se cada vez mais na construção de uma Europa de redes, umas físicas, outras intangíveis.” (Ferrão, 2004: 47). O Comitê de Desenvolvimento Espacial (CSP) foi criado em 1991 na Conferência de Maastricht, e as suas atividades levaram a implantação do conceito de desenvolvimento territorial, em detrimento do conceito de planeamento territorial.

Quanto à 3ª e última fase, essa decorre entre 1995 e 2001 e consagra a afirmação do ordenamento supranacional do território europeu. É um período no qual, em nível político, ganha maior relevância entre os estados-membros o entendimento da necessidade de elaborar conjuntamente uma estratégia de desenvolvimento territorial para o território comunitário e de associar essa estratégia à reforma dos fundos estruturais da União Europeia. Também ocorreu uma grande aproximação entre a política regional da CE e o processo de construção de uma política comunitária de ordenamento territorial. É a fase de elaboração da *European Spatial Development Perspective (ESDP)*.

O ordenamento sustentável e equilibrado do território e os princípios gerais do desenvolvimento territorial comunitário

A *European Spatial Development Perspective – Towards Balanced and Sustainable Development of the Territory of the European Union*, começou a ser elaborada em 1993 em Liège na França, no Encontro do Conselho Informal de Ministros Responsáveis pelo Ordenamento do Território. A versão preliminar do documento foi apresentada em 1997 na cidade holandesa de Noordwijk e a versão definitiva foi aprovada no Conselho de Ministros Responsáveis pelo Ordenamento do Território em Potsdam, Alemanha em de 1999.

Ao considerar a abordagem territorial na escala europeia, a ESDP referiu-se ao território como uma nova dimensão da política europeia e que “futuramente, os problemas do desenvolvimento territorial no seio da EU não poderão ser resolvi-

dos sem a cooperação dos diferentes níveis políticos e administrativos.” (Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário, 1999: 7-8). O documento observa que a União Europeia caracteriza-se por uma grande diversidade cultural, concentrada em um espaço restrito. Assim “las políticas que influyen sobre la estructura territorial de la UE no pueden uniformizar las identidades locales y regionales, que contribuyen a enriquecer la calidad de vida de todos los ciudadanos” (Estrategia Territorial Europea, 1999: 7).

Como o próprio subtítulo do documento prescreve, o objetivo geral da ESDP é a promoção de um desenvolvimento territorial equilibrado e sustentável da UE.

Sin embargo, la UE presenta graves desequilíbrios económicos que dificultan la realización del modelo perseguido de desarrollo territorial equilibrado y sostenible. La desigual distribución espacial del potencial economico puede describirse de la forma siguiente. En la zona central de la UE, delimitada por las metrópolis europeas de Londres, París, Milán, Múnich y Hamburgo, que supone el 20% de su superficie, trabaja el 40% de su población y se obtiene el 50% de su producto interior bruto. Por el contrario en la parte meridional de La UE (desde Portugal, pasando por el sur de España y de Italia, hasta Grecia), así como en los nuevos Estados federados de Alemania, el PIB per cápita supone tan solo entre el 50% y el 65% de la media comunitaria. En algunas regiones de la periferia septentrional de la UE, por ejemplo, el norte de Finlandia o el norte del Reino Unido, la situación económica no es mucho mejor; los territorios de ultramar presentan en gran parte valores de PIB inferiores al 50 % de la media comunitaria. A este respecto, la ETE debe contribuir al logro a medio plazo de un desarrollo territorialmente más equilibrado (ETE:.8).

Todas as versões da ESDP centraram-se em torno dos princípios gerais da coesão econômica e social; preservação dos recursos naturais e do patrimônio cultural e competitividade mais equilibrada do território europeu. Apresenta também três objetivos políticos e sessenta opções de políticas para o território europeu, apresentados no Quadro 1.

A ESDP utiliza o termo desenvolvimento territorial, e em nenhum momento é utilizado o termo “ordenamento territorial”, por este não ser um tema de competência comunitária. A elaboração do documento resultou em uma aproximação entre os responsáveis pela política regional na União Europeia e os ministros encarregados

do planejamento territorial dos países-membros. Assinalou o início de um processo de convergência entre a política comunitária de enfrentamento das desigualdades regionais e a política de ordenamento territorial dos países-membros. Constituiu-se em um forte gesto político, rompendo com décadas de resistência tácita dos Estados-Membros no que se refere à influência supranacional na gestão dos seus territórios.

Quadro 1 – Objetivos políticos para o território europeu

1 – DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL POLICÊNTRICO E NOVA RELAÇÃO CIDADE-CAMPO

- Desenvolvimento territorial policêntrico e equilibrado na União Europeia
- Cidades e regiões urbanas dinâmicas, atrativas e competitivas
- Desenvolvimento endógeno, diversidade e eficácia das zonas rurais
- Parceria cidade-campo

2 – EQUIDADE DE ACESSO ÀS INFRAESTRUTURAS E AO CONHECIMENTO

- Um esforço integrado para melhorar a ligação às redes de transportes e o acesso ao conhecimento
- Desenvolvimento policêntrico: um conceito para uma melhor acessibilidade
- Utilização eficaz e sustentável das infraestruturas
- Difusão da inovação e do conhecimento

3 – GESTÃO PRUDENTE DA NATUREZA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL

- Natureza e patrimônio cultural: trunfos para o desenvolvimento
- Preservação e valorização da natureza
- Gestão dos recursos hídricos: um grande desafio para o desenvolvimento territorial
- Gestão criativa das paisagens culturais
- Gestão criativa do patrimônio cultural

Fonte: Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário – EDEC (1999)

O desenvolvimento policêntrico

O desenvolvimento territorial policêntrico é um dos três objetivos políticos para o território europeu, propostos pela ESDP. Propôs-se criar em escala europeia pólos de desenvolvimento alternativos ao Pentágono, zona central, que corresponde a 20 por cento da superfície da União Europeia e concentra 50 por cento do PIB e 40 por cento

da população aproximadamente. O objetivo principal dessa perspectiva é o de incrementar nas cidades – sobretudo nas médias e nas pequenas – uma plataforma de conexão e de integração interurbana que permita não só intensificar os índices de desenvolvimento socioeconômico em nível regional, como propiciar as condições necessárias para a sua internacionalização nos mercados e nas redes globais.

No Informe *Intermedio sobre la Cohesión Territorial*, a Direção Geral de Política Regional da Comissão Europeia (2004: 9) sustenta que o conceito de polícentrismo, abarca três níveis geográficos:

- europeu/transnacional – estimular o desenvolvimento de regiões que transcendam o “Pentágono” para converterem-se em zona de integração global que possam competir a nível internacional como o Pentágono;
- nacional/transfronteiriço/inter-regional – passar da dominação de uma cidade (geralmente a capital), para uma rede mais equilibrada de cidades;
- regional/local – passar de um ou dois centros regionais dominantes, para vários centros de tamanho pequeno e médio que prestem serviços regionais.

Coesão territorial – O território como princípio transversal da política comunitária

O termo “coesão territorial” surgiu no interior e posteriormente ao conceito de coesão econômica e social da União Europeia. O Ato Único Europeu de 1986 substituiu o conceito de convergência, pelo conceito de coesão econômica e social. O texto da constituição da União Europeia, assinado em 2004, em Roma na Itália incorporou a coesão territorial, como uma competência compartilhada entre a União e os estados-membros. Porém tornou-se obsoleto, após a rejeição pelos eleitores franceses e holandeses em 2005. A União Europeia trabalhou então na elaboração de um novo tratado, que substituisse a lacuna aberta pela não aprovação da constituição. Aprovado em 2007 e ratificado pelos 27 estados-membros, o Tratado de Lisboa entrou em vigor em 1º de dezembro de 2009. Ao objetivo de promoção da coesão econômica e social, foi acrescentado o objetivo territorial.

Desta forma, o artigo 3º da versão consolidada do Tratado da UE dispõe: “A União promove a coesão econômica, social e territorial, e a solidariedade entre os Estados-Membros.” E o artigo 174º, descreve que, com a finalidade de promover um desenvolvimento harmonioso, a União atuará para reforçar a sua coesão econômica, social e territorial, dispondo ainda sobre a redução das disparidades entre as regiões.

Por tratar-se de uma política comunitária recente, o conceito, as diretrizes e os programas oficiais para implementá-la ainda não estão claros, são objeto de

debate e busca de definições e caminhos. Encontrar a definição mais adequada para o termo coesão territorial foi uma das questões colocadas em debate pela CE, com o lançamento, no ano de 2008, do “Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia – Tirar Partido da Diversidade Territorial”.

No entanto, no *Informe Intermedio sobre la Cohesión Territorial* (COMISSÃO EUROPEIA, 2004: 3), encontramos o seguinte conceito:

La cohesión territorial, entendida como la distribución equilibrada de las actividades humanas en el territorio, completa la cohesión económica y social. Representa, pues, la traslación en términos de territorio del objetivo de desarrollo sostenible y equilibrado asignado a la Unión (artículo 2 del Tratado). La cohesión territorial implica, en particular, el acceso equitativo de los ciudadanos y los agentes económicos a los Servicios de Interés Económico General (SIEG), independientemente del territorio al que pertenezcan (artículo 16 del Tratado).

Na compreensão de Faludi (2008: 21), a coesão territorial “refere-se a uma situação em que as políticas destinadas a reduzir as disparidades, a reforçar a competitividade e a promover a sustentabilidade adquirem valor acrescentado formando programas coerentes, tendo em conta a data de entrada em vigor e as oportunidades e constrangimentos específicos atuais e futuros.”

O objetivo da coesão territorial é incentivar o desenvolvimento harmonioso e sustentável de todos os territórios, com base nas suas características e recursos. Identificamos, na coesão territorial, três elementos básicos: conexão, competitividade e equidade. A conexão refere-se à interligação entre as regiões com limitações naturais, demográficas e áreas menos desenvolvidas com os centros de crescimento econômico, por meio da criação de infraestruturas e do acesso aos serviços de interesse econômico em geral. A competitividade busca desenvolver o potencial econômico das regiões e a sua inserção eficiente na estratégia de crescimento e criação de empregos da UE. A ideia da equidade é a de que o lugar onde as pessoas vivem não deva condicionar de forma determinante as oportunidades e a qualidade de vida.

Conclusão

A União Europeia é o bloco econômico mais consolidado, e a Europa é o continente mais interligado mundialmente. Embora seja uma união supranacional e política, com políticas e iniciativas comunitárias comuns relacionadas ao meio am-

biente, cidadania, segurança externa e outras, o seu objetivo principal é econômico. E as características básicas de um bloco ou união econômica é ampliar o comércio entre os países membros, conquistar novos mercados e tornar-se mais competitivo no comércio mundial globalizado.

Assim, a política de ordenamento e desenvolvimento territorial da União Europeia tem duas ideias centrais: a de contribuir para que a União seja mais competitiva economicamente em nível global e a elevação da qualidade de vida da sua população como um todo.

Na hierarquia desses princípios, prevalece a competitividade econômica, objetivo primeiro do policentrismo e da coesão territorial. A ESDP expressa que somente o desenvolvimento de uma estrutura urbana policêntrica permitirá a exploração do potencial econômico de todas as regiões da UE. E que o aumento da sua competitividade em escala mundial requer uma integração maior e mais variada das regiões europeias na economia global. É o encontro do policentrismo com a coesão territorial, na perspectiva do desenvolvimento equilibrado e sustentável do território europeu e da competitividade balanceada entre as regiões da União Europeia.

A Europa desse final de década deveria superar o limite da representação de uma perspectiva compartilhada de desenvolvimento territorial. A governança europeia nessa área necessita de capacidade efetiva de interconectar a política comunitária de coesão territorial com os sistemas nacionais de ordenamento territorial.

Referências

- BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o desenvolvimento mundial. A geografia econômica em transformação*. Washington DC, 2009.
- CARMO, R.M. *Da escala ao território. Para uma reflexão crítica do policentrismo*. Análise Social volume XLIII (4.º), Lisboa: 2008, pp. 775-793.
- CARTA EUROPEIA DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO. Lisboa: DGOT, 1988.
- COMISSÃO EUROPEIA. *1º programa de acção para a implementação da Agenda Territorial da União Europeia*. Lisboa: DGOTDU, 2007.
- _____. *Agenda Territorial da União Europeia*. Lisboa: DGOTDU, 2008.
- _____. *A Política de Coesão 2007-2013: Comentários e textos oficiais*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2007.
- _____. *Como funciona a União Europeia*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2008.

- _____. *Livro verde sobre a coesão territorial: Perspectivas futuras*. Inforegio Panorama n° 28. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2008.
- _____. *Livro verde sobre a coesão territorial. Tirar partido da diversidade territorial*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2008.
- _____. *O seu guia do Tratado de Lisboa*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2009.
- _____. *Quinto relatório intercalar sobre a coesão econômica e social. Regiões em crescimento, Europa em crescimento*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2008.
- _____. *Sexto relatório intercalar sobre a coesão econômica e social*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2009.
- _____. *Tratado de Lisboa que altera o Tratado da União Europeia e o tratado que institui a Comunidade Europeia, assinado em Lisboa em 13 de Dezembro de 2007*. Jornal Oficial da União Europeia C 306, 15 de dezembro de 2007. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2007.
- _____. *Versões consolidadas do Tratado da União Europeia e do Tratado sobre o funcionamento da União Europeia*. Jornal Oficial da União Europeia C 115, 9 de maio de 2008. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2008.
- CONDESSO, F. R. Os fundamentos conceptuais do ordenamento e da planificação do território e a ETE. Disponível em <http://www.fundicot.org/ciot>.
- CONTI, S. Políticas Espaciais Europeias. In: Diniz, C. (Org.) *Políticas de Desenvolvimento Regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Europeia e do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007, pp. 131-148.
- COUNCIL OF EUROPE. Spatial Development Glossary. 14º Conferência Europeia dos Ministros Responsáveis pelo Ordenamento do Território (CEMAT). Lisboa Portugal: 26-27 outubro de 2006. Disponível em <http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/cemat/confminist1-15/14eglossaire_en.asp. Acesso em 01/01/10.
- DINIZ, C.C. (Org.) *Políticas de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Europeia e do Brasil*. Brasília: Editora da UNB, 2007.

- DIREÇÃO GERAL DE POLÍTICA REGIONAL – COMISSÃO EUROPEIA. Informe Intermedio sobre Cohesión Territorial. Luxemburgo: Oficina de Publicaciones Oficiales de las Comunidades Europeas, 2004.
- ESPON. ESPON Atlas - Mapping the structure of the European territory Bonn, Germany, 2007.
- ESPON. Scenarios on the territorial future of Europe. ESPON Project 3.2 Final Report. Luxembourg, 2007.
- ESQUEMA DE DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO COMUNITÁRIO - EDEC. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1999.
- ESTRATEGIA TERRITORIAL EUROPEIA – ETE. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1999.
- EUROPA. Portal da União Europeia. Disponível em http://europa.eu/index_pt.htm. Acessos em 12/2009 e 01/2010.
- EUROPEAN COMMISSION. Fourth report on economic and social cohesion: The growth and jobs strategy and the reform of EU cohesion policy. Brussels, 2007.
- _____. Third report on economic and social cohesion. Brussels, 2001.
- _____. The third report on economic and social cohesion. A new partnership for cohesion: Convergence, competitiveness and cooperation. Brussels, 2004.
- FALUDI, A. La política de cohesion territorial de la Unión Europea. Boletim da A.G.E. nº 39, 2005, pp. 11-30.
- FARRUGIA, N. et GALLINA, A. Developing indicators of territorial cohesion. *Federico Caffè Centre Research Reports Nr. 1/2008*. Roskilde: Roskilde University, 2008.
- FERREIRA, J.M.S. Competitividade e coesão regional na união europeia. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana – Território e Desenvolvimento, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 2007.
- FERRÃO, J. A emergência de estratégias transnacionais de ordenamento do território na União Europeia: Reimaginar o espaço europeu para criar novas formas de governança territorial? *Revista Eure volume XXIX*, nº 89. Santiago de Chile: maio de 2004, pp. 43-61.
- FERRÃO, J. Policentrismo e coesão territorial: um novo papel para as “regiões”? Europa Novas Fronteiras – O Impacto do Alargamento na Política de Coesão da União Europeia nº 12. Lisboa: Princípia, Dezembro 2002, pp. 31-35.
- FESTAS, M. J. A Dimensão territorial: Visão nacional (Portugal). Oficina de Trabalho “Temas relevantes para a articulação de políticas no território”. Brasília, 15 a 17 de setembro de 2009. Ministério da Integração Nacional.

- HALL, R. The territorial dimension. Oficina de Trabalho “Temas relevantes para a articulação de políticas no território”. Brasília, 15 a 17 de setembro de 2009. Ministério da Integração Nacional.
- HÜBNER, D. Políticas regionais comparadas: Troca de experiências entre Brasil e União Europeia. *Boletim Regional n° 5*. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2007, pp. 7-11.
- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Documento base para a definição de uma política nacional de ordenamento territorial. Brasília, 2006.
- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial. Brasília, 2005.
- MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO. Texto de referência em planejamento e gestão territorial. Brasília, DF, 2006.
- MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO. Concertação para o desenvolvimento: Lições europeias para o Brasil. Brasília, 2007.
- NARANJO, Florêncio. Geografía y ordenación del territorio. Scripta Vetera. Edición electrónica de trabajos publicados sobre Geografía y Ciencias Sociales. <http://www.ub.es/geocrit/sv-77.htm>
- PARLAMENTO EUROPEU. Seguimento da Agenda Territorial e da Carta de Leipzig: Para um programa de acção europeu de desenvolvimento do espaço e coesão territorial. Bruxelas, 2007.
- PLAZA GUTIÉRREZ, J. I. et al. Nueva cultura y gobierno del territorio em Europa. *Éria* (Revista Cuatrimestral de Geografía), n° 61, Oviedo, pp. 227-249.
- RUCKERT, A. A. O processo de reforma do Estado e a política nacional de ordenamento territorial. In: *Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial*. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005 – pp. 31-40.
- SALEZ, P. Comment l’Europe devient aménagiste: de la naissance de la politique régionale au livre vert sur la cohésion territoriale, plus de 20 ans de déploiement de l’acteur européen. Disponível em: <<http://www.eu-territorial-agenda.eu/Related Documents/livre geographie 2009 texte.pdf>>acessado em 14/03/2010.
- SHAW, D et al. O compêndio de sistemas de planeamento espacial europeu. *Infergeo n° 11*, Lisboa: APG, 1996. pp. 127-132.

Resumo

A União Europeia (UE) é um bloco supranacional econômico e político, integrado por vinte e sete países independentes que delegam alguns dos seus poderes para

instituições que criaram, de modo a assegurar que os assuntos de interesse comum possam ser decididos democraticamente ao nível europeu. A União caracteriza-se por uma grande diversidade cultural e geográfica concentrada em um espaço restrito. O planeamento territorial vem gradativamente alcançando o status de política comunitária. Das metáforas à *European Spatial Development Perspective*, do policentrismo à coesão territorial, esta construção envolve múltiplos atores em um processo de tensão dinâmica, dentro de uma estrutura institucionalmente complexa. A governança territorial europeia busca o desenvolvimento equilibrado e sustentável do território europeu e a competitividade balanceada entre as regiões da União Europeia.

Palavras-chave: Ordenamento territorial; Desenvolvimento territorial; Coesão territorial; Policentrismo

Abstract

The European Union is a supranational economic and politic union, integrated by twenty seven independent countries which delegate some of their powers to institutions created to ensure that the issues of common interest are decided democratically at the communitary level. The Union is characterized by a great cultural and geographical diversity, concentrated in a restricted space. Territorial planning is gradually reaching the *status* of a communitary policy. From the metaphor to an *European Spatial Development Perspective*, from the polycentrism to the territorial cohesion, this process involves multiple actors in a dynamic tension process within an institutionally complex structure. European territorial governance seeks to develop its territory in a balanced and sustainable way and to balance competitiveness between its regions.

Key words: Planning; Territorial development; Territorial cohesion; Polycentrism

Resumen

La Union Europea es un organismo supranacional económico y político supranacional, integrado por veinte y siete países independientes que han delegado algunos de sus capacidades a instituciones creadas para asegurar que temas de interes comun sean decididos democraticamente a nivel comunitario. La Unión es caracterizada por su gran diversidad cultural y geografica concentrada en un espacio

restringido. La planificación territorial ha asumido gradualmente el status de política comunitaria. De la metáfora a la European Spatial Development Perspective, del policentrismo a la cohesión territorial, dicho proceso involucra múltiples actores en un proceso de tensión dinámica dentro de una estructura institucional compleja. La gobernanza territorial europea pretende desarrollar su territorio de modo equilibrado y sostenible y balancear la competitividad de sus regiones.

Palabras clave: Planeamiento; Desarrollo territorial; Cohesión territorial; Policentrismo

Introdução

A CPR (Cédula de Produto Rural) é um título que possui um status privilegiado do ponto de vista de sua formalização, principalmente quanto à constituição de garantias e a forma de execução judicial. Na sua formulação original, a CPR previa apenas a liquidação por entrega física do produto subjacente, o que, de certa forma, inibia o envolvimento do setor financeiro interessado no resultado assegurado pela taxa de juros embutida na operação e que não queria, ou não podia por razões legais, receber o produto. Este artigo contempla um breve histórico da realidade econômica que permitiu o surgimento da CPR com liquidação financeira (CPRF), características do novo título e vantagens e riscos que esse instrumento incorpora.

O artigo está estruturado em sete seções: uma breve introdução; o surgimento da CPR; antecedentes da CPR com liquidação financeira (CPRF); vantagens, riscos, desempenho e evidências da CPRF; resultados empíricos e, por último, as considerações finais.

1. Surgimento da Cédula de Produto Rural (CPR)¹

O crédito rural teve um importante papel indutor na modernização e desempenho do setor agrícola em um período de cerca de 20 anos. No entanto o crédito farto e subsidiado, geralmente com taxas de juros reais negativas, que permitiu o salto tecnológico, tomou-se escasso e com taxas positivas de juros. Como a agricultura estava, de forma mais intensiva que a pecuária, ancorada em financiamentos, o choque do esgotamento do modelo foi bastante sentido².

Na nova realidade de escassez de crédito via sistema bancário, para que a economia rural não abandonasse sua dinâmica, começaram a emergir créditos privados, alavancados em mecanismos informais como as operações de escambo (conhecidas no meio agrícola pelo jargão “troca-troca”) e contratos a termo (como os da ANEC para a soja verde). A escassez de crédito fazia com que os agentes se movimentassem na busca de alternativas que propiciassem o financiamento privado das safras e da comercialização. Os agentes privados e públicos reforçaram, então, o movimento de busca de novas alternativas de financiamento (GONZALEZ, 1999a).

Foi no cenário de escassez de recursos que o Banco do Brasil (BB), maior financiador do setor rural brasileiro, com o objetivo de superar as dificuldades

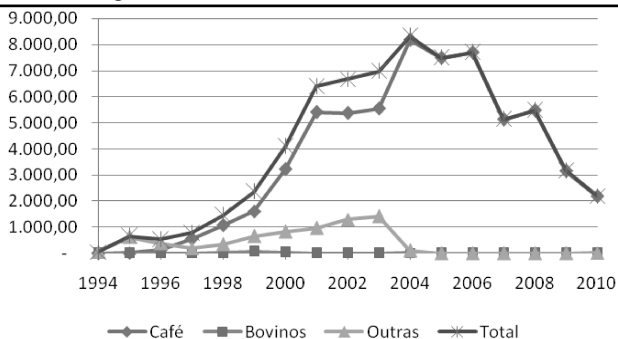
verificadas na obtenção de *funding*, realizou estudos que resultaram na proposta de criação da Cédula de Produto Rural-CPR, com características de ativo financeiro e de contrato a termo de produtos rurais. Com o advento da Lei nº 8.929, de 22/08/94 que criou a CPR, o BB, nesse mesmo ano, iniciou as operações com esse título, embora de forma experimental.

Conforme se vê pela análise do Gráfico 1, os quatro primeiros anos foram praticamente experimentais. A CPR era um título que necessitava ser conhecido e testado. A partir do quinto ano, contudo, as emissões crescem de forma contínua até o ano de 2004, decaindo a partir de então. Observa-se, também, que a CPR Física é praticamente sinônimo de café, estabelecendo com esse produto uma correlação quase perfeita, sendo que, a partir de 2005, as únicas CPR emitidas com a intervenção do Banco do Brasil, nessa modalidade, são as CPR de café. É de se observar, também, que a quantidade total de emissões cresceu continuamente até 2004, a partir de quando se inicia seu declínio.

A Tabela 1, adiante, apresenta a quantidade de títulos emitidos beneficiando os produtos café, bovinos e outros, e o respectivo total. Referidos dados deram origem ao gráfico anteriormente apresentado. Além dos dados citados, são apresentados os valores nominais negociados no ano e os seus correspondentes valores constantes, a preços de 2010, atualizados pelo IPCA do IBGE.

Observa-se, também, que as variações percentuais, seja de quantidades ou valores, não apresentam um padrão de comportamento, oscilando de forma errática ao longo do tempo.

Gráfico 1 – Quantidade de CPRs Físicas emitidas – 1994/2010



Fonte: elaborado pelo autor, com dados do BB Dirag Siagro

A CPR física, como contrato a termo, padece do problema de se encontrar – para um determinado produto com determinada qualidade, quantidade e preço – algum comprador que esteja necessitando de produto exatamente com as mesmas

especificações daquele ofertado pelo vendedor. Essa necessidade de coincidência de desejos, requerida pela CPR física, talvez tenha inibido, de certa forma, os negócios ao longo do tempo.

Por outro lado, os registros da CETIP apontam, para o ano de 2003, em 13 de dezembro, um estoque de 1.846.434, sendo 849.577 da modalidade com entrega de produto e 996.857 com liquidação financeira. Referidos títulos beneficiam produtos pouco convencionais, como abacaxi, avestruz, frango vivo, eucalipto, pinus, crustáceos etc³, além de produtos tradicionais como soja, trigo e café, por exemplo.

Na fase inicial de lançamento, embora os números do BB e da Cetip ainda não apresentassem números muito significativos, a CPR constituiu-se em papel de ampla aceitação no mercado, principalmente em substituição aos contratos de “soja verde”, mais burocráticos e com status jurídico menos interessante do que a CPR, principalmente quanto à constituição de garantias e de execução judicial (GONZALEZ, 1999a).

Na modalidade conhecida como CPR de gaveta⁴, Machado, apud Gonzalez (1999a), principal idealizador da CPR, acentua que uma única *trading* com atuação no país teria realizado cerca de 100.000 CPRs de soja naquele ano, com validade apenas entre as partes vendedora e compradora, não se constituindo em papéis passíveis de negociação no mercado secundário. Do ponto de vista de valores, Souza e Bacha (2009: 5), citando Andima (2008), registram a estimativa de que o volume transacionado atingia a cifra de R\$ 30 bilhões/ano, valor que seria dez vezes superior ao máximo registrado anualmente nos sistemas de registro.

Tabela 1 – CPRs Físicas avalizadas pelo Banco do Brasil – 1994/2010

| ANO | Café | Bovinos | Outros | | Total | | | |
|--------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------|-------------------------|------------------------|--------|
| | Nr. Ope- rações | Nr. Ope- rações | Nr. Ope- rações | Nr. Ope- rações | Var. % | Vr Negociado R\$ mil | Vr. Constantes 2010 | Var. % |
| 1994 | - | 3 | 61 | 64 | - | 26.987 | 84.851 | - |
| 1995 | 30 | - | 631 | 661 | 932,8 | 62.166 | 159.678 | 88,2 |
| 1996 | 140 | 6 | 393 | 539 | -18,5 | 37.741 | 88.478 | -44,6 |
| 1997 | 566 | 12 | 199 | 777 | 44,2 | 53.881 | 120.044 | 35,7 |
| 1998 | 1.077 | 26 | 359 | 1.462 | 88,2 | 79.844 | 174.992 | 45,8 |
| 1999 | 1.616 | 76 | 671 | 2.363 | 61,6 | 146.412 | 294.554 | 68,3 |
| 2000 | 3.231 | 37 | 829 | 4.097 | 73,4 | 203.463 | 386.253 | 31,1 |
| 2001 | 5.412 | 2 | 978 | 6.392 | 56,0 | 275.252 | 485.298 | 25,6 |
| 2002 | 5.369 | 5 | 1.300 | 6.674 | 4,4 | 338.287 | 530.022 | 9,2 |
| 2003 | 5.541 | - | 1.432 | 6.973 | 4,5 | 382.437 | 548.209 | 3,4 |
| 2004 | 8.188 | 18 | 110 | 8.316 | 19,3 | 445.795 | 593.897 | 8,3 |
| 2005 | 7.483 | 3 | 4 | 7.490 | -9,9 | 518.597 | 653.695 | 10,1 |
| 2006 | 7.698 | - | 4 | 7.702 | 2,8 | 503.746 | 615.635 | -5,8 |
| 2007 | 5.130 | - | - | 5.130 | -33,4 | 339.604 | 397.324 | -35,5 |
| 2008 | 5.488 | - | - | 5.488 | 7,0 | 416.403 | 460.022 | 15,8 |
| 2009 | 3.161 | - | 6 | 3.167 | -42,3 | 245.564 | 260.074 | -43,5 |
| 2010 | 2.181 | - | 30 | 2.211 | -30,2 | 214.523 | 214.523 | -17,5 |
| Total | 62.311 | 188 | 7.007 | 69.506 | | 4.290.702 | 6.067.546 | |

Fonte: elaborado pelo autor, com dados do BB Dirag Siagro

No período de teste pelo mercado, verificou-se que a CPR com entrega de produto interessava quase que unicamente aos agentes do agronegócio. Os investidores se viam excluídos do mercado por não quererem receber o produto ou, por imposição legal, não poderem fazê-lo, como era o caso dos fundos de investimento. Surgiram, então, propostas que visavam dotar o título de novos atributos ou de estratégias que o complementassem (BERTUCCI, 1999; LIMA, 1999 e GONZALEZ, 2000a), visando a alavancagem de negócios, tendo a CPR como base. Dentre essas propostas, a principal era a da CPR com liquidação financeira⁵.

2. Antecedentes da CPR com liquidação financeira (CFPR)

Gonzalez, em 1999, foi incumbido pelo Vice-Presidente da área de agronegócios do Banco do Brasil, a estudar a CPR Financeira. Percebendo haver posições discordantes na área, o que poderia criar animosidade contra o título, entendeu que seria melhor analisar a introdução de um título alternativo, com liquidação financeira, o qual denominou de Cédula de Financiamento de Produto de Origem Rural (CFPR). Em consequência da análise, foram elaboradas a minuta de projeto de lei, sua justificativa e as normas internas para operacionalização do produto (GONZALEZ, 1999b).

Dizia a justificativa do projeto de lei, em seu segundo parágrafo, “Essa modalidade operacional [a CFPR] visa a complementar a possibilidade de financiamento por meio da Cédula de Produto Rural (CPR), cuja característica principal é ser resgatável em equivalência-produto plena. Com a CFPR, os agentes do agronegócio passam a ter à sua disposição um novo instrumento para alavancar recursos de capital de giro necessários ao desenvolvimento de suas atividades, especialmente no caso de produtos que guardam relação com o mercado internacional ou que são referenciados em bolsa de mercadorias ou futuros”.

Em contraposição à CPR, cuja emissão é facultada ao produtor e às cooperativas que atuam no meio rural, a CFPR foi desenhada com a finalidade de beneficiar os “produtos rurais *in natura* ou beneficiados” (Art. 1º do projeto de lei) e para atender a todos os agentes do agronegócio a jusante da produção rural (Art. 2º). Além disso, previa “As explorações agropecuárias beneficiadas com financiamento por meio da CFPR poderão ser vinculadas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária-PROAGRO, ou ao seguro que vier a sucedê-lo...” (Art. 4º).

Do ponto de vista da redução de custos para os emitentes, foi imaginada a possibilidade de se constituir uma hipoteca “guarda-chuva”, conforme

“a hipoteca poderá ser firmada por valor que abrigue a emissão de várias cédulas...”⁶ (§ 1º, Art. 6º). Como em alguns estados o custo de registro das cédulas, especialmente quando havia hipoteca, era abusivo, além da desburocratização, no novo título, esse custo se reduziria substancialmente, tornando a operação menos onerosa do ponto de vista financeiro e do tempo gasto em sua conclusão. Adicionalmente, previa o Art. 21, “Fica fixado o valor máximo de R\$ 27,20 [extenso] quando ocorrer o registro da Cédula de Financiamento de Produto de Origem Rural (CFPR) no Cartório de Registro de Imóveis do domicílio do emitente, e R\$ 3,82 [extenso] por averbação de aditivos”. Essa definição disciplinaria as práticas de cobrança por registro, as quais divergiam consideravelmente.

Outra inovação, também redutora de custos, estava prevista no Art. 13 do projeto de lei “A CFPR, para ter eficácia contra terceiros, poderá ser registrada em sistemas de registro eletrônico, de acesso público, supervisionado pelo Banco Central”.

Igualmente relevante, principalmente na ótica do investidor – e para sanar problemas que ocorriam com a CPR – era a previsão de que o último endossatário, proprietário da CFPR, ficaria habilitado a requerer a baixa das garantias, não necessitando averbar a cadeia de endossos; reconhecimento da legitimidade da cadeia de endosso quando registrada eletronicamente por meio de bolsas de mercadorias e de futuros e de centrais de registro e de liquidação financeira de títulos e autorização para a instituição financeira custodiante promover o endosso completo em nome do último endossatário informado pela instituição responsável pelo registro.

Os pontos levantados, em relação à cadeia de endossos e ao sistema de registro, foram assim tratados na justificção do projeto de lei: “A proposta de Lei da CFPR vem corrigir uma série de lacunas existentes na CPR no que diz respeito à sistemática de registro e à cadeia de endossos, aprimorando, portanto, a sistemática existente ao permitir maior agilidade e uma realidade mais consentânea com a evolução dos mercados, além de possibilitar significativa redução dos custos cartorários para o emitente”.

Ao discutir-se a CFPR internamente no BB, foi gerado um convencimento em relação aos benefícios que a liquidação financeira de um título rural poderia trazer e, não obstante os benefícios e aprimoramentos que a CFPR trazia em seu bojo, agregar à CPR o instituto da liquidação financeira seria mais ágil e prático. A partir desse ponto, a etapa seguinte foi a de redigir a minuta de Medida Provisória e sua respectiva Exposição de Motivos.

3. Características da CPR com liquidação financeira (CPRF)⁷

Baseada nas primeiras discussões e demandas do mercado, e da incorporação da ideia pelo governo, foi editada, em 19/01/2000, a Medida Provisória nº 2.017, alterando a Lei nº 8.929, para permitir a liquidação financeira das CPR.

A Exposição de Motivos (EM), que embasou a edição da citada Medida Provisória, registra ser a nova alternativa assemelhada ao custeio rural tradicional, quanto à comercialização dos produtos, divergindo, contudo, pela necessidade de adequar-se aos requerimentos do mercado, em aspectos fundamentais, tais como: a) criação de maior atratividade para os investidores; b) difusão entre os produtores do hábito de negociar em futuros; c) não necessidade de classificação oficial do produto; d) aumento do número de compradores, com consequência direta sobre a liquidez dos títulos; e) redução do diferencial entre os preços dos momentos de contratação e de liquidação, dada a maior pulverização do mercado comprador; f) eliminação da escrituração de encargos, amortizações etc. reduzindo custos operacionais; g) ser mecanismo adicional para alavancagem de recursos para o setor rural.

A exposição de motivos, acatada pelo Presidente da República, indicava que haveria alteração da lei original da CPR propiciando a liquidação financeira. Nesse sentido, o parágrafo primeiro da Medida Provisória estabeleceu condições, exigindo: a) explicitação dos referenciais necessários à clara identificação do preço ou do índice de preços a ser utilizado no resgate; a instituição responsável pela apuração ou divulgação do índice e a praça ou o mercado de formação do preço e o nome do índice; b) que os indicadores de preço fossem apurados por instituições públicas idôneas e de credibilidade junto às partes contratantes, tivessem divulgação periódica (de preferência diária) e ampla divulgação ou facilidade de acesso; c) que a CPR seja caracterizada por seu nome, seguida da expressão “Financeira”.

Para evitar dúvidas ou questionamentos jurídicos, a Medida Provisória esclarecia que a CPRF é um título líquido, certo e exigível⁸ na data de seu vencimento pelo resultado da multiplicação do preço contratual pela quantidade do produto especificado, sendo que, do ponto de vista de sua cobrança, cabe ação de execução por quantia certa.

4. Vantagens e riscos da CPR Financeira (CPRF)

A CPRF, por ser um título derivado daquele que prevê a entrega de produto, é praticamente idêntico à CPR, à exceção da forma de liquidação. Em vez de obrigar a entrega física do produto, permite a liquidação financeira, baseada em preço ou

indicador de preços previamente definidos. Na prática, o resgate do título é efetuado pela recompra do papel pelo produtor.

A principal motivação para a criação desse título foi a atratividade que ofereceria aos investidores, que alargariam o mercado e que não desejam ou não podem, por questões legais, receber produto. A consequência natural (pois o título foi moldado com a presunção de liquidez) seria propiciar ao produtor uma forma atrativa de obter recursos para suprir suas necessidades de capital na condução de suas lavouras ou na fase de comercialização.

A CPRF torna-se atrativa para os investidores se, pelo menos duas condições se fizerem presentes: a) possibilidade de obtenção de lucro; b) certeza quanto ao não recebimento do produto subjacente ao título negociado.

No caso da CPR com entrega física, a possibilidade de não recebimento do produto ocorre se existir um mercado secundário líquido ou, eventualmente, quando emitente e comprador entrarem em acordo para liquidá-la financeiramente. Para um investidor, é necessário que fique claro que a CPR deverá ser liquidada na forma financeira, pois, dependendo da situação de mercado, o produtor pode querer entregar o produto, criando transtornos para o detentor do título, que não deseja ou não pode recebê-lo por imposições legais.

Como qualquer instrumento, a CPR com liquidação financeira apresenta pontos favoráveis e desfavoráveis, principalmente, dependendo da posição do agente, se vendedor ou comprador.

Como pontos favoráveis, esperavam-se, em seu lançamento: a) ampliação do número de compradores, permitindo, pela maior liquidez, a venda tempestiva e em condições mais favoráveis; b) eliminação dos problemas de classificação e entrega tão presentes nas reclamações dos produtores que já fizeram transações por intermédio de CPR; c) redução de custos de preparação e entrega do produto; d) ampliação do mercado secundário; e) difusão entre os produtores do hábito de negociar a futuro, com a utilização de contratos futuros e de opções; e) possibilidade de redução de custos com registro do título, desde que ocorra, por exemplo, a criação de alternativas que substituam a necessidade de se recorrer aos registros de imóveis etc.

Da análise dos pontos positivos, destacam-se a possibilidade de aumento do número de compradores, com consequência direta sobre a alocação de recursos para atendimento das atividades rurais e a eventual queda nos deságios praticados, dada a maior pulverização do mercado comprador.

Como dito acima, a classificação e entrega tem sido alvo de muitas reclamações por parte dos produtores, principalmente de café (GONZALEZ, 1999a:

116). Note-se, a propósito, que no início deste artigo foram fornecidos dados que mostravam ser de café a quase totalidade das cédulas avalizadas pelo BB.

A CPR, conforme a lei, é representativa da promessa de entrega de produtos rurais e o emitente não pode invocar em seu benefício (em caso de inadimplência) o caso fortuito ou de força maior. Assim, parece que o intuito do legislador foi o de deixar clara a necessidade de que o título estivesse lastreado em produto rural. Na CPR Financeira esse entendimento é relaxado, não eliminando, porém, o risco de ocorrência de vendas fictícias ou acima da capacidade de produção do emitente. Este fato, caso ocorra, pode ocasionar reflexos na integridade do título ou, em caso de persistência, a intervenção das autoridades reguladoras.

Outro ponto a ser considerado é a vulnerabilidade do produtor quando da venda de seu produto, presente em qualquer forma de financiamento. O produtor normalmente comercializa sua produção em sua região e, em relação ao preço, se sujeita ao poder de mercado de empresas monopsonistas ou oligopsonistas. Como fragilidade adicional, ao ter que obter dinheiro para resgatar a CPRF, o produtor pode ficar em uma situação de *squeeze*, com oferta de preços menores pela fragilidade que ostenta (estrutura de mercado e necessidade premente de recursos). Além desses pontos, o comprador do produto pode não honrar a compra, deixando o emitente sem recursos para recomprar a CPRF e sem o produto vendido.

A teoria diz que a possibilidade de entrega final é que leva à determinação do preço futuro (HULL, 1996: 47). Se essa assertiva pode ser aplicada às CPRs com liquidação financeira, mais uma preocupação emerge, uma vez que a entrega física não se concretiza. No entanto esse não deve ser um motivo para grande preocupação, pois é prevista a liquidação por meio de indicadores financeiros que, pela sua estreita vinculação aos mercados físicos, devem ao fim refletir a situação desses mercados.

Com relação aos indicadores financeiros, esses representam uma média de preços físicos vigentes em vários mercados. Sendo assim, a aderência do preço de um determinado local, para um produtor individual, vai depender não só da representatividade de seu mercado na formação do indicador, quanto da representatividade e da variação de preços ocorrida nos demais mercados. Ou, em outras palavras, se na CPR o produtor tem o preço formado por meio de leilão, no caso da liquidação financeira o preço será referenciado em um indicador, acarretando-lhe o risco de diferencial de preços (diferença entre o preço no mercado local e o indicador), algo como um risco de base. Esse risco, contudo, pode ser mitigado mediante as seguintes práticas: a) previsão da magnitude dos diferenciais de preço por meio de modelos de previsão; b) utilização de contratos futuros de diferencial de preços (ou de base, conforme se escolher a nomenclatura); c) aquisição de opções de venda referenciadas no indicador; d) venda de contratos futuros.

Ainda quanto ao risco do diferencial de preços, esse não é diferente do risco assumido pelo produtor em operações de *hedging* de venda nos mercados futuros, ou seja, quando o produtor assume uma posição vendida (com o objetivo de travar um determinado preço), no vencimento da operação poderá haver um descolamento entre os preços físico e futuro, ocasionando-lhe lucro ou prejuízo na operação realizada.

Outros riscos presentes na produção rural financiada podem ser a ocorrência de manipulação de preços no mercado físico, frente à necessidade de se recomprar a CPRF ou liquidar a operação de custeio, ou a concentração da oferta. No entanto podem ser contornados desde que o produtor possa resgatar a CPRF sem precisar negociar sua produção no mercado local, praticando, por exemplo: a) venda a termo de sua produção; b) oferta do produto em leilões de alcance nacional (ou até internacional), visando a alargar o mercado comprador; c) financiamento do carregamento da posição física por meio de EGF ou de outras linhas de crédito; d) venda de CPR de produto colhido.

A MP 2.017, que criou a CPR Financeira, foi bastante cuidadosa na descrição do preço ou do indicador de preço a ser adotado, com o objetivo de manter a referência em produto. No entanto o mercado acabou criando uma CPRF com preço fixo⁹, “onde o preço de resgate já é determinado na emissão do título e corresponde a um percentual da cotação do produto no mercado...”. (VENDRAME, 2001: 51). Essa modalidade fixa *ex ante* o valor monetário de liquidação do título, desvirtuando o modelo de equivalência-produto e equiparando-o a uma nota promissória, com as seguintes consequências: a) torna a operação meramente financeira, retirando do comprador do título qualquer risco de variação de preços; b) não estimula a utilização de contratos futuros ou de opções, na ponta compradora, uma vez que não há posição a “*hedgear*”.

Não é por acaso que Rizardi (2007: 33) ao entrevistar um comprador de produtos agrícolas obteve o seguinte depoimento “Não consigo entender muito bem a relação entre a CPR financeira e o produto, já que ela não tem vínculo com o preço do mesmo e só o utiliza para saber quanto dinheiro adiantar, e a liquidação é por uma taxa de juros pré-definida. Para mim, a CPR deverá ter outro nome, pois é uma garantia. Acho que a CPR financeira seria mesmo uma CPR se o valor de liquidação estivesse vinculado ao preço da *commodity* no vencimento”.

5. Desempenho e evidências da CPRF

Gonzalez (1999b) concluía sua análise a respeito da criação da Cédula de Financiamento de Produto de Origem Rural com a seguinte frase: “lançado esse título, fatalmente as forças de mercado forneceriam seu veredicto. Se agregar valor, sobreviverá e terá sucesso. Em caso contrário, certamente não

encontrará ofertantes e tomadores, sucumbindo ao final”.

Pela análise dos dados das CPFR intermediadas pelo Banco do Brasil (Tabela 2, a seguir), percebe-se que o início foi de pleno êxito. No ano de seu lançamento, foram realizadas 9.196 operações, número só atingido pela CPR Física (CPR-P), com entrega de produto, em seu oitavo ano de existência. Até 2010 foram intermediadas pelo BB 62.311 CPRs Físicas, marca atingida pela modalidade financeira em seu quarto ano de existência. Em termos de quantidades totais, a CPRF, em seus 11 anos, quase quadruplicou (3,9 vezes) a quantidade de títulos da modalidade produto, cujo lançamento se deu em 1994, seis anos antes.

Em termos de valores, a CPRF atingiu, no primeiro ano, em valores constantes de 2010 (atualização pelo IPCA), R\$ 751 milhões, marca só atingida pela CPR-P em seu sexto ano de existência. Tomados os valores totais, a CPRF, em onze anos de operação, quintuplica o da CRP-P, em seus 17 anos de existência.

Pelos dados analisados nos parágrafos anteriores, pode-se afirmar que a CPRF¹⁰ vem obtendo sucesso, principalmente quando comparada com a modalidade produto e considerada a base de dados, restrita ao Banco do Brasil. No entanto, quando verificamos o Gráfico 2, muito parecido com uma curva normal, uma preocupação surge: o que aconteceu com a CPR Financeira? O mercado a está rejeitando?

Note-se, no Gráfico 2, que a emissão de CPRF de café, ao contrário da modalidade produto (o qual representa quase cem por cento do total), apresenta um comportamento estável ao longo do tempo, enquanto bovinos e “outros” têm uma trajetória ascendente para depois declinar.

Tabela 2 – CPRs Financeiras intermediadas pelo Banco do Brasil – 2000/2010

| ANO | Bovinos | | Café | | Outros | | Total | | |
|---------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------|-------------------------|---------------------------------|-----------|--|
| | Nº Ope- rações | Nº Ope- rações | Nº Ope- rações | Nº Ope- rações | Var. % | Vr.Negociado R\$ mil | Vr. Negociado Constante 2010 | Var. % | |
| 2000 | 2.602 | 2.721 | 3.873 | 9.196 | | 395.619 | 751.041 | | |
| 2001 | 4.766 | 1.464 | 5.921 | 12.151 | 32,13 | 570.686 | 1.006.179 | 33,97 | |
| 2002 | 5.889 | 1.142 | 7.982 | 15.013 | 23,55 | 722.975 | 1.132.744 | 12,58 | |
| 2003 | 7.128 | 919 | 14.338 | 22.385 | 49,10 | 1.150.617 | 1.649.366 | 45,61 | |
| 2004 | 18.163 | 1.974 | 33.980 | 54.117 | 141,76 | 4.026.968 | 5.364.809 | 225,26 | |
| 2005 | 22.698 | 3.565 | 28.292 | 54.555 | 0,81 | 3.936.094 | 4.961.475 | -7,52 | |
| 2006 | 14.003 | 4.184 | 11.481 | 29.668 | -45,62 | 2.023.226 | 2.472.613 | -50,16 | |
| 2007 | 7.028 | 3.068 | 4.924 | 15.020 | -49,37 | 1.075.207 | 1.257.951 | -49,12 | |
| 2008 | 5.184 | 2.993 | 4.206 | 12.383 | -17,56 | 1.060.530 | 1.171.622 | -6,86 | |
| 2009 | 4.846 | 3.101 | 3.650 | 11.597 | -6,35 | 1.048.491 | 1.110.443 | -5,22 | |
| 2010 | 3.555 | 2.030 | 2.564 | 8.149 | -29,73 | 777.389 | 777.389 | -29,99 | |
| Totais | 95.862 | 27.161 | 121.211 | 244.234 | | 16.787.802 | 21.655.631 | | |

Fonte: elaborado pelo autor, com dados do BB Dirag Siagro

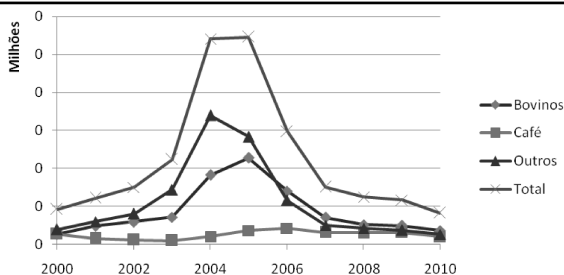
Para o total de cédulas emitidas, a queda pode, por exemplo, ser derivada de

uma mudança de política do Banco do Brasil, eventualmente em decorrência de contratos não cumpridos (inadimplência), derivados ou não da queda de renda do produtor a partir de 2005. Aliás, Souza e Bacha (2009) registram que “a inadimplência de grandes produtores nos anos de 2006 a 2008 levou a não renovação de parte das CPR” o que evidenciaria, na verdade, um esquema de rolagem dos títulos não compatível com sua natureza, que é nitidamente de curto prazo.

Quanto à segunda pergunta anteriormente formulada, os dados da Cetip¹¹ (Gráfico e Tabela 3) mostram números de estoque de CPRF com crescimento exponencial de 2006 a 2009 e leve declínio em 2010 (dados até 13 de dezembro). Por esses números, não estaria validada a eventualidade de rejeição pelo mercado.

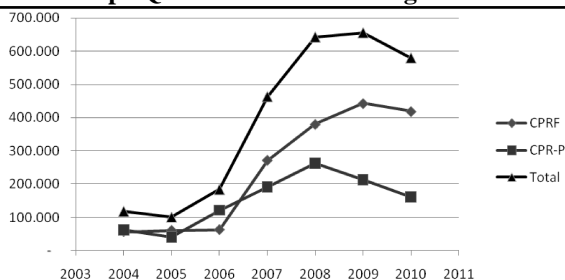
Já para a CPR-P (com entrega de produto), os dados da Cetip mostram crescimento até 2008 e queda a partir de então. Esse movimento talvez possa ser associado à queda na emissão de CPRs de café ou, ainda, pode estar havendo substituição de uma modalidade por outra, uma vez que a CPR Financeira apresenta facilitadores que a outra não detém (não classificação do produto, inexistência de despesas com frete etc.), tornando-a, portanto, mais atrativa.

Gráfico 2 – Quantidade de CPRs Financeiras emitidas – 2000/2010



Fonte: elaborado pelo autor, com dados do BB Dirag Siagro

Gráfico 3 – Cetip - Quantidade de CPRs registradas – 2004/2010



Fonte: Cetip – www.cetip.com.br

Tabela 3 – CETIP – Estoque de CPRs Registradas – 2004/2010

| Ano | CPRF Financeira | CPR Produto | Total |
|------------|------------------------|--------------------|--------------|
| 2004 | 56.797 | 62.129 | 118.926 |
| 2005 | 60.314 | 40.893 | 101.207 |
| 2006 | 62.759 | 121.547 | 184.306 |
| 2007 | 271.820 | 191.627 | 463.447 |
| 2008 | 380.069 | 262.492 | 642.561 |
| 2009 | 442.884 | 212.411 | 655.295 |
| 2010 | 418.827 | 160.901 | 579.728 |

Fonte: Cetip – www.cetip.com.br

Pelos números apontados, parece que a vantagem de alargamento do mercado comprador, apontada por Gonzalez e Marques (2000b), foi atingida. Por outro lado, como os emitentes resgatam suas CPR em dinheiro ou via transferência bancária, os problemas – e custos – de classificação do produto são também eliminados.

6. CPRF – Resultados Empíricos

Um olhar em perspectiva para a CPR com liquidação financeira pressupõe analisar se há resultados empíricos que permitam aferir, principalmente, os dois maiores objetivos do título, quais sejam: servir como instrumento de proteção de preços e de financiamento, a um custo mais baixo do que a CPR Física ou outras modalidades de crédito com recursos livres.

Abdala (2002), analisando os custos de produção para a lavoura de café, comparou o custo financeiro em recursos obtidos com a emissão de CPR (física e financeira) ao custo do crédito no mercado informal e concluiu “observamos que a CPR tem custos financeiros inferiores em comparação com as operações informais de crédito. A introdução da CPR financeira cria novas perspectivas ao título “[...] pelo seu expressivo crescimento de negócios materializados inclusive na redução das taxas de financiamento em comparação com a modalidade física” (61).

Duarte (2003), por sua vez, adotando a técnica de estudo de caso, analisou o ambiente negocial da CPR de café nos municípios de Cornélio Procópio e Santo Antônio da Platina – norte do Paraná – com 56 produtores emitentes de CPR. Desenvolveu seu trabalho ouvindo produtores, agências do Banco do Brasil e Sindicato Rural, com o objetivo de comparar o custo da CPR com alternativas de crédito; dimensionar o efeito do custo de aval na taxa efetiva das CPR Física e avaliar a utilização de contratos futuros ou de opções na comercialização das safras. O autor obteve os seguintes resultados:

- a) a taxa média de juros da CPRF Financeira foi de 24,43% aa em 2001 e de 25,23% aa em 2002, frente a modalidades de crédito pessoal, que variaram de 52,87% aa a 166,16% aa, e ao CDI, cuja taxa média foi de 19,09% aa em 2002;
- b) CPR Física (emissões em datas diferentes): três casos com taxas negativas de juros (houve queda de preços); um caso de 22,6% aa, outro de 29,4% aa; três na faixa de 48% aa; dois casos na faixa de 60% aa e, um último, na faixa de 121% aa;
- c) de opções de venda (put) cotadas na Bolsa de Nova Iorque com o preço à vista no norte do Paraná. Conclusão: teria sido vantajoso fixar preço por meio de opções;
- d) de puts com CPR-P para as mesmas datas: i) opções: teriam sido inócuas; ii) CPR-P: preços fixados em patamares remuneradores, porém com taxa efetiva de juros de até 50% aa;
- e) de contratos futuros com preço à vista de café: os contratos futuros teriam sido vantajosos para os negócios analisados;
- f) CPR: 7% proteção (preço); 93% como forma de financiamento; Futuros: 14% operaram; 86% sem experiência; opções: 28% operaram e 72% sem experiência.

Também adotando a técnica de estudo de caso, Vendrame (2001) analisa a CPR frente a alternativas de financiamento de soja e localiza seu trabalho na microrregião de Cornélio Procópio, norte do Paraná. O autor obteve os seguintes resultados:

- a) taxa de juros variando entre 30,11 e 42,38% aa, com taxa média de 34,99% aa e desvio padrão de 3,93, para 15 observações;
- b) rentabilidade média para o produtor, de 11,11% e desvio padrão de 8,28. Comparou o valor líquido (valor recebido) obtido na emissão das CPR com os respectivos custos de produção. Em 15 observações, apenas uma mostrou rentabilidade negativa. As emissões variaram de forma inversa com a data de emissão. A mais antiga apresentou rentabilidade negativa de 3,1%, enquanto a mais recente obteve 27,2%;
- c) comparando a CPR formal, modalidade produto, com o sistema de trocas diretas (CPR de gaveta) encontrou taxa média de juros paga pelos produtores de 34,99% aa, com desvio padrão de 3,93, para a primeira, enquanto, para a segunda, a taxa média foi de 42,83% aa, com desvio padrão de 5,83;

- d) calculou a taxa de juros para CPRFs emitidas em 15 diferentes datas, safra 2000/1, e obteve taxa média de juros de 18,65% aa, com desvio padrão de 1,38. Como se pode perceber, a taxa de juros embutida na CPRF foi substancialmente inferior à da CRP-P, ou seja, 46,7% inferior.

Já Koteski (2001), ao contrário dos demais, utilizou em sua análise a visão do cedente dos recursos em vez da visão do tomador (na verdade são imagens espelhadas). Teve, como universo, 124 CPRF emitidas com a interveniência do Banco do Brasil. Resultados obtidos:

- a) rendimento para o investidor superior ao da caderneta de poupança e, também, superior 12%, em média, ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário);
- b) concluiu que a CPRF é atrativa para o investidor, independente da *commodity* objeto.

Outro trabalho analisado foi o de Souza (2006), o qual toma por base cinco CPRF emitidas em abril e maio de 2003, cinco emitidas em março e maio de 2004 e outras cinco, emitidas em março, abril e maio de 2005. Como os meses citados são pós-colheita, seu objetivo foi o de analisá-las enquanto instrumento de comercialização. As CPRF de soja foram emitidas na microrregião de Londrina. Resultados obtidos:

- a) 2003: taxa média de juros de 42,5%, no período, para uma variação nominal média do preço da soja de 12%. Para três das CPRF analisadas, a estratégia de emissão como alternativa para aguardar preços mais remuneradores não foi vantajosa, ao contrário das outras duas;
- b) 2004: taxa média de juros de 27,8%, no período, para uma queda média de 34,7% no preço. A estratégia foi desvantajosa nos cinco casos analisados;
- c) 2005: taxa média de juros de 27,3%, no período, para uma queda média de 17,9% no preço. A estratégia foi desvantajosa nos cinco casos analisados.

Como se percebe pelos casos analisados, a CPR Financeira tornou-se um título mais atraente do que a CPR Física como instrumento de financiamento das necessidades de condução da lavoura, não se revelando, contudo, instrumento

eficiente no financiamento do carregamento de estoques, estratégia típica da fase de comercialização.

Considerações finais

A Cédula de Produto Rural com entrega de produto (CRP-P) foi lançada num contexto de escassez de crédito convencional e, não muito distante de seu lançamento, iniciou-se um movimento para incorporar a ela a possibilidade de liquidação financeira. Entre os prós e contras existentes no lançamento de um título referenciado em produto, porém com liquidação financeira, entende-se que a CPRF passou a ser mais uma alternativa a disposição dos produtores.

Submetida a CPRF ao teste do mercado, percebeu-se que a quantidade de emissões aumentou em decorrência do alargamento tanto do mercado emissor quanto comprador, quando comparada à modalidade com entrega de produto (CRP-P). Vantagens foram introduzidas, tornando o título mais líquido. Percebe-se, porém, que a introdução da CPRF com preço fixo desvirtua o título quanto a seu objetivo de ter uma *commodity* como ativo objeto (referenciação em produto) e libera o investidor dos riscos de variação de preços gerando uma assimetria no papel dos agentes emissor e comprador.

Os resultados empíricos mostrados apontam melhoria para o produtor no custo de levantamento de fundos pela CPRF e na ampliação do mercado comprador, fatores que são insuficientes para dizer que o título e o mercado estão maduros. O crescimento das transações deve apontar caminhos que permitam correções de rumo de forma a permitir ao produtor aumentar seu grau de profissionalização na comercialização de suas safras. É importante que o produtor seja mais ativo nesse mercado e, para isso, as cooperativas e os sindicatos rurais poderiam desempenhar importante papel, seja em termos educativos, seja estruturando operações que fortaleçam a atuação no mercado. O fortalecimento do produtor na colocação dos papéis ainda é uma questão em aberto.

Notas

¹ Sobre a CPR, Nuevo (1996) e Gonzalez (1999) fizeram estudos conceituais sobre o tema e, em relação aos novos títulos criados pela Lei 11.076, de 30/12/2004 (Certificado de Depósito Agropecuário (CDA), Warrant Agropecuário (WA), Certificado de Direitos Creditórios dos Agronegócios (CDCA), Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)), ver, por exemplo, Marques e Silva (2006) e Oliveira (2007).

² Em relação às mudanças no financiamento agropecuário ver, entre outros, Gasques et. al. (2004) e Gonzalez e Costa (1998).

³ Uma amostra dessa variedade pode ser vista em Abdala (2002, p.48/9).

⁴ Segundo Andima (2008) apud Souza e Bacha (2009), o valor das transações anuais atinge R\$ 30 milhões.

⁵ No final da década de 90 do século passado, a BM&F (Bolsa de Mercadorias e Futuros), visando estimular os negócios com papéis agrícolas preparou um projeto de CPR com liquidação financeira, baseada em indicador de preços, e o submeteu à apreciação do Banco Central (GONZALEZ, 1999a). Apesar de poucas informações disponíveis e, em decorrência do movimento em prol da CPR Financeira, Gonzalez foi instado pelo seu orientador a abordar o assunto em sua tese de doutorado. Possivelmente a primeira abordagem acadêmica sobre o tema.

⁶ Fazia parte do conjunto de documentos elaborados uma minuta de “Escritura Pública de Outorga de Garantia Hipotecária e Outras Avenças”, a qual previa em seu item segundo: “Para fins de vinculação de garantia às operações descritas nesta escritura (itens PRIMEIRO e TERCEIRO), cujo prazo de validade é aqui fixado até —/—/—, OUTORGANTE e CREDOR estabelecem um limite da ordem de R\$.…… (por extenso), até o qual o bem ofertado em garantia responderá pelas operações celebradas entre as partes” e, ainda, “o limite fixado no item anterior garantirá a soma dos valores das obrigações assumidas pelo OUTORGANTE (principal e acessórios), relativamente às operações discriminadas no item PRIMEIRO, que serão pactuadas no futuro e até a data fixada na cláusula segunda, além das abaixo indicadas, já contratadas com o CREDOR...” (item terceiro).

⁷ Esta seção e a próxima foram tiveram como base Gonzalez e Marques (2000).

⁸ Estas três condições, liquidez, certeza e exigibilidade, propiciam a cobrança judicial direta por meio de uma ação de execução. Em não havendo esses requisitos, tem-se que mover uma ação de cobrança para, depois de finda, iniciar-se a respectiva execução.

⁹ Das CPRs (CPR-P e CPRF) registradas no SRCA – Sistema de Registro de Custódia de Títulos do Agronegócio –, em 21/12/2010, 78,7% eram de CPRF preço fixo.

¹⁰ Em relação ao desempenho da CPRF para a bovinocultura, Abdala (2002, p.68), entende que havia uma demanda reprimida de pecuaristas por CPR que não era atendida, dadas as características contratuais da CPR física e as peculiaridades do mercado de bovinos.

¹¹ Cetip S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (www.cetip.com.br).

Referências

ABDALA, F.M. As Fontes Privadas de Financiamento Agrícola: a Análise da Cédula de Produto Rural. Niterói: UFF, 2001, Dissertação de Mestrado.

BANCO DO BRASIL. Informações Corporativas. 28.02.2000. Brasília-DF.

BERTUCCI, A.C. FINAGRO - Securitização, Financiamento e Comercialização da Produção Agropecuária. In: *Instrumentos Públicos e Privados de Financiamento e Gerenciamento de Riscos no Agronegócio* (Workshop). Piracicaba: ESALQ/USP, 1999, p. 31 -51.

DUARTE, A.C. Cédula de Produto Rural (CPR) e Mercados Futuros e de Opções

- como instrumento de Financiamento e Redução de Risco na cultura de Café. Florianópolis: UFSC, 2003, Dissertação de Mestrado.
- GASQUES, J.G. et al. Desempenho e Crescimento do Agronegócio no Brasil. Brasília, Ipea, 2004. Texto para Discussão nº 1009.
- GONZALEZ, B.C. de R. e COSTA, S.M.A.L. Agricultura: Modernização e Desempenho. *Revista Teoria e Evidência Econômica*, v.5, nº 10, p. 7-35, maio, 1998.
- GONZALEZ, B.C. de R. Os Ambientes Contratual e Operacional da Cédula de Produto Rural (CPR) e interações com os Mercados Futuros e de Opções. Piracicaba: ESALQ/USP, 1999a, Tese de Doutorado.
- GONZALEZ, B.C. de R. Cédula de Financiamento de Produto de Origem Rural (CFPR), Brasília, 1999b, Projeto de Implantação (não publicado).
- GONZALEZ, B.C. de R. Novas Formas de Financiamento da Produção, Base do Agronegócio. In: MONTOYA, M.A. e PARRÉ, J.L. *O Agronegócio no Brasil: Realidades e Perspectivas*. Passo Fundo: Ediuopf, 2000a.
- GONZALEZ, B.C. de R. e MARQUES, P.V. Características, Vantagens e Riscos da CPR com Liquidação Financeira. *Revista Preços Agrícolas*, Março/2000b, p.17-19.
- HULL. *Introdução aos Mercados Futuros e de Opções*. 2ª edição, São Paulo: BM&F/Cultura, 1996.
- KOTESKI, M.A. A Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira (CRPF) como Alternativa de Financiamento para a Agropecuária e para Aplicação de Investidores. Brasília: UnB, 2001, Dissertação de Mestrado.
- LIMA, R.A. de S. Financiamento Agrícola: Estruturando uma Solução. In: Instrumentos Públicos e Privados de Financiamento e Gerenciamento de Riscos no Agronegócio (Workshop). Piracicaba: ESALQ/USP, 1999, p.01-19.
- MACHADO, R.R.B. Informações Gerais sobre a CPR. São Paulo, outubro, 1997 (comunicação pessoal).
- MARQUES, P.V. e SILVA, G. S. Os cinco novos instrumentos não tradicionais de financiamento do agronegócio brasileiro. *Série Pesquisa nº P-59*. Departamento de Economia, Administração e Sociologia. Piracicaba: Esalq/USP, 2006.
- NUEVO, P.A.S. A Cédula de Produto Rural (CPR) como Alternativa para Financiamento da Atividade Agropecuária. Piracicaba: USP/ESALQ, 1996, Dissertação de Mestrado.
- OLIVEIRA, C. Financiamento Agrícola no Brasil: Uma Análise dos Novos Títulos de Captação de Recursos Privados. UFRRJ: Seropédica, 2007, Dissertação de Mestrado.

- SOUZA, K.C.R. de Cédula de Produto Rural Financeira – CPRF como Alternativa de Comercialização da Cultura de Soja na Região de Londrina (PR). Curitiba, 2006, UFPR, Monografia de Especialização.
- SOUZA, W.R. e BACHA, C.J.C. A utilização dos novos instrumentos de Crédito Rural em estratégias de portfólios para diminuição do custo financeiro. 47º Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural. Porto Alegre, de 26 a 30 de julho de 2009.
- VENDRAME, J.F. *Cédula de Produto Rural – CPR como alternativa de Financiamento na cultura da Soja*. Florianópolis: UFSC, 2001, Dissertação de Mestrado.

Resumo

Neste artigo, são apresentados um breve histórico da realidade econômica que favoreceu o surgimento da CPR (Cédula de Produto Rural), os bastidores da criação da CPR com liquidação financeira (CPRF) com a possibilidade de criação de um título alternativo, as características da CPRF, suas vantagens, riscos e sua trajetória ao longo dos últimos onze anos. Para análise da trajetória da CPRF, foram pesquisados dados do Banco do Brasil e trabalhos empíricos, os quais permitiram confirmar expectativas havidas no lançamento do título, ou seja, alargamento dos mercados emissor e comprador do papel e redução dos encargos financeiros em relação à modalidade com entrega de produto.

Palavras-chave: CPR; CPR Financeira; Financiamento agrícola; Cédula de produto rural

Abstract

This paper presents a historical briefing of the Brazilian economic context that favored the creation of the CPR (Agricultural Product Note), the underlying facts that led to the creation of the CPR with cash settlement (CPRF), its characteristics, advantages and its trajectory over the last eleven years. In order to analyze the trajectory of CPRF, data from Banco do Brasil as well as some empirical works were surveyed, what allowed to verify the realization of expectations that rose when the note was created, for instance, the enlargement of both issuer and buyer markets and the reduction of financial costs in comparison to previous CPR.

Key words: CPRF; Financial CPR; Agricultural financing; Agricultural product note

Resumen

El artículo presenta un breve histórico de la realidad económica que favoreció el surgimiento de la CPR (Cédula de Producto Rural), los bastidores de la creación de la CPR con liquidación en efectivo (CPRF), con la posibilidad de crear un título alternativo, las características de la CPRF, sus ventajas, riesgos y su trayectoria en los últimos once años. Para analizar la trayectoria de la CPRF se han investigado datos del Banco de Brasil y trabajos empíricos, los cuales permitieron confirmar las expectativas que ya existían desde el lanzamiento del título, o sea, la ampliación de los mercados emisores y compradores y reducción de los costes financieros en relación a la modalidad con entrega del producto.

Palabras clave: CPRF; CPR financiero; Financiación agrícola; Nota de producto rural

OPINIÃO

Isabela Coutinho Machado
Bacharel em Turismo – UPIS
Mestranda em Turismo – UnB

Magali Regina Michels Przybycien
Bacharel em Turismo e Hotelaria – UNIVALI
Mestre em Planejamento e Gestão Ambiental – UCB
Professora e Coordenadora do Curso de Turismo – UPIS

Efeitos econômicos e ambientais do turismo em Caldas Novas - GO

Introdução

O turismo é, sem dúvida, atividade de caráter econômico, que gera renda aos destinos visitados, promove empregos e propicia a melhoria da qualidade de vida da comunidade local. Porém, se analisado somente o aspecto econômico do turismo, imprime-se visão limitada da atividade, compreensível que se tornam, todos os benefícios sociais e culturais advindos do deslocamento de pessoas em busca de novas experiências, novas culturas e novos contatos. Os atrativos turísticos que motivam a visita são os mais variados possíveis, desde casarões antigos, monumentos arquitetônicos, inscrições rupestres, festas típicas, danças, culinária até os atrativos naturais, como praias, cachoeiras, cavernas e águas termais. Este último, considerado o atrativo principal de um dos mais importantes destinos turísticos do centro-oeste, Caldas Novas.

Caldas Novas, município do estado de Goiás, foi descoberto em 1722 pelo bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, que, passando pela região em busca de jazidas de ouro, percebeu as fontes de água quente. Antes disso, só os índios da tribo Caiapó e Xavante, primeiros habitantes da região, aproveitavam os banhos nas águas termais, pois as consideravam medicinais e revigorantes.

O povoamento da região deveu-se a dois fatores principais: às águas termais e ao ouro abundante às margens do Córrego das Caldas, na época chamado Córrego das Lavras. Quando a notícia de uma região com ouro e águas supostamente “medicinais” se espalhou, muitos forasteiros e doentes procuraram o lugar e também se instalaram por lá. A fama do local ficou cada vez maior, e o capitão-geral da província de Goiás, governador Fernando Delgado de Castilho, foi até lá com o objetivo de tratar o seu reumatismo. O governador curou-se da doença e permitiu a propaganda da região.

Em 1910, Víctor Ozeda Alla construiu a primeira casa de banho particular e, em 1920, o farmacêutico Ciro Palmerston construiu o primeiro balneário público. Visitantes iam à cidade, em busca das águas termais para o tratamento de doenças.

Elas surgem de camadas profundas do subsolo. Quando chegam à superfície pela pressão, trazem sais minerais e gases, que seriam os responsáveis por suas propriedades terapêuticas. Considerada o maior manancial de águas termais do mundo por sua abundância, conta com vários clubes e hotéis com piscinas de águas quentes naturais voltadas para turistas nacionais e estrangeiros que visitam o local com frequência. Hoje, a principal atividade econômica da cidade é o turismo, chegando a receber, em período de alta temporada, até 500 mil turistas.

Se por um lado, o turismo de massa proporciona benefícios econômicos e sociais à cidade, por outro causa preocupação em relação ao uso indiscriminado dos recursos naturais, especialmente as águas termais, que, diga-se de passagem, representam o próprio atrativo em torno do qual, se desenvolve a atividade turística de Caldas Novas. Nesse sentido, o presente artigo pretende, não de maneira a esgotar o assunto, mas no intuito de suscitar novas discussões, analisar os aspectos econômicos e ambientais oriundos da atividade turística em Caldas Novas, e sugerir ações para mitigação dos possíveis impactos negativos com vistas ao desenvolvimento do turismo pautado nos princípios da sustentabilidade, e não meramente no lucro imediato que ignora suas consequências à sobrevivência dos próprios empreendimentos e da comunidade.

1. O turismo sustentável

Existe uma tendência crescente para o desenvolvimento do turismo com base nas premissas da sustentabilidade. As duas dimensões do turismo sustentável, comumente abordadas por autores e discutidas aqui, são a econômica e a ambiental. A dimensão social, embora não menos importante, não será objeto de estudo deste trabalho, pois seus estudos são mais complexos, demandando longo tempo para verificação dos efeitos, que inclusive são de difícil mensuração. O que se observa no cenário turístico nacional é que a maioria dos destinos turísticos ainda não adota práticas sustentáveis, salvo raras ações pontuais e isoladas. O turismo tem se desenvolvido com foco no turismo de massa e sem planejamento adequado, como é o caso de Caldas Novas/GO. Mas, para alguns gestores do turismo, ainda fica a pergunta: o que é turismo sustentável?

O termo “sustentabilidade” tornou-se comum, é ouvido com frequência e chega a ser utilizado em demasia. A palavra tornou-se tão conhecida que é encaixada em qualquer expressão. Fala-se sobre desenvolvimento sustentável, produtos sustentáveis, práticas sustentáveis e claro Turismo Sustentável. O curioso é que a sustentabilidade é uma questão amplamente discutida, mas não há uma definição

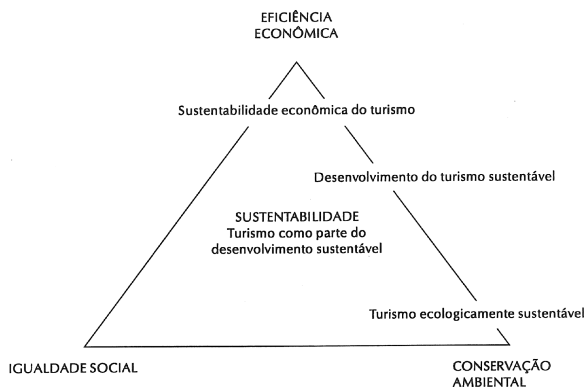
consolidada. É o que também acontece para o termo “Turismo Sustentável”. Conforme a discussão proposta por Swarbrooke (2000), são conhecidos diversos conceitos de turismo sustentável. Contudo nenhum deles é definitivo. Caso essa atividade seja considerada de acordo com o Relatório Brundtland de sustentabilidade, poderia ser adotada a seguinte definição: turismo sustentável é aquele que satisfaz as necessidades dos viajantes, do *trade* turístico e da comunidade receptora de visitantes, no tempo presente, todavia sem comprometer a possibilidade dessas futuras gerações suprirem suas necessidades. Outros termos também são empregados para tratar do assunto como: turismo responsável, turismo alternativo, ecoturismo, turismo propício ao meio ambiente e turismo de mínimo impacto. Seja qual for a nomenclatura utilizada, o que importa é a abrangência que o conceito ganha no turismo. Segundo SWARBROOKE (2000: 23), são elencados alguns aspectos que devem ser observados na relação do turismo com a sustentabilidade.

- a) Poluição: do ar, da água, sonora e visual.
- b) Uso de recursos: água, solo, alimento.
- c) Vida selvagem: safáris, caças, zoológicos, habitats.
- d) Práticas operacionais de organizações de turismo: reciclagem, compras, eliminação de refugos, conservação de energia.
- e) A comunidade local: distribuição dos benefícios do turismo, grau de controle sobre o turismo local.
- f) O turista: preocupações, comportamento.
- g) A indústria do turismo: regulamentações próprias, códigos de prática, relações com a comunidade local, iniciativas relacionadas ao turismo sustentável, políticas de emprego.
- h) Política do setor público: custeio, legislação, planejamento.
- i) Políticas e práticas conservacionistas: paisagens interioranas, paisagens urbanas, vida selvagem.

É importante ressaltar que a sustentabilidade independente do autor ou país que formule sua definição, estará relacionada a três pilares: econômico, social e ambiental, o que no turismo significa, em linhas gerais, a geração de emprego e renda para a comunidade local; a melhoria da qualidade de vida da população receptora com a implantação de infraestrutura básica e turística; a conservação dos recursos ambientais assegurando a sua condição de atrativo turístico para as atuais e futuras gerações. Ainda que essas três áreas (ambiental, econômica e social) produzam efeitos separadamente, é importante que estejam integradas, conforme a

figura 1, visto que os impactos negativos sofridos por uma podem acarretar impactos na outra.

Figura 1 – A relação entre os três pilares



Fonte: Swarbrooke, 2000: 129

1.1 O pilar econômico

Em países desenvolvidos como Espanha e França, o turismo figura entre os principais responsáveis pela entrada de divisas estrangeiras. No Brasil, os recursos financeiros provenientes da atividade turística são crescentes a cada ano. No turismo, é comum a utilização de uma expressão que tem relação com os efeitos econômicos, o chamado “efeito multiplicador”, que expressa a circulação do dinheiro gasto pelos turistas na economia local. A figura 2 representa o efeito multiplicador.

Figura 2 – O efeito multiplicador no turismo

Gastos dos Turistas

Alojamento, alimentação, bebidas, presentes e *souvenires*, higiene pessoal, remédios, cosméticos, fotografia, recreação, excursões, passeios, guias e transporte local.

Segunda rodada de gastos

Remunerações e salários; gorjetas e gratificações; impostos sobre folhas de pagamento; comissões; música e diversão; gastos administrativos e despesas gerais; serviços profissionais; compra de suprimento de alimentos e bebidas; compra de mercadorias para revenda; compra de materiais e suprimentos; concertos e manutenção; propaganda, promoções e publicidade; aparelhos; trans-

portes; licenças; prêmios de seguro; aluguel de instalações e equipamentos; pagamentos de juros e do capital sobre empréstimos; imposto de renda e outros impostos; substituição de bens de capital; retorno ao governo.

Derradeiros beneficiários finais

Açougueiros; advogados; agricultores; arquitetos; artesãos e artistas; atletas; balconistas; caixas; carpinteiros; contadores; cozinheiros; criadores de placas; dentistas; donos de mercearias; eletricitistas; empresas atacadistas; encanadores; engenheiros; entregadores de carga; fabricantes de móveis; fabricantes de roupas; fornecedores de arte e artesanato; fornecedores e técnicos para conserto de aparelhos; funcionários da manutenção de estradas; funcionários de bancos; funcionários de manufaturas; funcionários de seguradoras; funcionários do governo; funcionários do transporte; garçons e garçonetes; gráficos e editores; jardineiros; leiteiros; médicos; obras de caridade; organizações culturais; padeiros; pescadores; pessoal de manutenção de aparelhos; pessoal de serviços automotivos; pessoal de serviços domésticos; pintores; porteiros; postos de combustível; produtores/distribuidores de cinema e vídeo; profissionais da saúde; profissionais de educação; profissionais de serviço de lavanderia; proprietários de lojas de presentes; proprietários e empregados de restaurantes; proprietários, empresários e funcionários de complexos turísticos; proprietários/funcionários de lojas de departamento; venda/aluguel de equipamentos para recreação.

Fonte: Swarbrooke, 2000: 97

Todavia o turismo proporciona, a qualquer localidade, tanto benefícios como custos econômicos. Entre os benefícios provenientes do turismo, de acordo com Swarbrooke (2000: 95), estão:

- a) criação de empregos;
- b) injeção de renda na economia local pelo efeito multiplicador;
- c) auxílio para a manutenção da viabilidade dos negócios locais;
- d) reforma e reestruturação da economia em cidades e metrópoles onde outras atividades industriais estão em declínio;
- e) estímulos a investimentos internos e industriais.

Entre os custos observados, estão:

- a) má remuneração e sazonalidade de muitos empregos;
- b) custos de ocasião;

- c) congestionamento;
- d) a necessidade de investir em infraestrutura dispendiosa que pode ser usada apenas em parte do ano;
- e) excessiva dependência do turismo, tornando a economia local vulnerável a mudanças no mercado de turismo.

A análise custo-benefício, que busca relacionar todos os pontos negativos e positivos de um determinado contexto, pode ser utilizada para avaliar a situação do contexto turístico referente a uma localidade específica. Essa relação costuma ser válida para ajudar na tomada de decisões com a finalidade de auxiliar no planejamento do desenvolvimento da atividade turística.

Dessa forma, para se alcançar, na prática, o “turismo sustentável” inicialmente faz-se necessário o planejamento público adequado das ações que serão implantadas.

O planejamento é fundamental e indispensável para o desenvolvimento turístico equilibrado e em harmonia com os recursos físicos, culturais e sociais das regiões receptoras, evitando, assim, que o turismo destrua as bases que o fazem existir. (RUSCHMANN, 1997: 10).

Para o Turismo Sustentável, é importante que os gastos dos turistas sejam maximizados, enquanto as fugas de renda advindas do turismo fruto da economia local sejam minimizadas. É possível citar várias razões favoráveis à participação do setor público no desenvolvimento sustentável do turismo, como exemplo, a contribuição para melhorar a situação do balanço de pagamentos de um país, o oferecimento de empregos, a tração de renda para as comunidades locais, a geração de renda oriunda de impostos para os órgãos públicos e o estímulo ao desenvolvimento rural e regional, bem como a reforma das áreas urbanas e a possibilidade de diversificar as economias locais.

1.2 O pilar ambiental

A Constituição Federal, no caput do art. 225, expressa que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as futuras gerações.

O dispositivo constitucional divide a responsabilidade governamental de preservação e manutenção das condições do ambiente natural com todas as pessoas residentes no Brasil, ou seja, não compete somente à esfera pública, como se imagina num primeiro momento, a obrigação de preservar o ambiente nas condições de sobrevivência da espécie humana, mas compete a cada ser humano capaz de visualizar o seu papel social, contribuindo para sua própria qualidade de vida e das gerações futuras. Muitas pessoas ainda não conseguem internalizar essa responsabilidade individualizada e continuam a agir apoiados por pensamentos egoístas e imediatistas que impedem ou dificultam a assimilação da noção individual de responsabilidade pelo meio ambiente. E ainda, há aquelas pessoas que têm a noção dos impactos que elas próprias e que a sociedade em geral causam ao ambiente natural, mas que mantêm tudo isso no mundo das ideias, ou seja, não trazem para a vida prática, não agem de acordo com o nível de conscientização adquirido, não desenvolvem nenhuma ação para minimizar os impactos causados. A sensibilização e a conscientização sem a aplicabilidade prática, de nada adiantam. Nesse mesmo patamar de inércia, encontram-se muitas empresas. Toda e qualquer empresa utiliza-se de recursos naturais, seja no processo de produção ou na gestão administrativa. Muitas delas causam impacto ambiental sem perceber. Então, vale reforçar o conceito de impacto ambiental que, conforme dispõe a Resolução CO-NAMA nº 001 de 1986, significa:

qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais.

Analisando o conceito expresso, percebe-se que os impactos ambientais são resultado das ações antrópicas e que afetam o bem-estar da população. Parece um tanto incontroverso, mas o que está acontecendo é que o homem está destruindo as suas próprias condições de sobrevivência. O turismo é uma atividade que também se utiliza de recursos naturais e, conseqüentemente, também causa impactos ambientais. A questão de destaque relacionada à atividade turística é a destruição contínua de ecossistemas naturais para uso turístico. Busca-se a ajuda do conhecimento ecológico para reverter o dano, até que se alcance a plena compatibilidade e integração entre a atividade turística e a atividade do ambiente natural.

Dessa forma, devem existir tentativas de usar a ecologia como aliada do desenvolvimento turístico pelos seus claros objetivos de conservação ambiental, junto com os meios de ordem econômica e social. Muitos tipos de atividade que impactam fortemente o meio natural atraem, de forma crescente, turistas que têm um nível médio de gastos elevado.

Além das atividades propriamente ditas, também as empresas se encontram entre as principais atividades impactantes ao ambiente. Nesse contexto, figuram inclusive os meios de hospedagem, especialmente os de Caldas Novas pelo fato da utilização dos recursos naturais, especialmente a água, como meio de atratividade dos seus empreendimentos.

Dentre os principais impactos ambientais negativos causados pelo turismo, podem ser citados:

- a) consumo de recursos ambientais;
- b) extinção de espécies animais e vegetais;
- c) poluição de corpos d'água;
- d) poluição sonora;
- e) contaminação do solo e da água.

Em contrapartida, se bem gerido, o turismo pode causar impactos ambientais positivos, como:

- a) conservação dos recursos naturais;
- b) valorização do patrimônio natural;
- c) uso múltiplo de um mesmo recurso natural;
- d) preservação da história ambiental;
- e) incentivo a práticas de reúso, redução e reciclagem.

De acordo com o relatório do Ministério do Meio Ambiente:

O conhecimento científico ainda bastante deficiente sobre o funcionamento dos ecossistemas, especialmente no que se refere às relações de causa e efeito entre os fatores naturais e os usos antrópicos, constitui, sem dúvida, um dos principais impeditivos ao desenvolvimento e aplicação de um instrumento metodológico voltado para a gestão ambientalmente adequada do espaço. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, 1995:08).

O ideal é a integração entre a administração de um empreendimento turístico e a administração do ecossistema com o objetivo de evitar que a interferência humana altere negativamente o desenvolvimento de ecossistemas.

2. O município de Caldas Novas

Caldas Novas é um município do Estado de Goiás. Seu território é de 1.590Km² e os biomas predominantes são o Cerrado e a Mata Atlântica. De acordo com dados do IBGE, sua população no ano 2007 compreendia 62.204 habitantes, com uma estimativa de 67.588 para o ano 2009. O município possui localização privilegiada, próximo a Goiânia, Brasília e Uberlândia, com rodovias de acesso em bom estado de conservação. Sua distância de Brasília é de aproximadamente 300 km. A principal atividade econômica da cidade é o turismo. É conhecida mundialmente como a maior instância hidrotermal do planeta. A cidade chega a receber 500 mil turistas na alta temporada.

Após a descoberta das águas termais em 1722, as fontes passaram mais de meio século esquecidas, o governo português decidiu guardar se descobrimento para futuras explorações.

Em 1777, o garimpeiro Martinho Coelho de Siqueira passou pelas matas da região à procura de caça e também percebeu as águas quentes da região. O garimpeiro foi em busca de seus cães e, ao pensar que estavam latindo pela presença de algum animal, deparou-se com os animais escaldados nas águas. Alguns historiadores consideram Martinho o fundador da cidade, porque, além de ter descoberto o local, o garimpeiro se instalou nele e construiu a primeira morada da região. A morada era a sede de sua Fazenda das Caldas. Ela foi um pouco modificada, mas está preservada dentro da propriedade do SESC.

O povoamento da região deveu-se a dois fatores principais: às águas termais e ao ouro abundante às margens do Córrego das Caldas, na época chamado Córrego das Lavras. Com esses dois fortes chamativos, Martinho Coelho resolveu fixar-se por lá e requereu o direito de posse das terras. Quando a notícia de uma região com ouro e águas “medicinais” se espalhou, muitos forasteiros e doentes procuraram o lugar e também se instalaram por lá. Por meio da propaganda, em 1819, o escritor e botânico francês Auguste de Saint-Hilaire foi atraído até o local onde permaneceu com suas pesquisas, financiadas por Dom João VI.

A primeira “casa de banho” de Caldas Novas surgiu em 1910 e funcionava onde hoje é o Balneário Municipal. Em 1920 a cidade conquistou sua autonomia

política. Mas o primeiro grande empreendimento surgiu somente em 1964 com a construção do Hotel Pousada, na época conhecido como “cabanas” onde atualmente localiza-se o complexo que abrange o Rio Quente Resorts, Hot Park e a Praia do Cerrado, considerada a maior praia de águas quentes naturais do mundo. Pela abundância de suas águas termais, a região conta atualmente com vários clubes e hotéis com piscinas de águas quentes naturais voltadas para diversos turistas que visitam o local com frequência.

Diz-se muito sobre as propriedades terapêuticas das águas de Caldas Novas. A teoria mais aceita é que a água da chuva se infiltra no solo e atinge grandes profundidades. Pelo princípio da geometria, quanto mais próximo um ponto está do centro da Terra mais quente ele é, assim a aproximadamente 1500 metros de profundidade, a temperatura da água alcançaria 75°C, onde também sofreria uma alta pressão. Dessa forma, ela voltaria aquecida à superfície da terra trazendo sais minerais e gases que seriam os responsáveis por suas propriedades terapêuticas. Os principais pontos turísticos da cidade são:

- a) Lago de Corumbá: é um lago artificial alimentado pelos rios Pirapitinga, Peixe, Piracanjuba e São Bartolomeu. Nele o turista tem a oportunidade de praticar esportes, como o Wind surf, pela sua extensão de 65 Km².
- b) Parque Estadual Serra de Caldas: se encaixa na categoria de Unidades de Conservação e Proteção Integral. Nele se encontram cachoeiras, veredas, cânions, assim como uma flora e fauna variadas. É uma das áreas mais importantes de recarga do aquífero hidrotermal.
- c) Jardim Japonês: foi construído pelo japonês Toshiyuki Murai. Para conhecê-lo é necessária a presença de um guia, que irá explicar os componentes do jardim. Uma de suas características é a assimetria que permite diferentes visões do local dependendo do ângulo de observação.
- d) Lagoa Quente: supõe-se que é o lugar onde as águas de Caldas Novas foram descobertas. Ao redor da Lagoa foi construído um parque paisagístico e aquático, seu nome é Lagoa Quente Termas Parque. O objetivo da criação do Parque era conservar o local.

3. A pesquisa

Para o desenvolvimento deste trabalho, foram utilizados dois tipos de pesquisas: primária e secundária. Para a pesquisa primária quantitativa, foram elabora-

dos e aplicados 100 questionários com turistas, escolhidos aleatoriamente, presentes em Caldas Novas-GO, no período de 11 a 16 de outubro de 2010. Para a coleta de dados qualitativos, foram realizadas entrevistas com os gerentes de empreendimentos hoteleiros de grande porte situados em Caldas, que são: o Bluepoint Hot Springs Hotel, o Best Western Le Jardin Resort & SPA e o Caldas Termas Clube Hotel, além de entrevistas com moradores locais.

Tomando por base os resultados obtidos, foi realizada a análise SWOT da situação do município de Caldas Novas. A análise SWOT é dividida em ambiente interno, para a determinação dos pontos fortes e pontos fracos, e ambiente externo, que identifica as oportunidades e ameaças, que atingem o objeto de estudo em questão.

A literatura ora utilizada sobre os temas abordados contribuiu para o enriquecimento da discussão.

3.1 Bluepoint Hot Springs Hotel

O prédio tem 442 apartamentos e oferece vários serviços, como restaurante, sala de recreação para crianças, sala de jogos, quadra de areia, salão de eventos, sauna, sala de massagem, lan house, salão de beleza e um parque aquático com seis piscinas das quais cinco são termais e uma com água fria. Fica localizado entre o centro histórico da cidade e o centro de agito de Caldas Novas, a poucos metros da praça central da cidade.

O hotel também conta com uma estrutura para atender empresas. O espaço possibilita a realização de convenções e reuniões. Nele existe um salão com capacidade para 150 lugares. Com relação aos apartamentos, o hotel apresenta as categorias luxo, superluxo e máster. As UH's contam com banheiras termais abastecidas com água que sai direto da fonte, sem tratamentos químicos.

O parque aquático fica aberto 24 horas. Das seis piscinas, cinco são termais com temperaturas que variam entre 37° e 47°. Todas elas contam com sistema de higienização. O Bluepoint Hot Springs se preocupa em preservar o patrimônio natural de Caldas Novas, por isso dispõe de usina de tratamento de água para reaproveitá-la no uso dos serviços gerais do hotel.

3.2 Best Western Suites Le Jardin Resort & SPA

O Best Western Suites Le Jardin Resort & SPA de Caldas Novas faz parte da rede internacional de hotéis Best Western. A rede foi fundada em 1946 e teve início

como uma associação informal. Hotéis americanos recomendavam uns aos outros para seus hóspedes. Ao perceber a força da associação, outros hoteleiros se interessaram em participar dela. Em 1963, a rede já tinha 699 membros e, em 1964, hotéis do Canadá entraram para a rede. Com a participação de hotéis canadenses, começou um processo de expansão internacional da associação.

Atualmente, a Best Western é composta por mais de 4.000 hotéis em 80 países. Cada hotel tem suas particularidades, mas todos seguem alguns padrões de qualidade determinado por ela. Entre os itens que todo hotel deve ter, estão: música disponível em todos os apartamentos, relógio em todas as UHs, camas do tamanho “Queen” em, pelo menos, 10% dos apartamentos, acesso gratuito à internet em todos os apartamentos, entre outros.

O hotel Suítes Le Jardin de Caldas Novas ocupa uma área de 24 mil metros quadrados, e conta com 357 UH's, sendo sete delas adaptadas para portadores de deficiência. Os hóspedes encontram um restaurante, parque aquático, sauna e SPA, um espaço para a prática de exercícios físicos, serviço de massagem, acesso a banda larga, playground e recreação infantil, serviços de fax e fotocópia, serviços de correio, lojas de conveniência e outros serviços. O parque aquático é composto por quatro piscinas de águas quentes, uma delas coberta, e uma piscina de água fria, uma prainha para crianças, fraldário, três pontos de hidromassagem, solário, bar molhado, sauna seca e a vapor, ofurô, quadras poliesportivas e de tênis, *fitness center* e sala de jogos.

Também há espaço para eventos. É o Centro de Convenções Flora Cerrado, com capacidade para 500 pessoas e quatro salas de apoio, que possibilitam o acontecimento de eventos simultâneos.

3.3 Caldas Termas Clube Hotel

O Caldas Termas Clube é conhecido como o clube mais antigo da cidade. Foi fundado em 1965 por um grupo de frequentadores da cidade. Ele tem sede própria, com 40.000 m² de área. O Clube também foi parâmetro para o crescimento urbanístico da cidade, pois está exatamente no centro de Caldas Novas.

O hotel CTC dispõe de 144 apartamentos e a área de lazer, que corresponde ao clube. O Clube conta com 12 piscinas termais. O hóspede pode se beneficiar de vários serviços no hotel como: restaurante *self service*, sala de estar e leitura, salão de jogos, salão de festas e seresta, auditório para reuniões, bares e lanchonetes, parque aquático, piscinas termais com solário, saunas e duchas naturais, quadra de esportes e estacionamento privativo.

4. Principais resultados da pesquisa

A análise do perfil dos turistas entrevistados demonstra que a maioria (54%) dos frequentadores de Caldas Novas está na faixa etária de 30 a 51 anos, percebem (76%) renda mensal de até R\$ 5.000,00 e apresentam (45%) grau de escolaridade em nível superior.

Quando questionados sobre o conhecimento acerca da expressão “pegada ecológica”, 65% dos respondentes afirmaram nunca ter ouvido. No intuito de obter uma autoavaliação quanto ao comportamento do turista, foi questionado se ele se considera consciente e ativo ecologicamente. Do total de respostas, 51% consideraram-se muito conscientes e muito ativos, tomando, inclusive, várias medidas para ajudar na conservação ambiental. Porém, quanto à frequência das atitudes ecológicas, 49% afirmaram que somente às vezes agem de acordo com a consciência que julgam possuir. Quanto às atitudes diárias para contribuir com o meio ambiente, a maioria (79%) dos turistas afirmaram que se utilizam de medidas para a redução de energia elétrica, do consumo de água (73%) e realizam separação do lixo (49%). Porém é importante destacar que a economia de energia elétrica não necessariamente está relacionada ao meio ambiente, pode ser para minimizar o custo financeiro, principalmente se for levada em consideração a renda familiar dos turistas. Quanto à separação do lixo, só faz sentido acontecer, se houver preocupação com sua destinação final. Percebe-se que atitudes mais pontuais e que demandam maior esforço, como o reuso da água, por exemplo, são menos frequentes.

É comum a observação de estudiosos do comportamento de turistas afirmarem que, quando fora de suas residências, os turistas agem completamente diferente da forma habitual. Nesse sentido, ao serem inquiridos sobre o comportamento nas viagens, 48% afirmaram que somente às vezes mantêm as mesmas ações de conservação ambiental praticadas na residência, enquanto 44% mantêm sempre o mesmo cuidado, independente do lugar.

O próximo questionamento diz respeito à escolha do empreendimento de hospedagem. A maioria dos turistas (52%) não se interessa em saber se o meio de hospedagem escolhido possui alguma medida de conservação ambiental, ou seja, o fato de o empreendimento possuir ou não ações ambientais não interfere no motivo da escolha da hospedagem. Apenas 16% alegaram que se interessam em saber se o meio de hospedagem possui medidas de conservação ambiental. Muitos dos turistas (48%) afirmaram que não se hospedariam em lugares conhecidos por prejudicar o meio ambiente, porém 42% dos entrevistados comentaram que sim, ficariam hospedados, caso fosse a única opção. Quando o turista fica hospedado

em um empreendimento que se utiliza de medidas para conservar o meio ambiente, a maioria (51%) afirmou que lê e pratica ao máximo as sugestões fornecidas pelo hotel. Porém 14% afirmaram que não leem as informações colocadas à disposição do hóspede sobre esse assunto, ou leem, mas não colocam em prática as sugestões. Quanto a pagar valor maior para se hospedar em empreendimento que prioriza a conservação ambiental na sua gestão, 31% afirmaram que não pagariam, enquanto 52% concordaram em pagar um pouco a mais do que o valor de mercado, seriam capazes de pagar R\$ 50,00 a mais por uma hospedagem que se utiliza dos princípios da sustentabilidade.

Com o interesse de identificar como o turista percebe a sua presença no local visitado, foi perguntado se ele acredita que pode interferir no meio ambiente visitado. Embora 57% das entrevistadas tenham respondido que sua presença interfere com certeza, o número de pessoas que supõem não interferir, ou interferir pouco, alcança 43%, ou seja, as pessoas desconhecem os impactos que causam sobre as pessoas e o meio ambiente das comunidades autóctones. Além disso, demonstrar consciência dos impactos não é suficiente, o ideal é que os turistas pratiquem ações em concordância com a consciência. Quando questionadas se deixariam de viajar para determinado lugar para não o prejudicar ambientalmente, 42% explicaram que talvez deixariam, mas, na verdade, nunca tinham pensado sobre isso. Enquanto 20% das respostas confirmam que as pessoas não deixariam de viajar porque acreditam que permanecem nos destinos tempo insuficiente para causar prejuízos ambientais, ou simplesmente não deixariam de viajar em razão da conservação do meio ambiente.

Embora seja um tema muito discutido em meios de comunicação, em instituições públicas e privadas, cursos de formação profissional e acadêmica, observa-se pelos dados obtidos com as pesquisas que a maioria ou boa parte das pessoas continua alheia às questões ambientais. Expressam conhecimento superficial sobre os temas ambientais que envolvem o dia a dia das cidades e não praticam ações em prol da conservação ambiental nas suas residências, muito menos nos destinos turísticos visitados. Porém, quando se trata de um atrativo turístico, a preocupação com a falta de noção ambiental dos turistas aumenta, visto que, além da preservação da beleza cênica do local, as ações ambientais permitem, principalmente, a garantia da atividade econômica que impulsiona as cidades. Se os atrativos naturais forem destruídos, poluídos, contaminados, deixarão de ser atrativos, na essência da palavra, deixarão de ser visitados, provocando redução no número de turistas e, conseqüentemente, queda na movimentação financeira da cidade, o que acarreta inúmeros prejuízos. É necessário que se perceba que os assuntos ambien-

tais não fazem parte de um universo distante das pessoas, ao contrário, estão intrínsecos à vida cotidiana.

Em relação à pesquisa aplicada aos funcionários dos empreendimentos de meios de hospedagem, observa-se que 40% são jovens, oscilando entre 19 e 29 anos de idade. Possuem (80%) como escolaridade o nível médio ou técnico. Menos de 20% concluíram o nível superior. Do total, 40% dos entrevistados trabalham na atividade turística entre 6 a 10 anos, e outros 20% atuam há mais de 16 anos. As principais áreas de atuação variam entre meios de hospedagem (40%); restaurantes, bares e similares (40%) e agências de viagens (20%).

Quando o questionamento refere-se às medidas de conservação ambiental adotadas pela empresa onde atua, todos os respondentes afirmaram que a empresa realiza alguma ação ambiental, mas admitem que são mínimas e esporádicas. As principais medidas elencadas variam entre separação de lixo, utilização de lâmpadas frias, aquisição de equipamentos elétricos que gastem menos energia e disponibilização de informações aos hóspedes sobre como ajudar o meio ambiente. Em relação à capacidade de carga, 40% afirmaram nunca ter ouvido esse termo, portanto não sabem do que se trata, e outros 50% afirmaram já ter ouvido, porém concordam que a empresa na qual trabalham não utiliza medidas no sentido de controlar o número de visitantes em benefício ambiental. Quanto à participação em cursos de capacitação, 90% nunca participaram de qualquer tipo de capacitação para o exercício da profissão. Sobre os estímulos que os funcionários recebem para desenvolverem atitudes de conservação ambiental, 80% dos questionados responderam que até recebem algum tipo de informação, mas é tão superficial que não chega realmente a convencer e estimular a adoção de práticas sustentáveis. E quanto à contratação temporária, 50% confirmam a sua contratação temporária em períodos de alta temporada e justificam que essa prática é bastante comum. Enquanto 20% dos entrevistados afirmam que já trabalharam dessa forma, porém poucas vezes.

Além dos questionários aplicados aos turistas e aos funcionários de empresas turísticas, também foram entrevistados alguns gerentes de meios de hospedagem. O objetivo era identificar a visão dos diferentes atores sociais envolvidos na atividade turística, o consumidor, o empresário e o prestador de serviço que têm contato direto com os turistas. As informações repassadas pelos gestores hoteleiros foram aqui compiladas e analisadas. Tomando por base as entrevistas diretas aos gerentes, ficou nítida a falta de conhecimento deles no que diz respeito à gestão ambiental. Os três entrevistados tiveram bastante dificuldade em responder às questões sobre gestão e certificação ambiental. Nesse sentido, percebe-se cla-

ramente que o desconhecimento gera a inércia, ou seja, por não dominarem o assunto e, talvez, não se interessarem por ele, não são observadas ações que busquem minimizar os impactos negativos gerados pelo turismo, do ponto de vista ambiental.

Quanto aos cursos de capacitação, os poucos que acontecem aparentam ser desorganizados e mal direcionados, uma vez que não são muitos os interessados em participar. De forma geral, há baixa qualificação dos profissionais que atuam no turismo em Caldas Novas.

De acordo com o comentado pelos entrevistados, o governo municipal não demonstra grande interesse pela atividade turística e isso faz com que os hotéis e clubes fiquem responsáveis pelo desenvolvimento da atividade. Essa situação concreta tem como reflexo o crescimento desordenado da atividade turística, sem planejamento adequado e voltado para interesses particulares.

Além das entrevistas, foi possível observar que Caldas Novas é uma cidade suja, encontra-se lixo no chão em toda parte. Além disso, a comunidade tem hábito de lavar as calçadas frequentemente utilizando-se de mangueiras. Essa ação comprova a falta de consciência ecológica da comunidade, principalmente por ser uma ação repudiada já há algum tempo em outros lugares, devido ao desperdício de água que acontece nesse tipo de limpeza.

Sobre a integração das construções à paisagem, requisito fundamental para a harmonia do destino, destaca-se a sua inexistência. A arquitetura dos edifícios não é compatível com a paisagem. Não há um padrão, existem edifícios muito altos ao lado de construções baixas, percebe-se muita fiação exposta interferindo na imagem da cidade, além da visualização de pouca área verde em pontos específicos, como se ela tivesse sido “engolida” pelas construções.

Pode-se constatar que Caldas Novas, embora tenha sido descoberta e divulgada pelas suas águas termais, tem incentivado o desenvolvimento do turismo ao longo dos anos, principalmente com o foco nos benefícios econômicos advindos da atividade. A gestão ambiental ainda é utopia.

5. Análise SWOT

Com base em todas as informações coletadas *in loco*, utilizando-se da metodologia SWOT que prevê a identificação de pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças, proceder-se-á a avaliação do destino no que tange aos aspectos econômicos e ambientais.

5.1 Pontos fortes

a) A presença da atividade turística como «indústria limpa» geradora de riquezas para o município.

O turismo é considerado uma atividade econômica «limpa» porque comparado a outras atividades econômicas ela gera poucos impactos ambientais e é menos poluente. Portanto no sentido ambiental o turismo é uma excelente atividade geradora de riquezas, considerado uma boa opção de atividade econômica a ser desenvolvida por uma localidade. Dessa forma, o fato de Caldas Novas ter como principal atividade econômica o turismo, que é considerado um gerador de riquezas «limpo» se comparado a outras atividades econômicas, é um ponto forte do município.

b) O Parque Estadual Serra de Caldas como um dos atrativos turísticos.

A presença de um Parque Estadual é excelente para incentivar a conservação ambiental da área, principalmente de uma localidade como Caldas Novas com poucas áreas verdes. Ademais, o Parque pode servir de incentivo à comunidade e aos turistas para que eles tenham mais atitudes de conservação ambiental no seu dia a dia.

c) O contato direto com a água, recurso natural muito precioso e abundante no país, proporcionado pelo destino turístico.

O contato direto com a água na quantidade e na forma como ela se apresenta ao turista em Caldas Novas pode ser uma forma de remetê-lo a importância da água como recurso natural finito. Esse pode ser um ponto de partida para incentivá-lo a contribuir com o meio ambiente dos lugares que visita e de sua própria cidade.

d) O efeito multiplicador gerado pela atividade turística.

Como o turismo é a principal atividade econômica do município, acaba gerando o efeito multiplicador intenso, sendo o principal propulsor da criação de empregos para os residentes de Caldas Novas como um ponto forte decorrente da atividade turística que se destaca no município.

5.2 Pontos fracos

a) Falta de ações por parte dos empreendimentos hoteleiros que ajudem a cons-

cientizar os funcionários com relação ao meio ambiente e às atitudes que podem ser tomadas para minimizar os impactos negativos causados pela atividade turística.

Os hotéis em Caldas Novas não apresentam ações efetivas para mitigar os impactos negativos que causam ao meio ambiente. Praticam apenas cuidados básicos como a economia de energia elétrica e poucos se preocupam com o reuso da água. Os funcionários responsáveis pela execução das atividades do hotel como a manutenção de equipamentos e a limpeza das dependências do hotel não recebem instruções de como diminuir desperdícios e ajudar a conservação ecológica do município. Desse modo, se forem implantadas ações básicas como a produção de material informativo, além de ações práticas como, por exemplo, o reuso da água, construção de sisternas para captação de água da chuva, já se dará início ao processo de adaptação do hotel a um mundo moderno que exige tais adequações.

b) Dependência excessiva que o município tem da atividade turística.

A renda do município advém 80% do turismo. Caso aconteça qualquer fator externo como, por exemplo, epidemias, inundações, crise econômica ou política, certamente o turismo em Caldas Novas será afetado e a cidade terá sua economia paralisada. É necessário que Caldas Novas possa contar com outras atividades produtivas, além do turismo, para garantir certa estabilidade econômica.

c) A ausência de uma destinação adequada para o lixo.

O governo local não pratica a coleta seletiva do lixo e não demonstra preocupação com sua destinação final. Nesse sentido, de nada adianta os hotéis, os moradores e os turistas separarem o lixo, pois sua destinação final é única, sem que haja um trabalho de coleta seletiva e reaproveitamento ou reciclagem de materiais.

d) Falta de conhecimento da comunidade e dos gestores hoteleiros sobre as questões ambientais.

A comunidade assim como os gestores hoteleiros acreditam ser conscientemente ecologicamente, no entanto não praticam atitudes que comprovem essa consciência e, ao responderem aos questionamentos, demonstraram sua falta de conhecimento. Em razão disso, não há ações que possam minimizar os impactos que o turismo tem gerado. Torna-se urgente a educação ambiental dos profissionais do setor turístico, para que possam implantar em suas empresas programas de gestão ambiental.

e) Não há integração entre os equipamentos turísticos e a paisagem.

A estética agradável aos olhos é necessária a qualquer destino turístico. Dessa forma, a falta de integração dos equipamentos turísticos à paisagem gera uma desarmonia, portanto uma estética desagradável. Há muito concreto concentrado em pontos específicos com pouca área verde entrelaçada.

f) Os empreendimentos hoteleiros oferecem poucos cursos de capacitação para seus funcionários.

Os empreendimentos hoteleiros não investem na capacitação de seus funcionários e existe uma defasagem na qualificação ou atualização dos profissionais envolvidos na atividade turística em Caldas Novas.

g) O acontecimento de empregos sazonais, principalmente na alta temporada.

É comum a geração de empregos sazonais, ou seja, somente na alta temporada. Na baixa estação, muitos moradores ficam sem emprego, diminuindo seu poder de consumo, o que afeta a economia local.

h) Aumento dos preços em períodos de alta temporada.

Com o aumento do fluxo de turistas na cidade, os preços do comércio local aumentam, e a comunidade acaba prejudicada, ainda que alguns lugares menos frequentados por turistas mantenham seus preços habituais.

i) A comunidade e os gestores hoteleiros alegam que o governo municipal é desinteressado com relação ao desenvolvimento da atividade turística.

Essa percepção por parte da comunidade e dos gestores hoteleiros desestimula novos investimentos na atividade turística, pois se sentem desamparados. Consequentemente, o turismo cresce de forma desordenada e corre o risco de iniciar, no ciclo de vida do produto turístico, a fase de declínio, após ter atingido seu ápice.

5.3 Oportunidades

a) Proximidade com Brasília, Goiânia e Uberlândia.

Brasília, Goiânia e Uberlândia também podem formar um pólo turístico, e a proximidade de Caldas Novas a essas cidades lhe proporciona a oportunidade de aproveitar a demanda dessas cidades e também de atrair seus moradores para visitar Caldas Novas.

b) Programas do Ministério do Turismo.

O Ministério do Turismo desenvolve vários programas de capacitação profissional, inclusão de destinos em roteiros turísticos, certificação e fortalecimento da identidade de um destino turístico. Todos esses programas podem ser aproveitados pelo município de Caldas Novas.

c) Visitar o Brasil é tendência mundial.

De acordo com o Ministério do Turismo (2010), visitar o Brasil se tornou uma tendência mundial, o que possibilita Caldas Novas aproveitar essa demanda para atrair turistas estrangeiros.

5.4 Ameaças

a) Dependência de feriados prolongados para os períodos de alta temporada.

A alta temporada em Caldas Novas acontece nos períodos de feriados prolongados, geralmente os feriados que coincidem com terças-feiras ou quintas-feiras o que inclui as segundas-feiras ou sextas-feiras. Assim, a cidade recebe uma quantidade grande de turistas, que viaja para aproveitar os feriados.

b) A tendência da demanda por destinos sustentáveis.

Segundo o Ministério do Turismo, a tendência da demanda é optar por destinos mais sustentáveis, e Caldas Novas apresenta-se exatamente no sentido contrário. No município, o turismo não acontece de forma controlada nem baseado nas questões sustentáveis. Com isso, a nova tendência se tornou uma ameaça para a atividade turística de Caldas Novas.

Considerações finais

Uma das diretrizes encontradas no Plano Diretor de Caldas Novas é a busca pela qualidade de vida urbana, que visa propiciar à população uma cidade com qualidade ambiental, segura, bonita e que disponibilize acesso ao esporte, à cultura, ao lazer e aos serviços públicos. (CALDAS NOVAS, 2010). Contudo o turismo, que acontece de forma massificada no município, não garante a tão almejada qualidade de vida. O excesso de visitantes influencia na sobrecarga da infraestrutura básica, prejudicando a comunidade dependente dos bens e serviços comuns, além dos espaços destinados, principalmente, para lazer dos moradores que passam a ser divididos com os visitantes.

Conforme o que foi apresentado, a sustentabilidade ainda carece de uma definição completa e amplamente aceita. No entanto foi possível perceber durante a elaboração do trabalho e coleta dos dados que essa é uma questão teórica, muito discutida no meio acadêmico, porém distante da população comum, que se encontra, em grande parte, alheia ao processo de transformação ecológica-econômica que vem sofrendo a humanidade. Muitos ignoram completamente o assunto e seus desdobramentos como, por exemplo, o sistema de gestão ambiental utilizado por algumas empresas. Nesse mesmo contexto, os resultados obtidos, por meio da pesquisa desenvolvida, confirmaram a falta de ações dos gestores hoteleiros de Caldas Novas no sentido de contribuir para a conservação ambiental e maximizar os benefícios econômicos do turismo, que são indicadores do desenvolvimento baseado no turismo sustentável. Aparentemente, eles demonstram interesse pelo assunto e alegam concordar com a sua importância e vantagens em longo prazo. Entretanto as ações dos hotéis para o desenvolvimento de um turismo sustentável são incipientes, praticamente impostas pelas leis do mercado e das tendências, mas não por conhecerem e acreditarem, de fato, nos benefícios trazidos pelos cuidados com o ambiente e com o cliente, visando à preservação das áreas para as atuais e futuras gerações. A falta de conhecimento reflete inclusive o desinteresse pelo assunto.

Além dos gestores, a população local e os turistas apresentam a mesma falta de consciência, apesar de se autointitularem conscientes no que tange aos cuidados ambientais. A qualificação, no caso da comunidade, a reciclagem e participação em novos cursos direcionados à atividade turística no caso dos gestores hoteleiros e, ainda, os materiais informativos distribuídos aos turistas seriam oportunidades para que pudessem entender melhor as questões ambientais.

Um ponto relevante, que explica, em parte, a falta de conhecimento dos gestores hoteleiros sobre formas de maximizar os benefícios econômicos do turismo e minimizar os impactos ambientais negativos, não é exatamente a falta de qualificação, mas a falta de qualificação na área turística. Nenhum dos entrevistados era formado ou tinha uma especialização na área. Por essa razão, faz-se necessária e fundamental a participação desses atores nos programas e cursos oferecidos pelo Ministério do Turismo.

Quanto aos aspectos econômicos advindos do turismo, seus benefícios só poderão ser maximizados no momento em que houver planejamento adequado da atividade, além do incentivo a outras formas economicamente viáveis de atividades, inclusive pode-se sugerir a criação de empresas associadas à produção agregada do turismo.

Em resumo, é nítida a vocação da cidade para o turismo. Porém a forma massificada, descontrolada e despreparada como é trabalhada a atividade turística, pode, ao longo do tempo, comprometer a utilização dos recursos naturais que representam a base para a cadeia produtiva do turismo. A cidade foi descoberta, cresceu e se desenvolveu em torno das águas termais. Não se pode mais ignorar a importância e a necessidade de inclusão da gestão ambiental nas práticas gerenciais públicas e privadas. O que se pode ganhar com isso, além de um turismo mais seletivo, menos impactante, a conservação dos recursos para a comunidade local e a maximização dos benefícios econômicos do turismo, certamente a garantia da continuidade do turismo em Caldas Novas.

Referências

- BRASIL. *Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008*. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1997, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial. 18 de setembro de 2008.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE; INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. *Avaliação de Impacto Ambiental: Agentes Sociais, Procedimentos e Ferramentas*. Brasília: IBAMA, 1995.
- . *Diretrizes de Pesquisa Aplicada ao Planejamento e Gestão Ambiental*. Brasília: IBAMA, 1995. (Coleção Meio Ambiente, 1).
- MOLINAE., Sérgio. *Turismo e Ecologia*. Bauru, SP: EDUS, 2001 (Coleção Turismo).
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *Guia de desenvolvimento do turismo sustentável*. Porto Alegre: Bookman, 2003.
- RUSCHMANN, Doris. *Turismo e Planejamento Sustentável: A Proteção do Meio Ambiente*. 10ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 1997 (Coleção Turismo).
- SEBRAE. *A Questão Ambiental e as Empresas*. 3ª ed. Brasília: SEBRAE, 1998.
- SWARBROOKE, John. *Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental*. Vol. 1, São Paulo: Aleph, 2000.
- CALDAS NOVAS: Caldas Novas Legalizando o Turismo. Disponível em: <<http://www.caldasnovas.go.gov.br/portal/turismo/532-legalizando-turismo.html>>. Acesso em 30 set. 2010, 02h00m36.
- EMBRAPA: ISO 14000 – Gestão Ambiental. Disponível em: <<http://>

www.cnpma.embrapa.br/projetos/prod_int/iso_14000.html>. Acesso em 31 out. 2010, 15h33m34.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE: Resoluções. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>>. Acesso em 22 nov. 2010, 13h16m11.

MINISTÉRIO DO TURISMO: Sobre o Cadastur. Disponível em: <<http://www.cadastur.turismo.gov.br/cadastur/SobreCadastur.action>>. Acesso em 30 set. 2010, 02h10min13.

Plano Diretor, Diretrizes Gerais, Caldas Novas/GO. Disponível em: <http://www.caldasnovas.go.gov.br/planodiretor/diretrizes_gerais_proposta_do_pdcn.pdf>. Acesso em 30 set. 2010, 01h48m22.

Visitar o Brasil é tendência mundial. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias/20101109.html>. Acesso em 19 nov. 2010, 15h22m12.

Resumo

A sustentabilidade é questão amplamente discutida na atualidade e está relacionada a diversos setores da economia, incluindo o turismo. O chamado turismo sustentável baseia-se em três pilares: o ambiental, econômico e social. O ambiental e o econômico (objetos do presente estudo) costumam ser mais discutidos que o social; são mais visíveis e imediatos. Caldas Novas, município de Goiás, conhecido por suas águas termais que atraem milhares de turistas cada ano. Principalmente na alta temporada, os impactos econômicos causados pela exploração turística são muito claros. O objetivo desse trabalho é identificar e avaliar os impactos ambientais e econômicos do turismo na cidade, por meio de entrevistas com gestores hoteleiros, os turistas e os locais. Os resultados mais impressionantes chamam a atenção sobre o fato de que, apesar de Caldas Novas manter a dependência econômica do turismo, a maioria dos hoteleiros não demonstra amplo conhecimento nem praticam ações significativas que tenham como base os princípios de sustentabilidade. A forma adotada de gestão de turismo, baseada no turismo de massas, tem demonstrado ser incompatível com o conceito de desenvolvimento sustentável e pode resultar, a longo prazo, na destruição dos recursos naturais, na cidade, dos quais depende o turismo, e gerar consequências negativas para a vida dos residentes locais.

Palavras-chave: Turismo; Sustentabilidade; Impactos Ambientais

Abstract

Sustainability is a broadly discussed issue nowadays and it is related to several realms of national economies, tourism among them. Sustainable tourism is based on three pillars: the environmental, economic and social ones. However, the first two (the focus of this work) are more discussed than the social one as they are more visible and immediate. Caldas Novas is a city of Goiás, widely known for its thermal waters which attracts thousands of tourists every year. Especially in high seasons, the economic impacts of tourism become evident. This study aims to identify and assess the environmental and economic impacts of tourism in the city by interviews carried out with hoteliers, tourists and locals. Its most impressive findings draw attention to the fact that although Caldas Novas keeps being highly dependent on tourism, most tourists and hoteliers do not have extensive knowledge and do not take significant actions that reflect a concern with the principle of sustainability. The prevailing form of tourism management is mass tourism, which has proved to be incompatible with the principle of sustainable development and may lead in the long-term to the depletion of natural resources on which tourism relies, thus bringing about negative consequences for the lives of local residents.

Key words: Tourism; Sustainable; Environmental Impacts

Resumen

La sostenibilidad es muy discutida actualmente y está relacionada con varios sectores de la economía, incluyendo el turismo. El turismo sostenible se estructura en tres pilares: ambiental, económico y social. Sin embargo, los ambientales y económicos (los objetos del presente estudio) en general son más discutidos que el social, porque son más visibles y inmediatos. Caldas Novas es un municipio de Goiás, conocido por sus aguas termales que atraen miles de turistas cada año. Principalmente en temporada alta, los impactos económicos causados ??por la explotación del turismo son muy claros. El objetivo de este estudio es identificar y evaluar los impactos ambientales y económicos del turismo en la ciudad a partir de entrevistas con los hoteleros, los turistas y lugareños. Los resultados más impresionantes llaman la atención sobre el hecho de que a pesar de Caldas Novas mantener la dependencia económica del turismo, la mayoría de los hoteleros no demuestran un amplio conocimiento, ni practican acciones significativas que tienen como base las líneas de la sostenibilidad. La forma adoptada de gestión del turismo,

basada en el turismo de masas, ha demostrado ser incompatible con el concepto de desarrollo sostenible y puede resultar en la destrucción a largo plazo de los recursos naturales de los que depende el turismo en la ciudad, y generar consecuencias negativas para la vida de los residentes locales.

Palabras clave: Turismo; Sostenibilidad; Impactos Ambientales

Neio Lúcio Peres Gualda

Doutor em Economia de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas.

Professor Titular do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá.

Artur Henrique Maximino Santos

Graduando em Ciências Econômicas.

Bolsista PIBIC/CNPQ/Fundação Araucária.

Francisca Lia Girão Santos

Graduada em Ciências Econômicas pelas Faculdades Integradas de Cacoal.

Mestranda em Teoria Econômica na Universidade Estadual de Maringá.

***Migrações
intrarregionais no
estado do Paraná:
avaliação da
influência da
concentração
fundiária,
rendimento e
emprego***

Introdução

Os estudos mais recentes sobre o fenômeno da migração não contemplam apenas as análises dos fluxos rurais-urbanos, como ocorria em décadas passadas, mas procuram dar ênfase ao entendimento de que os processos migratórios tendem a ocorrer por estágios. O primeiro estágio refere-se às migrações rurais-urbanos, enquanto o segundo contempla os migrantes urbano-urbano, sendo estes os que se deslocam de cidades de menor dinamismo para cidades de maior crescimento, em termos de população, emprego e rendimento.

As migrações internas exercem um papel importante, interferindo de forma significativa nas transformações das estruturas econômicas e sociais. Ao investigar os movimentos migratórios intraurbanos, é importante que se observem os principais fatores que determinam a decisão de migrar do agente econômico, dado que esses movimentos encontram-se imersos em um novo contexto socioeconômico e urbano, apresentando espaços da migração marcados por diferentes condições: áreas de retenção de população, áreas de perdas populacionais e ainda áreas com rotatividade migratória.

As decisões dos indivíduos sobre migração dependem de diversos fatores, que podem ser observados de diversas formas a depender da abordagem que se utiliza para a investigação desse fenômeno. Entretanto é consensual na literatura sobre migração aceitar a premissa de que as pessoas migrem em busca de melhoria no padrão de bem-estar, ou seja, migram principalmente por motivações econômicas.

Dentro de tal contexto, o objetivo deste artigo consiste em avaliar a influência da concentração fundiária, do rendimento e do emprego sobre o processo de

migração intrarregional no estado do Paraná, no período compreendido entre 2000 e 2010. Parte-se da hipótese de que a concentração fundiária atua como força de expulsão, e a concentração de rendimentos e de empregos em determinados sítios atuam como fatores de atração da população.

Para que o objetivo proposto fosse alcançado, as hipóteses formuladas foram verificadas pelos testes de correlação. Foi assumido que uma correlação negativa entre a concentração fundiária e a variação populacional de cada município confirmaria a hipótese formulada e, por outro lado, uma correlação positiva entre a variação da população e a concentração de rendimento e/ou emprego sugeriria que as regiões com maior dinamismo na geração de emprego e renda atraem fluxos migratórios.

Aspectos Teóricos das Migrações

De uma forma geral, os estudos recentes no Brasil sobre migração focam principalmente o processo migratório em nível estadual. Porém Mata et al. (2007) concordam que os migrantes tomam suas decisões dando mais peso às características da cidade de destino e não aos estados de destino.

Os modelos de migração, de uma forma geral, tomam como ponto de partida a relação entre saldo migratório (imigrantes menos emigrantes) e o diferencial de renda entre a região de origem e a região de destino (MATA et al., 2007). Alguns modelos atribuem a decisão dos agentes em migrar como função do diferencial de renda esperada *per capita* entre as duas regiões.

A migração de pessoas é um mecanismo que gera mudanças na população e na oferta de trabalho de uma economia. A mobilidade de trabalho funciona de forma semelhante à mobilidade de capitais em que esta tende a acelerar a convergência de uma economia para sua posição de estado estacionário (BARRO e SALAI-i-MARTIN, 2004).

O padrão de desenvolvimento regional é até certo ponto determinado pelo nível de concentração dos fatores de produção. Existe um aspecto circular que determina o quão a oferta de bens e serviços influencia preços e salários que, por sua vez, influenciam a oferta de mão de obra.

Essa interação dos mercados de bens e serviços com o mercado de trabalho é o que propicia o desenvolvimento de uma região. Dentro desse contexto, a migração dos trabalhadores destaca-se com um papel importante e fundamental no mecanismo de ajuste do processo de desenvolvimento econômico (OLIVEIRA, 2006).

Para alguns autores, há na literatura duas principais abordagens, advindas da teoria neoclássica que descrevem o entendimento da mobilidade espacial da mão de obra. Essas abordagens seriam: no nível macro, em que se acredita que dados os diferenciais nos fatores de produção a busca por equilíbrio se dá de forma automática; no nível micro, em que se objetiva analisar as motivações individuais (WOOD, 1982 apud MENDES, 2010; SILVA, 2010).

Os modelos que objetivam analisar as decisões individuais, custos e benefícios assumem uma subjetividade, pois o peso atribuído a custos e benefícios irá depender da racionalidade de cada agente. Resumindo em quatro os fatores que são levados em conta na decisão de migrar, Lee (1966) aponta-os como: fatores associados ao lugar de origem, fatores associados ao lugar de destino, obstáculos intervenientes e fatores pessoais, porém destaca que a decisão de migrar não é completamente racional, sendo para algumas pessoas o componente racional muito menor que o irracional.

A teoria neoclássica da migração é a primeira a explicar a mobilidade de trabalhadores em nível microeconômico. Essa teoria e suas extensões partem dos princípios de que os movimentos de trabalhadores devem-se às diferenças geográficas de demanda e oferta de trabalho, ou seja, quanto maior a oferta de trabalho em uma região, menor serão os salários e menos atrativa será essa região e, ao contrário, regiões nas quais a oferta de trabalho é menor, os salários tendem a ser maiores o que resulta em uma diferenciação de rendimentos, levando ao movimento dos trabalhadores em busca de melhores salários, o que levará consequentemente a inversão inicial do papel dessas regiões. No equilíbrio, o diferencial de renda reflete apenas os custos da migração (MASSEY et al., 1993).

No modelo neoclássico microeconômico, o movimento migratório fundamenta-se na decisão individual com vistas a maximizar sua utilidade. O indivíduo migra para onde a renda for maior ao longo de um período de tempo (BORJAS, 1999).

Outras versões consideram, além da renda, variáveis que são incorporadas na função utilidade dos indivíduos: qualidade dos postos de trabalho, segurança e salubridade, condição de moradia, taxa de mortalidade, a existência de um ambiente cultural favorável. A incorporação de variáveis como essas pode ser justificada pelo fato dos agentes reduzirem o risco da migração – determinando o deslocamento de apenas um elemento da família que possa transferir os recursos para os demais que não se deslocaram (OLIVEIRA, 2006).

Um dos primeiros autores a formalizar uma teoria sobre migração foi Ravenstein (1980) que, ao observar o movimento de pessoas dentro da Grã-

Bretanha, enumerou uma série de leis empíricas da migração, que levam em conta variáveis como distância, tecnologia, sexo, condição econômica e outras. Apesar de apontar que melhorias nos citados fatores favorecessem a migração, Ravenstein (1980) bem como Todaro (1969), Mincer (1978) e Massey (1990) entre outros autores reconhecem o motivo econômico como a principal causa dos fluxos migratórios.

Do ponto de vista individual, Massey (1990) descreveu um modelo de custo-benefício baseado em uma equação de retorno temporal esperado. Sempre que o retorno esperado for positivo, o indivíduo optará pela migração. Um modelo semelhante ao de Massey (1990) já havia sido sugerido por Mincer (1978) em que os ganhos das famílias se diferenciam dos ganhos individuais e sugere que as famílias tendem a apresentar menor mobilidade do que os indivíduos, já que a decisão passa a depender de mais de um indivíduo.

Para Barro e Sala-i-Martin (2004), um ponto de partida conveniente para o estudo da migração é o Modelo de Solow-Swan. Os autores incorporam migração no modelo fechado, permitindo a mobilidade de pessoas, mas assumindo que a economia é fechada em relação a mercadorias e bens estrangeiros. Embora extrema, essa suposição traz alguns efeitos da migração sobre o processo de crescimento.

No processo migratório, os ganhos da população para a economia de destino representam perdas para a economia correspondente de origem. Como o migrante geralmente não possui vínculos com a população do lugar de destino, isso implica diferenças na forma como o crescimento da população interage com o comportamento da poupança e, portanto, com taxas de crescimento econômico (BARRO e SALA-i-MARTIN, 2004).

A abordagem em nível macro toma a migração como consequência da desigualdade econômica das regiões. A migração seria causada por diferenciais de oferta e demanda existentes no mercado de trabalho.

Um dos primeiros modelos clássicos de migração foi proposto por Lewis (1954) em que o autor considera dois setores em sua análise: um capitalista, que inclui os setores mais industrializados e urbanos, e outro de subsistência, em que estariam as atividades do meio rural e o setor agrário. Para Lewis (1954), o setor capitalista ofereceria salário fixo maior que o salário agrário, pois neste, dado o excesso de mão de obra existente o salário é apenas para subsistência sendo igual à produtividade marginal do trabalhador rural.

Ilustrando as principais ideias sobre migração, Acemoglu (2009) concentra-se nos processos de migração de áreas rurais e urbanas. O autor aponta que outra

razão para se estudar a migração e a urbanização é que a realocação da mão de obra das áreas rurais para áreas urbanas está estreitamente relacionada com o conceito de economia dual, que é um dos temas mais importantes e antigos sobre desenvolvimento econômico.

Nessa abordagem de economia dual, são enfatizadas situações em que o setor tradicional e o setor moderno funcionam em paralelo, porém com algumas limitações de interação. Além disso, o setor tradicional é visto muitas vezes como mais ineficiente que o setor moderno, assim a falta de interação pode ser também uma maneira de resguardar a economia tradicional de seu concorrente menos eficiente (ACEMOGLU, 2009).

Para o autor, uma implicação natural desta abordagem será então para ver o processo de desenvolvimento como aquele em que o setor menos eficiente (tradicional) é substituído pelo mais eficiente (moderno); a falta de desenvolvimento pode corresponder a uma incapacidade de garantir essa realocação. A abordagem de Acemoglu (2009) baseia-se no modelo de Lewis (1954), incorporando outros elementos, visto que Lewis (1954) não considerou o observável problema do desemprego urbano gerado no processo de realocação da mão de obra nos setores tradicional e moderno.

Como alternativa ao modelo de Lewis (1954), Haris e Todaro (1980) incluíram um peso – probabilidade de o migrante encontrar emprego na região de destino – na variável renda esperada. O que permite explicar pelo menos em parte, a possível convivência de diferenciais de renda entre regiões, mesmo com mobilidade de mão de obra.

Como determina a abordagem macro, as diferenças regionais atuam diretamente sobre as motivações que fazem os indivíduos trocarem de local de moradia ou permanecerem em seus locais de origem. No primeiro caso, os determinantes subjacentes ao processo migratório são chamados fatores “push”, ou seja, que levariam os indivíduos a serem impelidos dos locais onde se encontram. Dentro desse conceito, a principal força “push” seria o baixo nível de qualidade de vida no local de origem (GOLGHER, 2004).

Assim, indivíduos pertencentes a classe sociais mais baixas tendem a apresentar condições mais precárias de vida em seu local de residência, esses seriam impelidos a trocar seu local de moradia em busca de níveis melhores de renda. Dessa forma, Golgher (2004) coloca que as classes menos favorecidas em termos de renda, ao migrar se preocupariam quase que exclusivamente com questões econômicas, fazendo isso basicamente pelas forças “push”.

Fatores “pull” em contrapartida estariam relacionados ao local de destino. Sendo os ganhos nesse local mais elevados, tornando-o mais atrativo aos indivíduos do que o seu local de origem. Tais fatores de atração seriam mais importantes para os indivíduos em melhores condições sociais, visto que o nível de vida já é elevado na origem, a migração só ocorrerá se no destino o ganho em termos de qualidade de vida for ainda maior (GOLGHER, 2004).

Com o intuito de caracterizar regiões de atração de acordo com o nível de escolaridade, Borjas (1999) mostrou que, em regiões nas quais a taxa de retorno por capital humano é superior, tende a atrair pessoas com escolaridade mais elevada, em contrapartida regiões com taxas de retorno menores atrairiam pessoas de baixa qualificação.

A abordagem teórica que analisa os aspectos macroeconômicos avançou de forma a incorporar explicações sobre dimensões maiores no ato de se deslocar, envolvendo não só o indivíduo, mas sua família, comunidade e situação econômica tanto do lugar de origem como de destino.

De forma a superar as divergências das abordagens micro e macro, o trabalho de Massey (1990) trouxe os principais embates teóricos acerca da problemática da migração. O autor relaciona quatro questões controversas discutidas pelos estudiosos do assunto.

A primeira diz respeito ao tempo, analistas discordam se a migração pode ser estudada de forma simultânea sem se considerar o processo evolutivo ou se uma perspectiva do conjunto dos fenômenos sociais e culturais ocorridos historicamente é necessária.

A segunda questão diz respeito ao lugar final das ações migratórias. O ponto central aqui é saber se a migração é mais bem entendida em termos estruturais ou individuais, ou seja, a migração é vista como resultado agregado de decisões individuais ou é produto de mudanças estruturais na sociedade que substituem as ações individuais (MASSEY, 1990).

A terceira dimensão de desacordos se dá sobre o nível apropriado de análise. Os críticos dos modelos individuais defendem que a família são os principais agentes na tomada de decisão e que a migração deve ser vista como parte das estratégias de grupo para o sustento e melhoria socioeconômicos.

Por fim, a quarta dimensão de discussão enfatiza a posição em que os estudos se colocam sobre as causas e efeitos da migração (MASSEY, 1990).

Como forma a superar essas discussões impostas pelas abordagens teóricas, Massey (1990) sintetiza as múltiplas literaturas sobre migração para ilustrar

como elas se complementam e produzem uma visão mais esclarecedora da migração do que fornecida por qualquer uma delas sozinha.

Migração Intrarregional Paranaense – 2000 a 2010

Durante os anos de 1940 a 1970, a população rural do estado cresceu a níveis bastante elevados, saindo de 934.004 para 4.425.490 pessoas durante o período. Entretanto foi reduzida para 1.268.656 entre os anos de 1970 a 1980, o que marcaria o primeiro estágio do processo de migração paranaense, marcado pelos fluxos rurais-urbanos. Por outro lado, a população urbana aumentou de forma significativa nos últimos anos. No censo realizado no ano 2010, foi constatado que a população total do estado é de 10.444.526, com cerca de 85% da população vivendo nas cidades e apenas 15% vivendo no meio rural. Essas mudanças são reflexos das profundas transformações socioeconômicas ocorridas no estado do Paraná, nas últimas décadas, quer pelo amplo processo de modernização agrícola ocorrida no estado, quer quanto ao processo de reestruturação produtiva da indústria paranaense, que culminaram num acelerado processo de urbanização do estado.

As mudanças estruturais na economia, com modificações profundas nas relações de trabalho e na estrutura agrária, resultaram em grandes fluxos migratórios em direção às fronteiras regionais, internas e externas ao Estado, cujo auge ocorreu nas décadas de 70 e 80. Mais recentemente esses fluxos vêm desenvolvendo movimentos de curta distância, tendo a Região Metropolitana de Curitiba (RMC) como principal área de destino (Ipardes, 2003: 16).

Segundo o Ipardes (2003), a dinâmica populacional reflete, em grande parte, a configuração do processo de urbanização. Se esse ocorre de forma intensa e acelerada, propicia espacialidades de concentração e de esvaziamento. Tal dinâmica é verificada no estado, no qual, num extremo, estão os adensamentos de espacialidades concentradoras, onde se localizam as chamadas aglomerações urbanas, caracterizadas por um número pequeno de municípios mais dinâmicos e seu entorno, que atraem contingentes de migrantes. Noutro extremo, um grande número de municípios apresenta decréscimo de população.

Os anos 70 e 80 foi um período de intensa urbanização do Estado, não só pela elevação da proporção de moradores urbanos, mas pelo surgimento

de um urbano mais estruturado e qualificado economicamente. A estruturação do sistema urbano paranaense passa a configurar uma rede de centros bem distribuídos no território, porém com nítidas áreas de concentração, resultantes de uma dinâmica migratória ainda não conclusa (Ipardes, 2003: 16).

Para o Ipardes (2003), o resultado territorial desse processo de urbanização e redistribuição da população no espaço é expresso em grandes áreas de esvaziamento e algumas aglomerações extremamente concentradoras.

Os dados do Censo do ano de 2010 mostram um quadro de agravamento da situação diagnosticada pelo Ipardes (2003). Dentre os 399 municípios paranaenses, 178 apresentaram redução na quantidade de habitantes entre os anos de 2000 e 2010, sendo que em 54 municípios a perda de população foi superior a 10%. Enquanto, no outro extremo, 28 municípios apresentaram variação positiva acima de 20% entre os dois censos.

Os municípios que apresentaram as maiores perdas têm sua base econômica lastreada nas atividades agropecuárias, explorada em pequena propriedade que empregam técnicas produtivas de baixo nível tecnológico. Por outro lado, a grande maioria dos municípios que apresentaram crescimento populacional se localizam em regiões metropolitanas ou em municípios que possuem aglomerações produtivas relacionadas a algum Arranjo Produtivo Local (APL).

A tabela 01 retrata os dez municípios que mais perderam população absoluta. O destaque fica para o município de Altamira do Paraná, que teve uma redução de 2.693 pessoas, o que percentualmente representa uma queda de 38,48%. Outros municípios que tiveram perda considerável de população foram os municípios de Nova Cantu, o qual apresentou uma queda de 25,11% (redução absoluta de 2.489 pessoas) e o município de Nova Tebas, o qual registrou uma diminuição de 21,93% da população (em termos absolutos, queda de 2.078 habitantes).

Outras constatações decorrentes das informações contidas na tabela 01 é que os dez municípios que mais perderam população estão localizados em apenas quatro das dez mesorregiões existentes no estado, destaca-se o fato de que três deles situam-se na mesorregião Centro-Sul Paranaense (Pitanga, Santa Maria do Oeste e Palmital), três encontram-se na mesorregião Centro Ocidental Paranaense (Altamira do Paraná, Nova Cantu e Roncador), dois estão presentes nas mesorregiões Oeste Paranaense (Guaraniaçu e Foz do Iguçu) e Norte Central Paranaense (Cândido de Abreu e Nova Tebas).

Tabela 01 – Os dez municípios que mais perderam população

| <i>Município</i> | <i>Mesorregião</i> | <i>2000</i> | <i>2010</i> | <i>Diferença (2010-2000)</i> | <i>Varição %</i> |
|-------------------------|--------------------------------|-------------|-------------|----------------------------------|------------------|
| Pitanga | Centro-Sul Paranaense | 35.861 | 32.638 | -3.223 | -8,99% |
| Altamira do Paraná | Centro Ocidental Paranaense | 6.999 | 4.306 | -2.693 | -38,48% |
| Guaraniaçu | Oeste Paranaense | 17.201 | 14.582 | -2.619 | -15,23% |
| Nova Cantu | Centro Ocidental Paranaense | 9.914 | 7.425 | -2.489 | -25,11% |
| Foz do Iguaçu | Oeste Paranaense | 258.543 | 256.088 | -2.455 | -0,95% |
| Cândido de Abreu | Norte Central Paranaense | 18.795 | 16.655 | -2.140 | -11,39% |
| Santa Maria do Oeste | Centro-Sul Paranaense | 13.639 | 11.500 | -2.139 | -15,68% |
| Roncador | Centro Ocidental Paranaense | 13.632 | 11.537 | -2.095 | -15,37% |
| Palmital | Centro-Sul Paranaense | 16.958 | 14.865 | -2.093 | -12,34% |
| Nova Tebas | Norte Central Paranaense | 9.476 | 7.398 | -2.078 | -21,93% |

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 2000 e 2010.

Os dados da tabela 02 mostram as cidades que mais atraíram população. Curitiba destaca-se como a que mais aumentou seu contingente populacional em termos absolutos, acréscimo de 164.592. Dos dez municípios com os maiores aumentos absolutos, cinco apresentaram aumentos percentuais superiores a 20% de população entre os dois últimos censos, sendo: São José dos Pinhais (29,31%), Piraquara (27,88%), Araucária (26,38%), Maringá (23,70%) e Toledo (21,50%).

Dos dez municípios presentes na tabela 02, metade está situada na mesorregião Metropolitana de Curitiba (Curitiba, São José dos Pinhais, Colombo, Araucária e Piraquara), dois estão na mesorregião Norte Central Paranaense (Maringá e Londrina), outros dois na mesorregião Oeste Paranaense (Cascavel e Toledo) e um na mesorregião Centro Oriental Paranaense (Ponta Grossa). Isso retrata o fato de as mesorregiões Metropolitana de Curitiba e Norte Central terem se tornado polos de atração regional de pessoas, sendo que na mesorregião Norte Central concentra-se nas cidades de Maringá e Londrina.

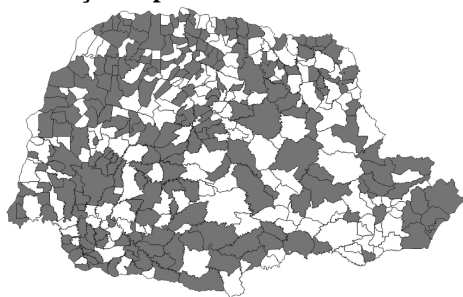
Tabela 02 - Os dez municípios que mais ganharam população

| <i>Município</i> | <i>Mesorregião</i> | <i>2000</i> | <i>2010</i> | <i>Diferença (2010-2000)</i> | <i>Variação %</i> |
|----------------------|----------------------------|-------------|-------------|------------------------------|-------------------|
| Curitiba | Metropolitana de Curitiba | 1.587.315 | 1.751.907 | 164.592 | 10,37% |
| Maringá | Norte Central Paranaense | 288.653 | 357.077 | 68.424 | 23,70% |
| São José dos Pinhais | Metropolitana de Curitiba | 204.316 | 264.210 | 59.894 | 29,31% |
| Londrina | Norte Central Paranaense | 447.065 | 506.701 | 59.636 | 13,34% |
| Cascavel | Oeste Paranaense | 245.369 | 286.205 | 40.836 | 16,64% |
| Ponta Grossa | Centro Oriental Paranaense | 273.616 | 311.611 | 37.995 | 13,89% |
| Colombo | Metropolitana de Curitiba | 183.329 | 212.967 | 29.638 | 16,17% |
| Araucária | Metropolitana de Curitiba | 94.258 | 119.123 | 24.865 | 26,38% |
| Toledo | Oeste Paranaense | 98.200 | 119.313 | 21.113 | 21,50% |
| Piraquara | Metropolitana de Curitiba | 72.886 | 93.207 | 20.321 | 27,88% |

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 2000 e 2010.

A figura 01 ilustra a distribuição espacial das cidades que tiveram sua população reduzida e as que apresentaram aumento populacional. Os municípios em branco apresentaram redução, enquanto os cinzas, aumentos populacionais. Conforme apresentado anteriormente, do total de 399 municípios, 178 apresentaram reduções da população. Nota-se que a maior parte dos municípios que tiveram perda absoluta de população localizam-se nas regiões central e centro-sul do estado.

Figura 01 – Variação Populacional entre 2000 e 2010



Legenda: Variação Negativa Variação Positiva

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 2000 e 2010, elaborado com o software IpeaGEO

Avaliação da Influência da Concentração Fundiária, do Rendimento e do Emprego sobre o Processo de Migração Intrarregional.

A avaliação da influência da concentração fundiária, do rendimento e do emprego sobre o processo de migração intrarregional foi realizada por meio da análise de correlação. Foi assumindo que uma correlação negativa entre a concentração fundiária e a variação populacional de cada município confirmaria a hipótese formulada que tal processo atuaria como fator de expulsão populacional. E, por outro lado, uma correlação positiva entre a variação população e a concentração de rendimento e/ou emprego sugeriria que as regiões com maior dinamismo na geração de emprego e renda atrairiam fluxos migratórios.

Análise de Correlação

Segundo Lira (2004), a análise de correlação é um método estatístico amplamente utilizado para estudar o grau de relacionamento entre variáveis. Ele fornece um número, indicando como duas variáveis variam conjuntamente. Mede a intensidade e a direção da relação linear ou não-linear entre duas variáveis. É um indicador que atende à necessidade de se estabelecer a existência ou não de uma relação entre essas variáveis sem que, para isso, seja preciso o ajuste de uma função matemática¹. Não existe a distinção entre a variável explicativa e a variável resposta, ou seja, o grau de variação conjunta entre X e Y é igual ao grau de variação entre Y e X.

O método usualmente conhecido para medir a correlação entre duas variáveis é o Coeficiente de Correlação Linear de Pearson. Este coeficiente, normalmente representado por ρ , assume apenas valores entre -1 e 1. É calculado por meio da seguinte fórmula:

$$\rho = \frac{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sqrt{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})^2} \cdot \sqrt{\sum_{i=1}^n (y_i - \bar{y})^2}} = \frac{\text{cov}(X, Y)}{\sqrt{\text{var}(X) \cdot \text{var}(Y)}}$$

onde x_1, x_2, \dots, x_n e y_1, y_2, \dots, y_n são os valores medidos de ambas as variáveis. Para além disso

$$\bar{x} = \frac{1}{n} \cdot \sum_{i=1}^n x_i$$

e

$$\bar{y} = \frac{1}{n} \cdot \sum_{i=1}^n y_i$$

são as médias aritméticas de ambas as variáveis.

Resultados Obtidos

O coeficiente de correlação entre a variação populacional, que representa o movimento migratório, e a variação do tamanho médio das propriedades rurais, assumido com indicador de concentração fundiária, foi de -0,12, o que indica que as duas variáveis evoluem em direções opostas, o que confirma a hipótese de que a concentração fundiária atua como fator de expansão populacional.

Cabe observar que, inicialmente, quando a análise foi feita em relação a todos os municípios, o resultado não foi o esperado. Optou-se por realizar a análise levando em conta apenas os municípios com base econômica agrícola, uma vez que esses seriam mais sensíveis ao comportamento das variáveis analisadas. Assumiu-se que o município agrícola seria aquele cuja produção primária fosse igual ou superior a 50% do Valor Adicional Total do município. Constatou-se que 236 municípios se enquadravam em tal critério.

Em relação ao emprego, foi obtido um índice de correlação igual a 0,23, o que indica que o aumento populacional está relacionado ao maior nível de emprego em determinados sítios, favorecendo os fluxos migratórios e o aumento populacional das regiões com maior dinâmica, o que confirma a hipótese de que a concentração de emprego atua como fator de atração populacional.

Finalmente, o coeficiente de correlação entre a variação populacional e a variação do rendimento total foi de 0,16², o que indica que as duas variáveis evoluem na mesma direção, o que também confirma a hipótese proposta para tal relação, ou seja, de que o aumento de renda atua como fator de atração populacional.

Análise dos Resultados

Influência da Estrutura Fundiária

O resultado obtido, ao indicar que concentração fundiária apresenta correlação negativa com a variação populacional, ajuda a compreender o acelerado processo de migração rural-urbano ocorrido no Paraná nos últimos anos. Com o declínio da produção de café e as fortes geadas a partir de 1975, a cultura da soja começa a ganhar importância, modernizando a agricultura do estado e alterando sua estrutura fundiária. Cabrera (2008), utilizando-se de dados dos censos agropecuários, mostra como a estrutura fundiária do estado alterou-se entre 1960 e 2006. Constatou que, nesse período, houve um aumento de 32% na concentração

fundiária, representada pelo tamanho médio das propriedades, enquanto a área utilizada para cultivo aumentou em 20% (CABRERA, 2008).

Dentre as mesorregiões paranaenses, a Centro Ocidental Paranaense apresentou a maior variação no número de estabelecimentos, redução de 61%, e um aumento do tamanho médio de 190% para o período de 1970 a 2006. Logo atrás vem a mesorregião Noroeste Paranaense, na qual, no mesmo período, houve uma queda de 58% no número de estabelecimentos e um aumento de 158% no tamanho médio das propriedades. Em terceiro lugar na concentração fundiária está a mesorregião Norte Central, na qual ocorreu uma queda de 46% no número de estabelecimentos e um aumento de 243% no tamanho médio, no período de 1970 a 2006. Fechando as quatro mesorregiões que mais variaram a concentração fundiária para o período em questão está a Norte Pioneiro, onde ocorreu uma redução de 43% no número dos estabelecimentos e um aumento do tamanho médio de 101%. Essa concentração de terras ocorreu nas mesorregiões devido às culturas que são praticadas, dentre elas, café, cana-de-açúcar, soja e outras que necessitam de grandes extensões de terra (CABRERA, 2008).

Somente duas mesorregiões apresentaram um aumento no número de estabelecimentos e redução do tamanho médio. Sendo elas a mesorregião Centro Sul Paranaense (aumento de 30% no número de estabelecimentos e redução de 16% no tamanho médio) e a mesorregião Sudeste Paranaense (aumento de 3% no número de estabelecimentos e redução de 6% no tamanho médio) (CABRERA, 2008).

Tabela 03 - Utilização das Terras Paranaenses por Mesorregiões – 1970 – 2006

| <i>Mesorregião</i> | <i>Total Estabelecimentos</i> | | | <i>Área Total (ha)</i> | | | <i>Tamanho Médio</i> | | |
|-----------------------------|-------------------------------|-------------|--------------|------------------------|-------------|--------------|----------------------|-------------|--------------|
| | <i>1970</i> | <i>2006</i> | <i>Var %</i> | <i>1970</i> | <i>2006</i> | <i>Var %</i> | <i>1970</i> | <i>2006</i> | <i>Var %</i> |
| Centro Ocidental Paranaense | 54819 | 21441 | -60,89 | 962263,2 | 1 089 049 | 13,18 | 17,55 | 50,79 | 189,36 |
| Centro Oriental Paranaense | 20271 | 19333 | -4,63 | 1606905 | 1 208 759 | -24,78 | 79,27 | 62,52 | -21,13 |
| Centro-Sul Paranaense | 31958 | 41624 | 30,25 | 1952668 | 1 894 782 | -2,96 | 61,10 | 45,52 | -25,50 |
| Metropolitana de Curitiba | 33371 | 31070 | -6,90 | 912549,2 | 1 355 417 | 48,53 | 27,35 | 43,62 | 59,53 |
| Noroeste Paranaense | 89890 | 37957 | -57,77 | 2061542 | 2 127 206 | 3,19 | 22,93 | 56,04 | 144,36 |
| Norte Central Paranaense | 100730 | 54629 | -45,77 | 2089164 | 3 889 830 | 86,19 | 20,74 | 71,20 | 243,32 |
| Norte Pioneiro Paranaense | 52100 | 29924 | -42,56 | 1290564 | 1 492 768 | 15,67 | 24,77 | 49,89 | 101,39 |
| Oeste Paranaense | 82570 | 53013 | -35,80 | 1616724 | 2 207 292 | 36,53 | 19,58 | 41,64 | 112,65 |
| Sudeste Paranaense | 38328 | 39615 | 3,36 | 1114238 | 1 090 307 | -2,15 | 29,07 | 27,52 | -5,33 |
| Sudoeste Paranaense | 50451 | 44632 | -11,53 | 1018912 | 1 212 678 | 19,02 | 20,20 | 27,17 | 34,53 |

Fonte: IPEADATA, IBGE, Censos Agropecuários 1970/2006*

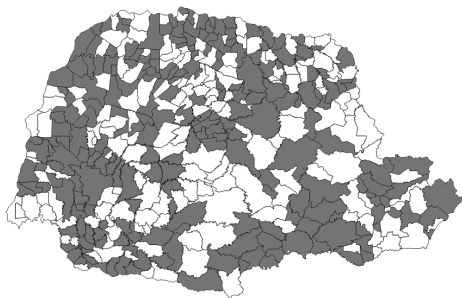
*Dados preliminares lançados em 31/12/2007

Influência do Emprego e do Rendimento

Em relação ao emprego e ao rendimento, os coeficientes de correlação positivos obtidos indicam que estas duas variáveis evoluíram na mesma direção da variação populacional, ou seja, o aumento da renda e/ou do emprego atuam como fator de atração populacional.

Entre os anos de 2000 a 2009, os empregos formais no estado do Paraná cresceram a uma taxa média anual de 5,33%. Apesar desse resultado satisfatório, constata-se que dentre os 399 municípios paranaenses, 174 apresentaram crescimento do número de empregos formais abaixo da média estadual. Contrapondo a figura 02 à figura 01, pode-se verificar uma ampla coincidência entre os 178 municípios que perderam população e aqueles com baixo índice de crescimento de emprego.

Figura nº 02 – Variação do Número de Empregos Formais



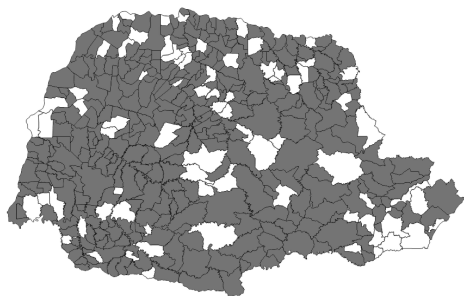
Legenda: Variação Inferior à Média Estadual Variação Superior à Média Estadual
Fonte: MTE/RAIS, elaborado com o software IpeaGEO

Ao analisar o desempenho do rendimento total paranaense, constata-se que, no período compreendido entre os anos de 2000 e 2009, o rendimento total cresceu a uma taxa média anual de 6,81%, sendo que 78 municípios apresentaram variação inferior a essa média estadual, tendo em comum o fato de que quase a totalidade deles perderam população nesse período e apresentaram variação de empregos abaixo da média estadual (Figura 03).

As informações contidas na tabela 04 ratificam todos os resultados obtidos. Constam desta tabela informações referentes aos dez municípios que apresentaram maior aumento populacional em termos absolutos, as maiores variações de emprego formais e os que apresentaram maior variação da renda total, entre os anos de 2000 a 2010. Constata-se que, dentre os dez que apresentaram maiores aumentos

populacionais, nove alcançaram a maior variação positiva do número de empregos formais e oito obtiveram os maiores ganhos de rendimento total.

Figura nº 03 – Variação do Rendimento Total



Legenda: Variação Inferior à Média Estadual Variação Superior à Média Estadual
Fonte: MTE/RAIS, elaborado com o software IpeaGEO

Tabela 04 – Os dez municípios com maiores variação de População, Emprego e Renda – 2000/2010

| <i>Município</i> | <i>Mesorregião</i> | <i>Variação Populacional</i> | <i>Variação Emprego</i> | <i>Variação Rendimento</i> |
|----------------------|----------------------------|------------------------------|-------------------------|----------------------------|
| Curitiba | Metropolitana de Curitiba | 164.592 | 265.004 | 548.014.593,50 |
| Maringá | Norte Central Paranaense | 68.424 | 49.402 | 72.045.739,32 |
| São José dos Pinhais | Metropolitana de Curitiba | 59.894 | 46.654 | 84.536.210,24 |
| Londrina | Norte Central Paranaense | 59.636 | 43.959 | 61.139.654,79 |
| Cascavel | Oeste Paranaense | 40.836 | 35.330 | 46.838.070,46 |
| Ponta Grossa | Centro Oriental Paranaense | 37.995 | 23.944 | 36.047.713,60 |
| Colombo | Metropolitana de Curitiba | 29.638 | 14.906 | 54.239.846,21 |
| Araucária | Metropolitana de Curitiba | 24.865 | 23.588 | 21.683.925,74 |
| Toledo | Oeste Paranaense | 21.113 | 16.070 | 20.855.891,23 |
| Piraquara | Metropolitana de Curitiba | 20.321 | 14.992 | 22.185.356,70 |
| Pinhais | Metropolitana de Curitiba | | | |
| Foz do Iguaçu | Oeste Paranaense | | | |

Fonte: IBGE – Censos 2000 e 2010; MTE/RAIS

Conclusão

Os resultados obtidos permitiram confirmar as três hipóteses propostas. Primeiro que a concentração fundiária evolui em sentido oposto à variação populacional,

ou seja, o aumento do tamanho médio das propriedades está associado à perda populacional, principalmente, em município de base econômica agrícola. Mesmo não sendo possível estabelecer relações de causalidade entre as duas variáveis, pode-se inferir que a concentração fundiária atua como um fator de expulsão populacional.

O segundo resultado encontrado, referente à correlação positiva entre variação populacional e emprego e/ou renda, mostra que regiões mais dinâmicas, caracterizadas por apresentarem crescimento de renda e emprego acima da média estadual, apresentaram maior crescimento populacional, o que também permite inferir que essas variáveis atuam como fator de atração populacional.

Finalmente, pode-se observar que, dentre os dez municípios que apresentaram maior variação em termos absolutos de população, nove apresentaram maiores níveis de crescimento de empregos e oito apresentaram os maiores aumentos no rendimento total.

Notas

¹ Apesar da simplicidade deste método, ele é adequado ao objetivo proposto, uma vez que se está interessado na direção das variáveis. Entretanto se reconhece que existem algumas desvantagens, uma vez que indica unicamente concordância e, portanto, não estabelece necessariamente relações de causa-efeito. É menos rigoroso do que outros métodos, porque exerce menos controle sobre as variáveis independentes. Tende a identificar padrões de relação falsos, ou seja, resultado meramente estatístico, sem quaisquer relação de causalidade.

² Para a análise de correlação, foram considerados os rendimentos totais, uma vez que os cálculos feitos, baseados no rendimento per capita proporcionaram resultados opostos ao esperado. Isso decorre do fato de a perda populacional distorcer o aumento do rendimento médio em determinados municípios.

Referências

- ACEMOGLU, D. *Introduction to Modern Economic Growth*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2008.
- BARRO, R. T.; SALA-I-MARTIN, X. *Economic Growth*. 2. ed. Cambridge, Massachusetts; London, England: MIT Press, 2004.
- BORJAS, G.J. The economic analysis of immigration. In: ASHENFELETER, O. e CARD, D. *Handbook of labor Economics*, v.3, p.1697-1757, 1999.
- BRAGA, Fernando Gomes; SANTOS, Caetano Ferreira. Novos padrões da migração no Brasil: um estudo do perfil socioeconômico dos migrantes internos entre 1980 e 2000. Anais XVI Encontro Nacional de Geógrafos, 25 a 31 de julho, Porto Alegre, 2010.

- BRITO, Fausto. As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Anais do VI Encontro Nacional sobre Migrações, Cedeplar/UFMG, 2009. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outras/6EncNacSobreMigracoes/ST3/FaustoBrito.pdf>
- CABRERA, L. G. C. Os impactos sócio-econômicos das transformações na estrutura fundiária paranaense a partir da década de 70. 2008. 63p. Monografia – Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Economia, 2008.
- CARDIM, S. E. de C. S.; VIEIRA, P. de T. L.; VIÉGAS, J. L. R. Análise da Estrutura Fundiária Brasileira. Disponível em: http://www.incr.gov.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=472&Itemid=175. Acessado dia 23/05/2011.
- FLEISCHFRESSER, V. *Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70*. Curitiba: Liv. Chain.
- GOLGHER, André Braz. Fundamentos da Migração. Texto para discussão 231. Belo Horizonte: UFMG/ Cedeplar, 2004.
- HARRIS, Jonh. H. e TODARO, Michael. P. (1970). Migração, Desemprego e desenvolvimento: uma análise com dois setores. Traduzido de HARRIS, J. H. and TODARO, M. P. Migration, Unemployment and development: two sector analysis. The American Economic Review, 15: 126-142. In: MOURA, Hélio A. de. *Migração Interna, textos selecionados: teorias e métodos de análise*. V. 1: 173-209. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980.
- IPARDES. Recursos Naturais e Estrutura Fundiária Volume I. Curitiba, 1979.
- JANUZZI, Paulo de Martino; OLIVEIRA, Kleber Fernandes de. Motivos para migração no Brasil: padrões etários, por sexo e origem/destino. In: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. 20 a 24 de set, 2004. Caxambu, MG
- LEE, Everett S. A Theory on Migration. Demography, 3 (1): 47-57, 1966 (Population studies center, Series in Studies of Human Resources). Trabalho apresentado na Reunião Annual da Associação Histórica do Vale do Mississipi, Cidade Kansas, 23.0.1965.
- LEWIS, W. A. (1954) Economic development with unlimited supplies of labor. The Manchester School of Economic and Social Studies. 22: 139-91.
- LIRA, Sachiko Araki. (2004) Análise de correlação: abordagem teórica e de construção dos coeficientes com aplicações. Dissertação de Mestrado, UFPR, Curitiba.
- LISBOA, Severina Sarah. Os Fatores Determinantes dos Novos Movimentos Migratórios. *Revista Ponto de Vista* vol. 5. Viçosa: UFV, 2008.

- MASSEY, D.S., ARANGO, J., HUGO, G., KOUAOUCCI, A. PELLEGRINO, A. e TAYLOR, J.E. Theories of International Migration: A Review and Appraisal. *Population and Development Review*, Vol. 19, No. 3, pp. 431-466, 1993.
- MATA, Daniel da; OLIVEIRA, Carlos Wagner de A; PIN, Cedric; RESENDE, Guilherme. Quais características das cidades determinam a atração de migrantes qualificados? Texto para discussão n1305. IPEA. Brasília, set.2007.
- MUNIZ, H. M. C.; ROSA, M. D. Desdobramentos da modernização da agricultura no estado do Paraná (Brasil). Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, São Paulo, 2005.
- OLIVEIRA, Carlos Wagner de Albuquerque. Crescimento Econômico, Diferenciais Regionais de Renda e Migração: Teoria e Evidências Empíricas. Brasília, 2006. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Universidade de Brasília.
- SILVEIRA NETO, R. M. Concentração e especialização geográfica das atividades industriais no Brasil: quais os argumentos econômicos explicam? Evidências para os períodos 1950-1985 e 1985-2000. PIMES/UFPE, 2005.
- TRINTIN, J. G. A Economia Paranaense: 1985-1998. 2001.200p. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2001.

Resumo

O presente artigo objetiva avaliar a influência da concentração fundiária, do rendimento e do emprego sobre o processo de migração intrarregional do Estado do Paraná, no período de 2000 a 2010. Acredita-se que a concentração fundiária atue como um fator de expulsão e, em contrapartida, a concentração de renda e emprego atuem como força de atração da população. As hipóteses formuladas foram testadas por meio do teste de correlação linear de Pearson. Encontraram-se resultados que apontam para a ocorrência nos últimos dez anos de movimentos migratórios de expulsão dos municípios nos quais há concentração fundiária.

Palavras-chave: Migração; Paraná; Concentração fundiária

Abstract

This article aims to evaluate the influence of concentration of land, income and employment on the process of intra-regional migration of Paraná, in the period 2000 to 2010. It is believed that the concentration of land acts as a factor in consideration of expulsion and the concentration of income and employment act as a force of

attraction of the population. The hypotheses were tested by linear correlation test of Pearson. We found results that point to the occurrence in the last ten years of migration expulsion of the municipalities where there is land concentration.

Key words: Migration; Paraná; Land concentration

Resumen

Este artículo tiene por objeto la influencia de la concentración de la propiedad de la tierra, ingresos y empleo en el proceso de migración intrarregional Paraná el período 2000-2010. Se cree la concentración de la tierra actúa como un factor en la consideración de la expulsión y la concentración del inicio de sesión y el empleo actúan como una fuerza de inversión la población. Las hipótesis fueron probadas por la prueba de correlación lineal de Pearson. Si encontraron resultados apuntan una la aparición en los diez años de la expulsión último de la migración de los municipios donde hay concentración de la tierra.

Palabras clave: Migración, Paraná, Concentración de la tierra

Álvaro Panazzolo Neto

Graduado em Relações Internacionais pela UNESP – Franca. Mestrando em Relações Internacionais – Universidade de Brasília. Bolsista da CAPES.

Reaparelhamento da FAB e direção política à luz da estratégia nacional de defesa

Introdução

O presente artigo trata da questão do reaparelhamento da Força Aérea Brasileira (FAB), e sua relação com os desenvolvimentos da Política Externa Brasileira em três períodos determinados, escolhidos por serem os mais representativos no aspecto de compra de aeronaves de combate, ao mesmo tempo em que se encontram inseridos em momentos singulares da atuação internacional do país. O foco escolhido para o presente trabalho é o período mais recente, cuja proximidade e facilidade em buscar certos tipos de fontes torna exequível a consecução dele; ademais, até o momento, resultados parciais demonstram se tratar de um período amostral que exemplifica de maneira substantiva a hipótese de trabalho.

Portanto, o caso a ser abordado é o mais recente e destacado de reaparelhamento da FAB, o Programa F-X2. O objetivo é mostrar que, no decorrer desse período, houve estreita relação entre o processo de compra de aeronaves de combate para a FAB e os desenvolvimentos da Política Externa Brasileira, escolhendo como pano de fundo de análise a promulgação da Estratégia Nacional de Defesa no período do governo Lula. Isso seria feito a partir da hipótese inicial constante na pesquisa de que, ao refletir conjuntura então vigente e representar políticas de defesa específicas, tal projeto de reaparelhamento é afetado por questões de direção política do governo sobre as Forças Armadas.

1. Poder aéreo e política externa – o Projeto F-X2

O presente trabalho parte da constatação de que é perceptível uma relação clara entre o processo de reaparelhamento e a política externa praticada pelo País em cada período. A aquisição de material bélico seria orquestrada por fatores governamentais internos, indo além do escopo das Forças Armadas, mesmo que de maneira involuntária – a direção política.

Boa parte da literatura que envolve essa seara defende o aspecto de que as políticas externa e de defesa se encontram em espectros da atuação internacional

muito distintos no caso do Brasil. Alsina (2006: 49), por exemplo, define que as Forças Armadas se limitam a um papel retroalimentador no Brasil, em que se dedicam apenas ao próprio fortalecimento institucional e material, relegadas à manutenção da ordem interna em vez do combate, o que degeneraria sua função (de maneira contrastante à pluralidade de pensamento que as caracterizaria internamente) e diminuiria seu escopo atuador na política externa do País, notavelmente pacifista e avessa a conflitos.

Contudo, ao mesmo tempo essa dimensão das Forças Armadas, qual seja o poder aéreo, é considerada fundamentalmente estratégica, demonstrando importância tanto para a percepção de ameaças quanto para a projeção de poder de um país – elementos consideráveis no cálculo da política externa. Uma análise profunda é feita por Santos (1989: 141-144), que define diversas características intrínsecas ao poder aéreo, como o fato de possuir um peso relativo no cálculo político (ao trazer os civis para a escala de conflito, como visto nas duas Guerras Mundiais e tantas outras subsequentes); elevada flexibilidade (derivada de sua rápida capacidade de adaptação e superioridade técnica atrelada à sofisticação tecnológica) e mobilidade; poder de destruição, penetração e alcance sem rival, que infere na capacidade de sobrepujar defesas; finalmente, pelo fato de que é mais fácil se antepor a um ataque aéreo do que se defender puramente dele, reafirmando sua vocação ofensiva mesmo quando em posição de resposta a um ataque.

A natureza ofensiva do poder aéreo decorrente de tais características nos é mostrada por diversos pensadores da área. Consta segundo Motta (2001: 225) que a vocação ofensiva da aviação de combate faz parte de sua “razão de ser”: suas funções primordiais incluem a garantia do controle do espaço aéreo subjacente, a capacidade de ataque e destruição de recursos empregados pelo poder inimigo e o apoio a operações em solo.

Siqueira (2009: 34) afirma que “as grandes descobertas, feitas pelo homem ao longo dos séculos, têm sido empregadas, de uma forma quase sistemática, para fazer a guerra, atividade à qual afeta geralmente os seus melhores recursos materiais e espirituais.” No caso da força aérea, tal quadro se confirma, dada a relevância estratégica dessa força em particular. Apesar dos estudos estratégicos delegarem tradicionalmente à força naval característica fundamental e protagônica de projeção de poder, Seversky já inferia em meados do século XX que o poder aéreo desempenharia naquele século a função do poder naval em eras anteriores (SIQUEIRA, 2009: 53). Desde a infância da aviação, deu-se uso militar aos aparelhos de voo mais pesados que o ar, inicialmente em missões de reconhecimento, passando por dotar os pilotos de armas de fogo convencionais e por fim resultando no

equipamento de armas específicas nas aeronaves. Possuiria o poder aéreo, segundo Siqueira (2009, p. 100), vantagens coercitivas sobre as demais forças. Mesmo teorizações mais recentes como as de Boyd, originárias do estudo do poder aéreo, hoje são designadas também para o entendimento dos poderes naval e terrestre (SIQUEIRA, 2009: 63).

Há muito se considera o caráter “onipresente” da aviação, com a capacidade de destruir instalações e aparatos terrestres e navais a salvo de contra-ataques (WARNER, 1998: 4). Mesmo o pensamento de autores clássicos acerca do tema encontra veracidade para os dias de hoje em sua essência. Seria fundamental para Douhet a aplicação do poder aéreo como uma importante faculdade da defesa nacional, em que se deveriam empenhar os melhores recursos humanos e materiais para sua consecução (SIQUEIRA, 2009: 69). Em sua concepção, a mobilidade dos vetores aéreos proporcionada por seu raio de ação determina sua capacidade ofensiva, bem como, analogamente, as necessidades defensivas oriundas do preparo e qualidade dos aparatos e pessoal. Mitchell (apud SIQUEIRA, 2009: 44-45) afirma nesse sentido que:

...o avião tem capacidade para atingir qualquer ponto do globo, visto que a morfologia das terras e dos mares não constitui a isso obstáculo maior. Em caso de guerra, qualquer lugar estará indiferenciadamente exposto, dado que todo objetivo visto do ar é possível de ser atacado.[...] A única forma de defesa eficaz contra um avião é outro avião.[...] Nenhuma nação pode denominar-se grande a menos que seu poder aéreo esteja apropriadamente organizado e provido para isso.

Podemos ver que essa noção de proeminência estratégica torna esse setor de grande importância para o entendimento das relações entre os Estados, como nos aponta Meilinger (1996). Entre suas dez novas preposições para o poder aéreo, destacam-se as noções de que esse se caracteriza como uma força “intrinsecamente estratégica”, sendo uma arma “primordialmente ofensiva” e no qual “a tecnologia e o poder aéreo são integral e sinergicamente relacionados”.

A aquisição desse tipo de recursos teria, portanto, seu grau de impacto nas relações internacionais de um dado país – possivelmente percebida como reforço a um caráter de projeção de poder, contrária a uma política moderada, etc., – a depender das características, sejam intrínsecas ou momentâneas, de sua política externa. Com base no caso do Programa F-X2 de reaparelhamento do corpo de caça e interceptação da FAB, pode-se dizer que há uma importante correlação entre a conjuntura, as políticas governamentais e a aquisição de aparato militar aéreo.

Para Saint-Pierre (in: OLIVEIRA, 2007: 63) “ameaça” é algo que se reveste também de um aspecto relacional, no sentido de se mostrar não apenas como um objeto sólido que seja passível de cognição – por isso, é essencial que se tome conhecimento de todos os agentes envolvidos, e com isso em mente pode-se encontrar a relação entre os desenvolvimentos da política externa e defesa. A fundamentação teórica desse estudo é de base construtivista, dada sua pertinência em relação ao entendimento da realidade das Relações Internacionais, sobremaneira no aspecto dos estudos de Segurança e Defesa. Um importante desenvolvimento dessa teorização se deu com a chamada Escola de Copenhague – segundo Tanno (2003), de contribuição imprescindível para o estudo da Segurança no pós-Guerra Fria. Parte desses conceitos se encontra na obra de Buzan, Wæver e de Wilde (1998), em que são apresentados os “novos temas” da segurança internacional, conceito relacionado aos estudos abrangentes de Segurança, que ampliam o escopo desse campo de análise para além do setor militar. Apresentam-nos cinco grandes setores da segurança – militar, ambiental, econômico, societal e político, todos com sua importância relativa, especialmente no período posterior à Guerra Fria. Contudo a contribuição mais relevante seria a do capítulo 2, em que lida com o aparato conceitual para a análise de segurança, notadamente o conceito de securitização. Para esses autores, as questões de segurança não seriam dadas de maneira apriorística, mas como políticas constituídas por discurso e ação como resposta a percepções de ameaças específicas em determinadas áreas.

Logo, uma questão pública pode ser enquadrada como não-politizada, politizada e por fim securitizada, caso em que é tratada com uma ameaça existencial ao Estado e à sociedade. De forma breve, securitização seria o processo por meio do qual uma questão não encarada anteriormente como uma ameaça passa a sê-lo, desencadeando medidas extraordinárias para sua supressão ou combate, medidas que iriam além das atribuições políticas do Estado (BUZAN, de WILDE, WÆVER, 1998: 23). Dependia de circunstâncias conjunturais e da anuência dos atores securitizantes, que tornam uma questão securitizada ao inferir que objetos referentes se mostram existencialmente ameaçados, e sendo o setor e decisões afetados por atores funcionais (BUZAN; de WILDE; WÆVER, 1998: 36). Entretanto, ao abordar as diversas questões no âmbito da discussão sobre segurança proposta nos estudos abrangentes da Escola de Copenhague, o processo de securitização – visto então como uma “politização extrema” – depende das percepções que cada Estado tem das intenções e capacidades dos outros e da atuação de seus entes governamentais no que tange à segurança e defesa.

Este estudo se foca no setor militar – de fato, apesar da variedade dos novos temas, são ainda as noções de ameaças clássicas, as militares, que sempre foram e se

encontram mais altamente institucionalizadas quanto aos processos de securitização, pois decorrem da natureza do próprio Estado moderno, de certo modo dependente das noções de soberania territorial (BUZAN; de WILDE; WÆVER; 1998: 21). Este é ainda o principal ordenamento da análise da estrutura de segurança.

O aprofundamento dessa teorização ocorre na obra *Regions and Powers: the structure of international security*, de Buzan e Wæver. Ao longo de 15 capítulos, propõem, mediante a apresentação de estudos de casos, sua Teoria dos Complexos de Segurança Regionais (CSR), uma útil categoria analítica de estudo, delimitada por uma proximidade geográfica e para a qual os Estados compartilham das mesmas preocupações relativas à segurança. Contrariamente à teoria clássica dos Complexos de Segurança, não seriam as preocupações primárias, mas as instâncias de segurança, que se conectam e formam o complexo, havendo com isso o relacionamento dos três entes envolvidos no processo de securitização (objetos referentes, atores securitizantes e atores funcionais).

Podemos, utilizando-nos desse arcabouço, denotar aos setores de política externa e Forças Armadas funções específicas nesse processo de percepção de ameaças. Sua relação já era perceptível em autores clássicos das Relações Internacionais: a famosa díade da presença externa do Estado, apresentada por Aron nas figuras do soldado e do diplomata, já nos remeteria a esta correlação entre as duas partes que atuariam sinergicamente na política internacional. Nas palavras do autor, “a distinção entre diplomacia e estratégia é relativa. Os dois termos denotam aspectos complementares da arte única da política – a arte de dirigir o intercâmbio com os outros Estados em benefício do ‘interesse nacional’” (ARON, 2002: 73). Ferreira (2001: 142) ressalta que “no quadro da grande estratégia” as Forças Armadas passam a ser instrumento da política externa e dos desígnios estatais, e que “a própria decisão sobre que tipo de política externa o Estado seguirá [...] são problemas a ser resolvidos pela interação entre o diplomata e o militar” (FERREIRA, 2001: 146).

O conceito de securitização é intimamente relacionado com o Estado e a governabilidade, e porquanto associado ao valor geopolítico creditado ao poder aéreo, é possível estabelecer nexos entre a política externa dos governos e a aquisição de material aeronáutico de combate. No caso do Brasil, podemos tratar de três momentos em específico, mas nos ateremos ao mais recente nesse trabalho.

Consideramos para o presente trabalho, portanto, os anos de 1997 a 2010, por razões metodológicas. Nesse período, boa parte das esquadrilhas da FAB atingiu níveis de obsolescência pela idade avançada, em que pesem as constantes reformas e atualizações, fazendo-se necessária a aquisição de novas aeronaves, no que se desenvolveu o Projeto F-X e sua continuação, o F-X2.

Surgido nos idos de 1997 por meio do Plano Fênix, com a intenção de reerguer a capacidade operacional da FAB, o F-X seria responsável pela aquisição de um modelo de caça avançado (DURING, 2004: 2), visando à compra de um pequeno número de aeronaves múltiplo emprego a serem efetivadas até o ano de 2006. Encerrado em 2005 mediante um lacônico comunicado do Governo, e sem nenhuma encomenda feita às empresas participantes (RITTNER, 2009), foi retomado em 2007, sob a alcunha de F-X2, com o intuito de desativar as aeronaves de combate obsoletas e substituí-las por aviões de múltiplo emprego mais modernos. Ainda que a compra, cuja entrega inicial estava prevista para 2009, tenha sido atrasada até o momento por restrições orçamentárias domésticas e constrangimentos internacionais dada a recessão global iniciada em 2008, não deixou de ser uma pauta imprescindível e com previsão de retomada já no mais tardar no ano de 2012 (FELLET, 2011, on-line). Mesmo a recente mudança no cargo do ministério da Defesa (cujo ocupante anterior, Nelson Jobim, possuía grande envolvimento tanto nos desenvolvimentos relativos à END quanto ao processo de escolha do F-X2) não alterou esse quadro, tanto pelo reconhecimento da urgência da substituição das aeronaves quanto à atenção dada à transferência tecnológica pautada tanto pelo F-X2 quanto pela END (JUNGMANN, 2011, on-line).

Tal projeto apresenta-se como fundamental, pois, apesar de destacar-se em número, o aparelhamento de interceptação da FAB apresenta certo desnivelamento quando comparado a determinadas nações do continente, tanto em termos de idade operacional quanto alcance: segundo a Estratégia Nacional de Defesa (END), estaria “esgotada a possibilidade de prolongar-lhes a vida por modernização de seus sistemas de armas, de sua aviônica e de partes de sua estrutura e fuselagem” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2008: 30).

Destaca-se o zelo do Ministério da Defesa pela adoção de critérios técnicos favoráveis para efetuar tal compra, incluindo primordialmente a questão da transferência de tecnologia (GODOY, 2008), pois, como inferido na END, a aquisição de equipamentos militares estará condicionada a tal transferência como pressuposto da ascensão do país como produtor desses equipamentos (ALENCASTRO; JUNGBLUT, 2008). De fato, a END é um ambicioso plano de metas, o qual visa adequar o país a uma posição de destaque no cenário estratégico internacional, bem como ampliar e capacitar as defesas já existentes. Portanto, ainda que haja neste primeiro momento a compra de equipamento estrangeiro, está condicionada à transferência maciça de tecnologia com vistas a um projeto em longo prazo de desenvolvimento da indústria de defesa nacional, tendo em vista os ditames do documento em questão e corroborando seus ideais.

Essas características mencionadas se adequam ao que ocorreu com relação à PEB no período. Segundo Oliveira e Onuki (2000), o *modus operandi* da PEB no período leva a crer que o país faz por buscar uma espécie de opção à hegemonia norte-americana no Continente, “reforçando a correlação entre o status de potência regional e o cálculo de opções internacionais”. No setor político, há a primazia da ação brasileira em fomentar especialmente o desenvolvimento da União das Nações Sul-Americanas (Unasul) e estruturar uma organização de trato político inter-regional. Nesse sentido, caracteriza-se um ambiente político e inédito de discussões na área da segurança e defesa, e que encontrou seu maior êxito na criação do Conselho de Defesa Sul-Americano da Unasul, em dezembro de 2008.

Calcado em um período inicial de crise econômica, o F-X2 passou pelo momento de recuperação e atual busca de protagonismo internacional do Brasil. Vê-se que o processo se embasou no momento auxiliado pela conjuntura favorável que nos últimos anos possibilitou ao país uma maior participação nos negócios internacionais. Disso advieram fatores como a promulgação da END e a constante reafirmação da consideração dos critérios técnicos favoráveis e transferência de tecnologia, como fundamentos da escolha no contexto de afirmação soberana e desenvolvimento de uma indústria de defesa capacitada a prover o Estado de um aspecto importante de sua posição no cenário de segurança e defesa internacionais. Outro marco relevante foi a retomada de um novo acordo militar entre Brasil e EUA em 2010, que, diferentemente do celebrado em 1952, tem bases mais claras e acordadas diplomaticamente, com respeito à soberania e temas afins, algo possibilitado pela maior importância (e consequentemente capacidade de barganha e negociação) creditada ao Brasil no cenário internacional (DUARTE, 2010).

A indústria de defesa, como se pode perceber, é dependente de uma visão de longo prazo que envolve a chamada direção política – isto é, se no âmbito de situações envolvendo securitização há a participação direta de processos decisórios do governo na consecução de políticas desempenhadas pelo Itamaraty ou Forças Armadas. Esperar-se-ia que políticas de desenvolvimento técnico e sensível (como a nuclear) sempre encontrariam consecução por meio de militares, mas vê-se que esse tipo de decisão fundamenta-se em burocracias de Estado e civis.

Isso é perceptível, por exemplo, no fato de as políticas de defesa nacional (de 1996 e 2005) terem surgido apenas posteriormente ao período de regime civil-militar, sob a tutela do regime civil e constitucional. Portanto, como foi fundamentado, a intercalação entre as atividades do Itamaraty e das Forças Armadas revela um importante padrão de relacionamento internacional do Brasil na área de defesa, mas sempre

condicionado a fatores internos de governabilidade. Mesmo nesse aspecto, infere-se a questão da direção política, tema ainda pouco discutido nesse escopo.

2. A PEB e a Defesa no período

Faz-se necessário, dado o objetivo do trabalho, compreender de maneira breve como se desenvolveu a Política Externa Brasileira (PEB) no âmbito da Defesa regional desse período. Por mais que autores tradicionais diferenciem política de governo (de caráter temporário) e de Estado (de cunho permanente, e sob a qual se encontraria geralmente a PEB), para efeitos de compreensão (e como estaremos lidando com um lapso temporal relativamente breve) trataremos momentaneamente da PEB como gerida no governo Lula, ou seja, entendendo a política de governo como a representante de Estado.

A PEB no período demonstra ser um elemento ainda em análise e que causa discordância entre estudiosos. Os elementos de continuidade esbarram em novidades e rupturas, como a sobreposição do elemento político sobre o econômico que caracterizara o foco da PEB nos anos anteriores (VEIGA, 2011). É notável, contudo, que se beneficiou de algumas mudanças marcantes na conjuntura internacional para o Brasil, possibilitando a busca factível de um protagonismo relativamente inédito propiciado por políticas específicas e conjuntura favorável.

Para Almeida (2004: 19), por exemplo, o foco do governo na diversificação de interlocutores e intensificação de laços com os já existentes representaria esse aspecto de multilateralização. A busca por uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU, a dedicação aos foros multilaterais e o ativismo com relação aos países subdesenvolvidos seriam características prementes de sua política. Quintão (2003: 23) afirma que, nesse sentido, o Brasil apenas se apresenta como um agente de articulação regional em termos de postura estratégica, que redundaria em destaque no sistema internacional, especialmente no tocante à Defesa.

Nessa seara, mostrou-se de extrema relevância a defesa pelo país da consolidação da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) para áreas como a segurança. Buscou assim caracterizar um ambiente político e inédito de discussões nessa área, e que encontrou seu maior êxito na criação do Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL, em dezembro de 2008. Entre suas premissas, destacam-se a promoção da paz e solução pacífica de controvérsias, o reconhecimento da subordinação dos aparatos militares à autoridade civil e a promoção da cooperação na área; seus objetivos principais são a consolidação da região como uma zona pacífica, construção de identidade regional e consolidação da cooperação na maté-

ria (UNASUL, on-line). São temas caros às pretensões brasileiras e representam de maneira efetiva o pensamento regional voltado ao tema da integração e estabilidade, mas uma vitória em especial para o Brasil como artífice e entusiasta primeiro do organismo (CARMO, on-line). Isso revela de certo modo uma capacidade de liderança do país, condizente também com uma busca por ressaltar sua posição de influência não apenas regional, mas de um ator mais atuante e relevante na esfera internacional, com a visão da busca pela seguridade da região do Atlântico:

...o facto é que o Brasil definitivamente tem uma voz que não pode deixar de ser escutada na cena mundial, e provas dadas, na investigação e doutrinação académicas, na activíssima e esclarecida diplomacia, e na doutrina militar, de que a razoabilidade é o padrão da referência em todo o processo decisório. No relacionamento com a UNASUL (União das Nações Sul-Americanas), a orientação do governo vai no sentido de assegurar a segurança do Atlântico e, finalmente, extinguir as hipóteses de conflitos bilaterais, esperando uma intervenção activa do CDS (Conselho de Defesa Sul-Americano) [...] Tudo parece enfrentado pela vontade segura de ajudar a formular uma resposta brasileira eficaz, no plano do serviço à comunidade mundial, às debilidades do globalismo sem regulação, às insuficiências do Conselho de Segurança, procurando harmonizar os interesses nacionais com o interesse regional da UNASUL, e com a reformulação da governança global (MOREIRA, on-line).

Não se trataria de uma organização de moldes “clássicos” como a OTAN. Isto é, sem se envolver em assuntos internos como a compra de armamentos e a criação de um exército próprio (que esbarraria nas dificuldades de estabelecer uma doutrina de emprego comum e de financiamento). Há uma elevada proeminência de direcionamento pelo respaldo brasileiro, mas a discussão em si é focada na participação coletiva, com fins ao fomento de uma identidade comum (RABELO, on-line).

O maior interesse do Brasil na região seria não o fomento de novas relações entre Forças Armadas, mas o incremento e fortalecimento das pré-existentes: “sedimentar percepções comuns e de reforçar a confiança mútua que já caracteriza o relacionamento das Forças Armadas da região” (ALMEIDA et al., 2004: 125). Indo mais a fundo, segundo Flemes, haveria diversos indicadores de que estaria engendrando-se a formação de uma comunidade de segurança na região – configurada como “paz estável” na teorização de Deutsch – havendo inclusive institucionalização da cooperação militar:

As mencionadas atividades ‘bi’ e multilaterais dos agentes civis e militares indicam que a Argentina, o Brasil e o Chile já não se consideram reciprocamente uma ameaça, mas que se esforçam por protegerem-se mutuamente contra ameaças externas. Esses países já não consideram a força militar como um meio de resolução de conflitos. (FLEMES, 2005, on-line).

Essa “identidade comum” seria possibilitada pelo diálogo e busca de elementos comuns de defesa. No caso do aspecto puramente militar, por exemplo, a região tem sido assolada por um movimento crescente de gastos com reaparelhamento e uma suposta corrida armamentista. No entanto, tais impressões são refutadas por estudiosos como Alves e Heye (2008: 11), os quais demonstram que se tratam apenas de condicionamentos pontuais ao estado de obsolescência e despreparo das forças da região como um todo, sem caracterizar elemento de atrito ou ameaça à segurança regional. Os mesmos autores destacam que o Brasil é ainda a maior capacidade militar da região, seja em números, seja em doutrina de emprego e logística, o que confere ao país uma posição privilegiada. Dados do SIPRI confirmam que o país possui o maior orçamento militar da região, de maneira disparada, como se pode constatar na tabela a seguir.

Tabela 1 – Orçamento de Defesa de países sul-americanos em 2010

| <i>País</i> | <i>Orçamento de Defesa (em milhões de US\$)</i> |
|-------------|---|
| Brasil | 33.538 |
| Colômbia | 10.717 |
| Chile | 6.909 |
| Argentina | 3.344 |
| Venezuela | 3.328 |
| Equador | 2.191 |
| Peru | 2.156 |
| Uruguai | 589 |
| Bolívia | 322 |
| Paraguai | 160 |

Fonte: Stockholm International Peace Research Institute. Military Expenditure Database. Disponível em: <<http://milexdata.sipri.org/files/?file=SIPRI+milex+data+1988-2010.xls>>. Acesso em: 4 out. 2011.

Ressalta-se, entretanto, que há discrepâncias em determinados aspectos. Por mais que a situação seja favorável à construção de identidades e percepções comuns, não pode ser caracterizada como ideal nesse sentido. Isso pois, segundo Miyamoto (2005, on-line), pesa ainda a vasta gama de ameaças surgidas no pós-Guerra Fria, em que diversos temas encontram tratamento diferenciado por parte dos Estados, como o combate ao narcotráfico. Isso contribui sobremaneira como percalço à otimização das instituições comuns.

Com isso, temos uma região em que há um poder militar destacado, o Brasil. O País busca, por meio de mecanismos regionais, a institucionalização de concepções comuns e que abarquem a segurança de modo coletivo, mas sofre com a variedade de noções específicas de ameaças e com políticas internas que não encontram complementaridade com as vizinhas. A América do Sul demonstra ser a região menos propensa a conflitos no mundo, e se destaca o papel do Brasil como um dos principais idealizadores, realizadores e interessados nessa situação de estabilidade.

3. A Estratégia Nacional de Defesa

Nesse cenário estável, restou ao Brasil almejar, com base nas características da política externa do governo Lula, a busca por essa proeminência regional em diversos setores. Nesse sentido, a divulgação da Estratégia Nacional de Defesa, em 18 de dezembro de 2008, constitui-se em um marco histórico no âmbito da Segurança e Defesa nacionais. A iniciativa busca preencher um vácuo constitutivo do Ministério da Defesa, propondo uma política de integração e maior coordenação das Forças Armadas, além de tocar em questões pertinentes à melhoria do equipamento, harmonização de efetivo, dinamização de atuação das Forças e desenvolvimento de uma indústria e tecnologia próprias, condizentes ao aumento de importância do país no cenário internacional.

O planejamento da formação de um mercado regional de defesa encontra eco no próprio histórico da pauta de produção nacional de armamentos. Esta por muito tempo embasou-se no discurso da independência estratégica, e quase sempre foi voltada à exportação (por falta de uso interno), chegando a se beneficiar de uma explosão da indústria nacional na década de 1980 (quando figurou em dado momento entre as dez maiores do mundo, sendo a terceira entre os países em desenvolvimento). Essa indústria naufragou na década de 1990, mas a prática de sua atuação parece ser finalmente resgatada com a END – contudo, em termos de longo prazo, dado o atual estado de obsolescência, e com planejamento de fomento a um mercado de defesa regional (VAZ, 2009: 28-29).

Deve-se ter como amparo a essa argumentação que existiria para o Brasil uma grande importância do poder militar convencional, como trabalhado pela END, dado que isso se relaciona com a defesa do país na arena estratégica. Isso pois, segundo Oliveiros (2003: 51), tendo o Brasil aberto mão de seus interesses nesse setor por causa de concepções idealistas de história e política externa (leia-se, poder nuclear) houve uma progressiva redução dos orçamentos de defesa. Essa falta de um elemento dissuasivo, ao pensarmos nos termos propostos por esse autor, no que pese seu caráter bastante tradicional de análise, leva a crer que se resulta, indiretamente, em maior importância dos vetores convencionais.

Mesmo assim, o documento ressalta a vocação pacífica e diplomática do país, adequando-o ao crescimento almejado a uma posição de destaque no cenário internacional, sem recorrer à dominação ou ao império: “o Brasil ascenderá ao primeiro plano no mundo sem exercer hegemonia ou dominação. O povo brasileiro não deseja exercer mando sobre outros povos. Quer que o Brasil se engrandeça sem imperar.” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2008: 1).

No que se propõe a ser o primeiro grande documento a tratar da discussão ampla da Defesa nacional, tem em sua base de confecção a ação conjunta de diversos níveis além do Ministério da Defesa e do Planejamento, como o Congresso e o Conselho de Defesa Nacional (composto pelo Presidente, Vice-Presidente, Ministros, Comandantes das Forças Armadas, etc.). Tal fato demonstra em parte o caráter legitimador de seu conteúdo. Isso pois, segundo Zaverucha (2005, on-line), o Ministério em questão se trata de uma instância ainda que subordinada aos militares no sentido de possuir atribuições limitadas no que pese sua condição de pasta civil. Logo, sua condição de ambicioso plano de metas, coordenado pelo Ministério, demonstra uma percepção da necessidade do mesmo atuar de maneira mais incisiva na política de defesa nacional.

O texto busca vincular a questão da política de independência nacional com a atuação das Forças Armadas (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2008: 3). Mediante a unificação da coordenação das Forças por meio do Ministério da Defesa e o Estado-Maior de Defesa (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2008: 5), não apenas trabalha com a coordenação e implementação de políticas dissuasórias (sob o trinômio “monitoramento/control, mobilidade e presença”) (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2008: 4), mas também com a verificação e melhora de capacidades das forças em questão. Passa desse modo pelas questões do recrutamento e da adequação dos aparatos, passando necessariamente pelo desenvolvimento de setores industriais de tecnologia sensível (espacial, cibernético e nuclear), bem como pelo reaparelhamento das três forças.

Com essas informações, já é possível estabelecer um nexos com o previamente mencionado Santos (1989: 143): seus conceitos de mobilidade e flexibilidade do poder aéreo encontram grande semelhança com os pressupostos almejados pela END ao implicarem grande capacidade de desenvolvimento material e pujança tecnológica, além de poder de mobilização e emprego otimizados.

No que concerne à questão do reaparelhamento da Força Aérea Brasileira propriamente dito no corpo do texto da END, esta é enfática ao ressaltar fazer-se necessário “substituir os atuais aviões de combate no intervalo entre 2015 e 2025, uma vez esgotada a possibilidade de prolongar-lhes a vida por modernização de seus sistemas de armas, de sua aviãoica e de partes de sua estrutura e fuselagem” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2008: 30). Nesse sentido, por ser um documento posterior à reativação do Projeto em questão, demonstra a importância dada ao tema pelo Governo como um todo, reiterando a necessidade ilustrada previamente. Nas palavras do ministro da Defesa, o Brasil não pode mais ser um mero comprador de material usado, mas um parceiro estratégico no desenvolvimento e aplicação de tecnologia (OLIVEIRA, 2009, on-line). Há também relação com a necessidade proposta na END de garantir a mobilidade estratégica (pronta-resposta), capacidade de monitoramento e emprego conjunto das forças, que dependem em parte de um corpo de aviação modernizado e eficiente.

Um ponto destacado em seus pressupostos é a questão da obsolescência do aparelhamento atual – na verdade, um problema comum às três forças (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2008: 42), mas agravado no caso desta pelo fato de envolver o impacto estratégico sobremaneira elevado da vigilância e controle do espaço aéreo. Segundo o documento, deve-se:

evitar qualquer hiato de desproteção aérea no período de 2015 a 2025, durante o qual terão de ser substituídos a atual frota de aviões de combate, os sistemas de armas e armamentos inteligentes embarcados, inclusive os sistemas inerciais que permitam dirigir o fogo ao alvo com exatidão e “além do alcance visual” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2008: 29).

Essa necessidade adviria de uma obsolescência avançada, admitida inclusive na própria Estratégia Nacional de Defesa como já mencionado. Sob esse aspecto, destaca-se a implementação do Projeto F-X2. De início, percebe-se que há uma preocupação patente da Gerência do Projeto em destacar a questão da transferência de tecnologia e capacitação da indústria local. De fato, como exposto na Estratégia Nacional de Defesa, há o dilema de:

manter a prioridade das capacitações futuras sobre os gastos atuais, sem tolerar desproteção aérea. [O país] Precisa investir nas capacidades que lhe assegurem potencial de fabricação independente de seus meios aéreos de defesa. Não pode, porém, aceitar ficar desfalcado de um escudo aéreo enquanto reúne as condições para ganhar tal independência (MINISTÉRIO DA DEFESA: 30).

Há desse modo a percepção de que o processo não mais se pauta na simples compra ou modernização de aparelhos oriundos do exterior, plano do Projeto F-X original, que caracterizaria uma situação desvantajosa: “aquisições de produtos de defesa no exterior, às vezes, calcadas em oportunidades, com desníveis tecnológicos em relação ao ‘estado da arte’ e com a geração de indesejável dependência externa” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2008:43).

A rejeição desse caráter dependente de tecnologia externa revela um objetivo patente desse processo: a busca pelo desenvolvimento da indústria nacional de defesa, indo além dos aspectos de transferência, como visto por exemplo na proposta da concorrente norte-americana de instalar a linha de produção de sua aeronave na fábrica da Embraer no interior de São Paulo (SIQUEIRA, 2009, on-line). O tema se apresenta na Estratégia Nacional de Defesa nos termos em que a aquisição de equipamentos militares estará condicionada a tal transferência como pressuposto da ascensão do país como produtor desses equipamentos.

No esforço de reorganizar a indústria nacional de material de defesa, buscar-se-á parcerias com outros países, com o objetivo de desenvolver a capacitação tecnológica nacional, de modo a reduzir progressivamente a compra de serviços e de produtos acabados no exterior. A esses interlocutores estrangeiros, o Brasil deixará sempre claro que pretende ser parceiro, não cliente ou comprador. O País está mais interessado em parcerias que fortaleçam suas capacitações independentes do que na compra de produtos e serviços acabados. Tais parcerias devem contemplar, em princípio, que parte substancial da pesquisa e da fabricação seja desenvolvida no Brasil e ganharão relevo maior quando forem expressão de associações estratégicas abrangentes (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2008: 36).

Por mais que o processo esteja se delongando por fatores orçamentários e políticos, é razoável concluir que se encaminha a um resultado que preferencialmente culminaria em transferência profunda de tecnologia, com instalação de li-

nhas de montagem no próprio país e a busca por minimizar a dependência relativa a fornecedores, mas sem o necessário desenvolvimento do próprio modelo de aeronave em um primeiro momento. Tal cenário se aproxima circunstancialmente a uma situação descrita na Estratégia como a compra de:

um caça de quinta geração, em negociação que contemplasse a transferência integral de tecnologia, inclusive as tecnologias de projeto e de fabricação do avião e os “códigos-fonte”. A compra seria feita na escala mínima necessária para facultar a transferência integral dessas tecnologias. Uma empresa brasileira começa a produzir, sob orientação do Estado brasileiro, um sucedâneo àquele avião comprado, autorizado por negociação antecedente com o país e a empresa vendedores (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2008:31).

A END tem em seus eixos a “reorganização da indústria de material de defesa para assegurar o atendimento das necessidades de equipamentos das Forças Armadas” (NEPOMUCENO, 2009, on-line). Entretanto, a urgência em atualizar o aparelhamento se choca com a dificuldade em desenvolver tal aparato sem o auxílio de tecnologia estrangeira. A END especifica que quaisquer compras militares feitas ao exterior devem estar condicionadas à capacitação da indústria nacional, e a Gerência do Projeto preocupa-se patentemente em denotar a importância da transferência de tecnologia na escolha da proposta vencedora, nas diversas notas oficiais liberadas por meio da assessoria de imprensa da FAB, seguindo a linha: “o relatório de análise técnica permanece pautado na valorização dos aspectos comerciais, técnicos, operacionais, logísticos, industriais, compensação comercial (Offset) e transferência de tecnologia.” (BERMUDEZ, 2009, on-line). Portanto, ainda que haja neste primeiro momento a compra de equipamento estrangeiro, até o momento está condicionada à transferência maciça de tecnologia com vistas a um projeto em longo prazo de desenvolvimento da indústria de defesa nacional, tendo em vista os ditames do documento em questão e corroborando seus ideais.

Os excertos citados exemplificam e corroboram a ideia de que o Projeto F-X2 não apenas respeita as delimitações previstas na Estratégia Nacional de Defesa, mas possivelmente tenha contribuído para a edificação da mesma, em que pese seu histórico de reviravoltas e demonstração prática das implicações da dependência tecnológica em matéria de defesa: a busca por simples contratos de aquisição de aeronaves a empresas estrangeiras não trouxe nada além de gastos infrutíferos e obsolescência tecnológica.

Deve-se ressaltar que há críticas contundentes a essa situação, como a feita por Dagnino (2008). Este considera que os efeitos benéficos do processo de reaparelhamento na indústria nacional podem ser bastante limitados. Ao abordar a questão da indústria de Defesa no governo Lula, o faz sob a ótica de uma suposta rede de sua revitalização (composta por lobby das indústrias, estudantes, mídia e afins), que seria a principal entusiasta das vantagens dessa consolidação industrial. Entende com isso que a END apenas reflete esse tipo de pensamento, não constituindo uma política pública legítima, mas tão somente um instrumento reivindicatório de partes interessadas como militares e indústria (DAGNINO, 2010: 216), e o autor busca demonstrar que desse processo de reativação da indústria nacional de Defesa não seria capaz de reproduzir os efeitos alardeados, como a reverberação de desenvolvimento industrial convencional a partir de expertise militar. Nesse sentido, a questão da escolha do F-X2 estaria inserida em um aspecto de legitimação midiática, criando um “espetáculo” que pouco seria representativo das benesses atribuídas ao Programa (DAGNINO: 229).

Contudo deve-se ressaltar que a natureza de seu estudo é o entendimento da indústria de defesa nacional, e, embora a END se relacione em grande prazo com a instalação de bases industriais modernizantes, o próprio autor deixa em aberto a conclusão acerca das consequências de sua implementação, além do fato de que seria benéfica e fortaleceria reivindicações da rede de revitalização (DAGNINO: 221). Sua análise, primordialmente, é afeita ao desenvolvimento da indústria nacional, ao passo em que o tema da END não se limita a isso. Ademais, ao entendermos seu desenvolvimento como representativo da política externa do período, o tema da reprodução industrial se torna secundário e com isso não interfere com o objetivo do trabalho.

Por fim, há ainda uma dimensão específica na aplicação da END, relacionada ao planejamento orçamentário. Isso porque os desenvolvimentos do projeto F-X2 em 2009 foram, segundo Vaz (2009: 106), em um primeiro momento, o efeito prático mais imediatamente perceptível da END (cujos objetivos de longo prazo se coadunam com processos burocráticos morosos e de bastidores, como reorganizações estruturais, que não recebem destaque na mídia e até mesmo nos meios acadêmicos), dada a declaração pela preferência explícita do modelo francês feita pelo governo no dia 7 de setembro de 2009 (na ocasião da assinatura do tratado de cooperação em segurança entre os países). Isso representaria um aspecto de inovação da END, ao trazer para os civis primazia não apenas quanto ao processo de escolha, mas na própria definição e aplicação da política de defesa nacional, que outrora era relegado exclusivamente aos militares (MIYAMOTO, 2010: 161).

Contudo essa declaração, que teria encerrado o processo de escolha, foi retificada em seguida após gerar um mal estar entre o governo, a FAB e os outros participantes da concorrência. Ademais, logo a questão perdeu visibilidade por conta do impasse orçamentário que adiou o planejamento da compra e posteriormente a eleição de Dilma Rousseff, que fez com que a escolha fosse repensada e prorrogou os prazos para a análise das propostas. O atual estado de torpor em que o Projeto se encontra, refém do orçamento vindouro ao mesmo tempo em que o processo de análise foi reiniciado, possibilitando a retomada de negociações e melhora de ofertas, parece se chocar com os objetivos em longo prazo como estabelecidos na END.

Ao mesmo tempo, não deixa de ser mantida como uma questão atual e primordial no cenário da organização da defesa nacional e como fundamental para a aplicação prática da END. Como afirma Calle (2010: 316-317), a questão das compras da FAB, que se estendem além do F-X2, sofreu um grande impacto da crise mundial, que freou as compras e restringiu o orçamento, mas ao mesmo tempo são reconhecidamente pilares da reconstrução da defesa nacional e sua garantia em termos de interesses, recursos e projeção internacional – encara desse modo o Brasil como uma potência regional consolidada. A questão dos gastos estaria associada, inclusive, à necessidade de implementação da END como política de Estado e consequentemente os custos associados a um papel de proeminência militar (SALOMÃO, 2010: 396).

4. Resultados parciais e conclusões

O reaparelhamento da FAB é uma questão antiga, que se arrasta por anos e cujas consequências vão além do âmbito interno de discussão, ao tocarem em delicados temas proeminentes de estratégia. No entanto, acima de quaisquer outras discussões que possam advir de tal processo, a atual conjectura demonstra a intenção do Estado em sublimar as defasagens tecnológicas do país e, portanto, seguindo fielmente os pressupostos defendidos no texto-guia da Defesa brasileira, dar primazia a condições vantajosas de oferta dos modelos e tendo sempre em vista, como objetivo último, a disponibilização de know-how imprescindível ao desenvolvimento de uma indústria de Defesa doméstica e autossuficiente em longo prazo.

Ressalta-se que são meramente resultados parciais os aqui apresentados – visto que o projeto F-X2 em si permanece inconcluso mesmo neste ano de 2011. Não seria possível, no momento, demonstrar com certeza que o processo de reaparelhamento da FAB se dá como consequência direta de atributos da Política Externa

Brasileira ou como algo isolado. Contudo, de certo modo, é possível notar que existe um contraste entre a literatura acerca do tema das relações entre defesa e política externa e o observado no escopo do trabalho. E, tomando como delimitação o âmbito da END e seus pressupostos, é possível verificar que existe uma relação entre essas duas áreas. Isso pois, enquanto tradicionalmente se observa uma tendência ao afastamento (ou mesmo completa falta de articulação) entre esses dois aspectos do Estado, os dados levantados para a consecução desse trabalho revelam que no momento há um princípio de complementaridade, quando não de cooperação ou mesmo ação premeditadamente conjunta.

O escopo de análise foi limitado ao caso do poder aéreo (deixando de abordar, por exemplo, outro aspecto bastante pertinente na questão de projeção de poder, e ao qual também foi dada grande atenção tanto na END quanto na PEB, que foi o setor naval), mas mostrou ser possível correlacionar, de modo bastante prático, desenvolvimentos na seara da segurança e defesa com preceitos e objetivos estabelecidos primordialmente pela política externa. Não se trataria de uma subordinação de uma à outra, mas uma ação conjunta que calha de beneficiar os setores militares com uma necessária renovação de aparelhamento e os setores da política externa ao fortalecer a posição brasileira no cenário regional.

Os dados apresentados não divergem dos resultados esperados, ao ver-se que tal reaparelhamento tem em suas bases a necessidade imposta pela obsolescência do corpo de caça da FAB, mas se faz de maneira a solidificar a posição brasileira nesse cenário específico quanto à estruturação de seu poder aéreo. Eventualmente, evitaria a precipitação de temores (e seus consequentes e indesejados processos de securitização do tema) resultantes da eminente vocação ofensiva do poder aéreo, em particular, dada a natureza pacífica e conciliadora da Política Externa Brasileira. Com isso, condiz com a busca por uma posição de liderança regional, fundamentada na constituição de um mercado de defesa regional, e corroborando as premissas da Política Externa do período em questão, voltado à busca do Brasil por uma posição de protagonismo regional e, em menor escala, mundial.

Referências

- ALENCASTRO, C.; JUNGBLUT, C. Novo plano de defesa nacional será apresentado a ministros e a conselho consultivo. Brasília: O Globo, 09 set. 2008.
- ALMEIDA J. R. de, ROCHA, A. J. R. SILVA, R. D. P. (org.). O Brasil no cenário internacional de defesa e segurança: Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004. 212p.

- ALMEIDA, P. R. de. *Uma Política Externa engajada: a diplomacia do governo Lula*. [on-line: Brasília], 19 mai. 2004. Disponível em: <<http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1260PExtLula.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2011.
- ALSINA JR., J. P. S. *Política externa e política de defesa no Brasil: síntese imperfeita*. Brasília: Câmara dos Deputados, coordenação de publicações, 2006.
- ALVES, V. C.; HEYES, T. Tamanho é documento? - O Brasil e o Equilíbrio de Poder na América do Sul. *Análise de Conjuntura OPSA*, n. 08, ago. 2008. Disponível em: <http://www.opsa.com.br/pdfs/49_analises_AC_n_08_ago_2008.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2011.
- ARON, R. *Paz e Guerra entre as nações*. Brasília: Editora UNB, IPRI; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: 2002.
- BERMUDEZ, A.C.M. *Nota à imprensa - F-X2: melhorias das ofertas*. CECOMSAER. Brasília:[on-line], 02 out. 2009. Disponível em: <<http://www.fab.mil.br/portal/capa/index.php?mostra=3898>>. Acesso em: 10 jun. 2011.
- BUZAN, B.; de WILDE, J., WÆVER, O. *Security – A New Framework for Analysis*. Londres: Lynne Rienner, 1998.
- CALLE, F. El espacio sudamericano como “zona de paz” a preservar frente a factores de turbulência intra y extra-regionales. In: ALSINA, J. P.; ETCHEGOYEN, S. W.; JOBIM, N. A. (orgs.) *Segurança Internacional: perspectivas brasileiras*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- CARMO, M. *Jobim propõe Conselho Sul-Americano de Defesa*. São Paulo:[on-line]. 23 fev. 2008. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI2545095-EI306,00.html>>. Acesso em: 05 out. 2011.
- Cúpula Extraordinária da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) – Costa do Sauípe, Bahia, 16 de dezembro de 2008 – Declaração e Decisões. Disponível em: <<http://www.resdal.org/csd/declaracion-unasur-creacion-consejo-de-defensa-sudamericano-diciembre-2008.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2011.
- DAGNINO, R. *A indústria de Defesa no governo Lula*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- DUARTE, L. Brasil e EUA assinam acordo na área de defesa. RFI [On-line], 09 abr. 2010. Disponível em: <<http://www.portugues.rfi.fr/brasil/20100409-brasil-e-eua-assinam-acordo-na-area-de-defesa>>. Acesso em: 20 mar. 2011.
- DÜRING, N. F. A escolha de um avião de alta performance: Implicações Geopolíticas, Tecnológicas e Militares. Escola Superior de Geopolítica e Estratégia: Reunião Mensal de Atualização e Debate. 26 fev. 2004. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/esge/fev2004.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2011.

- FELLET, J. Negociação sobre caças franceses pode ser retomada em 2012, diz Patriota. BBC Brasil [On-line], 21 set. 2011. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/09/110921_patriota_cacas_jf.shtml>. Acesso em: 07 out. 2011.
- FERREIRA, O. S. *A crise na política externa: autonomia ou subordinação?* Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- _____. Ideias para uma concepção estratégica: a defesa nacional e o projeto nacional. IN: FERNANDES, L.; REBELO, A. (org.) *Política de Defesa para o século XXI*. Brasília: Câmara dos Deputados, coordenação de publicações, 2003.
- FLEMES, D. Notas teóricas sobre a formação de uma comunidade de segurança entre a Argentina, o Brasil e o Chile. *Revista de Sociologia. Política*. [online]. 2005, n. 24, pp. 217-231. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782005000100014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 29 set. 2011.
- GODOY, R. *FAB dá início a processo para definir empresa que venderá caças ao país*. O Estado de São Paulo, 02 jul. 2008. Nacional, A11.
- JUNGMANN, M. Amorim diz que compra de caças é fundamental e urgente. Agência Brasil [On-line], 29 set. 2011. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/fx2/noticia/2970/Amorim-diz-que-compra-de-cacase-fundamental-e-urgente>>. Acesso em: 05 out. 2011.
- MACHADO, A. A. da S.; VAZ, A. C. Seguridad y defensa en Brasil en 2009: avances en la consolidación de um desígnio estratégico. In: GUARNIZO, C. N.; MATHIEU, H. *Anuario 2010 de la seguridad regional en América Latina y el Caribe*. Bogotá: Friedrich Ebert Stiftung, 2010.
- MEILINGER, P. S. Dez Proposições Referentes ao Poder Aéreo. *Airpower Journal*, edição brasileira. 2º Trimestre de 1996. Disponível em: <<http://www.airpower.au.af.mil/apjinternational/apj-p/1996/1tri96/meiling.html>>. Acesso em: 10 jun. 2011.
- MINISTÉRIO DA DEFESA. Estratégia Nacional de Defesa. Brasília, 17 dez. 2008.
- MIYAMOTO, S. *O Brasil, a América Latina e a Segurança Regional*. XXV Congresso Da Associação Latinoamericana De Sociologia/Alas. Porto Alegre: 22-25 ago. 2005. Disponível em: <http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/Textos_Elet/Alas/Shiguenoli%20Miyamoto.pdf>. Acesso em: 22 set. 2011.
- _____. La política de defensa de Brasil. IN: DONADIO, M.; TIBILETTI, M. de la P. *Atlas comparativo de la defensa en América Latina y Caribe*. Buenos Aires: RESDAL, 2010.

- MOREIRA, A. O Brasil e a segurança regional. [s.l.: on-line]. 15 set. 2009. Disponível em: <http://dn.sapo.pt/inicio/opiniao/interior.aspx?content_id=1362309&seccao=Adriano%20Moreira&tag=Opini%E3o%20-%20Em%20Foco>. Acesso em 02 out. 2011.
- MOTTA, J. E. M. *Emprego Estratégico do Poder Aéreo*. Rio de Janeiro: INCAER, 2001.
- NEPOMUCENO C. Na abertura da LAAD 2009, Jobim afirma que objetivo do Brasil é buscar parcerias na área de defesa e fortalecer integração com América do Sul. Rio de Janeiro [on-line], 14 abr. 2009. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/index.php/noticias-antiores-do-md/32287-14-4-2009-%E2%80%93-defesa-%E2%80%93-na-a-abertura-da-laad-2009-jobim-afirma-que-objetivo-do-brasil-e-buscar-parcerias-na-area-de-defesa-.html>>. Acesso em 05 out. 2011.
- OLIVEIRA, A. J.; ONUKI, J. Brasil, Mercosul e a segurança regional. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, ano 43, n 2, p. 108-129, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-7329200000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 jun. 2011.
- OLIVEIRA, J. N. de. Jobim: Brasil não comprará mais material bélico usado. Agência Estado, Online, 07 out. 2009. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,jobim-brasil-nao-comprara-mais-material-belico-usado,447470,0.htm>>. Acesso em 01 out. 2011.
- QUINTÃO, G. M. da C. A política de defesa para o século XXI e a missão constitucional das Forças Armadas. In: FERNANDES, L.; REBELO, A. (org.) *Política de Defesa para o século XXI*. Brasília: Câmara dos Deputados, coordenação de publicações, 2003.
- RABELO, L. Conselho Sul-Americano de Defesa. [s.l., on-line]. Resenha Segurança: Conjuntura Internacional: 05 mai. 2008. Disponível em: <http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20080514103654.pdf?PHPSESSID=f514db0840c85b9d0e5b43b935de35c4>. Acesso em: 23 set. 2011.
- RITTNER, D. Três empresas disputam venda de jatos ao Brasil. Brasília: Valor, 03 fev. 2009.
- SAINT-PIERRE, H. L. As “nossas” ameaças às democracias latino-americanas: uma abordagem teórico-conceitual. In: OLIVEIRA, E. R. de (org.) **Segurança e defesa nacional: da competição à cooperação regional**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2007.

- SALOMÃO, L. A. Vulnerabilidades do atual desenvolvimento brasileiro: esboço de diagnóstico e de indicação de políticas de superação. In: ALSINA, J. P.; ETCHEGOYEN, S. W.; JOBIM, N. A. (orgs.) *Segurança Internacional: perspectivas brasileiras*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- SANTOS, M. *Evolução do Poder Aéreo*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.
- SIQUEIRA, C. D. Boeing propõe à FAB produzir caça supersônico em São Paulo. Folha de São Paulo: 20 fev. 2009. Disponível em: <<http://defesabr.com/blog/index.php/21/02/2009/embraer-podera-montar-o-super-hornet/>>. Acesso em 22 set. 2011.
- SIQUEIRA, M. B. *Evolução do Poder Aéreo do Campo de Bagatelle à Faixa de Gaza: cem anos da história de pessoas, ideias e máquinas que transformaram o século do voo*. Pará de Minas, MG: Virtualbooks, 2009.
- TANNO, Grace. A contribuição da Escola de Copenhague aos estudos de Segurança Internacional. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, vol. 25, n. 1, p. 47-80, jan.-jun. 2003. Disponível em: <http://publique.rdc.puc-rio.br/contexto-internacional/media/Tanno_vol25n1.pdf>. Acesso em 10 abr. 2011.
- VAZ, A. C. Brazil. IN: VALLADÃO, A. G. A. (org.) *Brazil and Mexico – issues of international security (1960-2009): a comparative analysis*. Chaire Mercosur de Sciences Po. (sin. loc.), 2009.
- VEIGA, J. P. C. Análise: o legado de Lula – “democratização” e protagonismo na política externa. [on-line: UOL Notícias], 03 jan. 2011, disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/2011/01/03/analise-o-legado-de-lula—democratizacao-e-protagonismo-na-politica-externa.jhtm>>. Acesso em 30 set. 2011.
- WARNER, E. Douhet, Mitchell, Seversky: Teorias de la Guerra Aérea. In: Leituras Complementares de Estratégia (Publicação Didática). Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 1998, Disponível em: <<http://www.egn.mar.mil.br/arquivos/leiturasComplementaresEstrategia.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2011.
- ZAVERUCHA, J. A fragilidade do Ministério da Defesa Brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*. Online, nov. 2005, n. 25. p. 107-121. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n25/31114.pdf>>. Acesso em 25 set. 2011.

Resumo

O artigo tem como objetivo mostrar que houve relação entre o processo de compra de aeronaves de combate para a FAB (Projeto F-X2) e a atividade da Política Externa Brasileira no governo Lula, tendo como pano de fundo a promulgação da Estratégia Nacional de Defesa. Isso seria feito a partir da hipótese de que o reaparelha-

mento é afetado por questões de direção política do governo sobre as Forças Armadas. Vê-se haver a necessidade imposta pela obsolescência do corpo de caça da FAB, mas o processo de compra se faz de maneira a evitar a precipitação de temores resultantes da eminente vocação ofensiva do poder aéreo. Desse modo, condiz com a busca por uma posição de liderança regional e corrobora as premissas da Política Externa do período em questão, voltado à busca do Brasil por uma posição de protagonismo regional e, em menor escala, mundial.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira; Segurança; Defesa

Abstract

The article's aim is to show that there was a connection between the purchase process of combat aircraft for the Brazilian Air Force – FAB (the F-X2 Project), and the Brazilian Foreign Policy activity under Lula, with the enactment of the National Defense Strategy as a background. It was done on the assumption that the refit is affected by government policy issues toward the Armed Forces. The refit is seen as a demand imposed by the obsolescence of current FAB fighters, but the buying process is conducted in order to avoid fear precipitations resulting from the eminent offensive role given to airpower. Thus, it is consistent with the search for a position of regional leadership and supports the premises of the Foreign Policy of the period, in which Brazil seeks a position of regional and, to a lesser extent, worldwide leadership.

Keywords: Brazilian Foreign Policy; Security; Defense

Resumen

El artículo pretende mostrar que existe una relación entre el proceso de compra de aviones de combate de la Fuerza Aerea Brasileña – FAB (Proyecto F-X2) y los desarrollos de la Política Exterior Brasileña de Lula, con la promulgación de la Estrategia de Defensa Nacional como fondo. Esto se haría en el supuesto de que la remodelación se ve afectada por cuestiones de dirección política del gobierno hacia las Fuerzas Armadas. Hay una necesidad impuesta por la obsolescencia del cuerpo de aviación de combate de la FAB, pero el proceso de compra se realiza con el fin de evitar la precipitación de los temores derivados de la eminente vocación ofensiva del poderío aéreo. Por lo tanto, en consonancia con la búsqueda

da de una posición de liderazgo regional y de acuerdo con las instalaciones de la Política Exterior de la época, em que Brasil busca una posición de protagonismo regional y, en menor medida, mundial.

Palabras clave: Política Exterior Brasileña; Seguridad; Defensa

INFORMAÇÃO

Kelly Gouveia Andrade
Graduada em História - UPIS.

Rubens de Oliveira Martins
Doutor em Sociologia pela UnB. Professor das Faculdades Integradas da UPIS-DF. Gestor Governamental no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

***Há um homem
na multidão:
individualismo
no século XIX
em Edgar
Allan Poe***

*From childhood's hour I have not been
As others were – I have not seen
As others saws – I could not bring
My passions from a common spring-
From the same source I have not taken
My sorrow – I could not awaken
My heart to joy at the same tone –
And all I loved, I loved alone.
Edgar Allan Poe*

Introdução: as trilhas da tensão entre indivíduo e sociedade

O século XIX desponta como o período de afirmação de uma nova sociedade, a sociedade capitalista industrial. Foi a partir dela que ocorreu a renovação dos valores e concepções de sociedade e indivíduo. Nesse momento, tornaram-se evidentes as rupturas com o Antigo Regime e a ascensão da sociedade burguesa.

As transformações ocorridas no século anterior – séc. XVIII – a Revolução Industrial e a Revolução Francesa contribuíram para a formação dessa nova sociedade, no aspecto econômico e social. A primeira se caracterizou pelo surgimento das grandes cidades. E a segunda, pela renovação de ideias e comportamentos, possibilitou a separação da vida pública e da vida privada, ressaltando a importância do indivíduo.¹ Dessa forma, é à soleira do privado que a história dos homens no século XIX se circunscreve, no momento em que o espaço privado deixa de ser proibido e malvisto, para se tornar uma experiência legitimada desse tempo.

Como catalisador para essa nova forma de encarar o caleidoscópio da vida e das relações sociais, eis que surgem as *grandes cidades*. Cenário essencial na análise de qualquer comportamento ambientado no século XIX, já que a sua amplitude de influência e transformação foi imensa.

Nas cidades industriais, os homens experimentaram o auge do antagonismo da vida pública *versus* vida privada², sendo o público considerado amoral e perigoso,

e o privado como a própria expressão do *eu*, que acaba por se tornar um fardo. Conhecer a si mesmo tornou-se uma finalidade e o meio pelo qual se conhece o mundo, gerando antagonismos, privações e conflitos internos. E a família se torna o alicerce primordial dessa sociedade individualista, é nela que o *eu* pôde se deixar expressar sem repressões dos olhares do público.

Nesse aspecto da história do século XIX, o ditado inglês: “*Can't see the wood for the trees*”³, tem validade considerável no contexto analisado, uma vez que os indivíduos citadinos desse século estão mais preocupados com a história de suas próprias vidas e com suas emoções particulares. Esse comportamento individualista se enquadra mais como uma armadilha do *eu* do que verdadeiramente uma libertação. E acaba por resultar na incapacidade de uma visão global de quem se prende à multiplicidade dos detalhes. Ou seja, a história do século XIX se caracteriza pelas individualidades efervescentes, mas não significa que as interações sociais deixaram de existir. A interação entre indivíduo e sociedade não pode ser dissociada nem vista como elementos opostos entre si. Porque, na verdade, há uma dialética constante, e sem ela provavelmente não haveria história a ser estudada. Isto é, há uma relação de dependência entre indivíduo e sociedade, que se tornou mais complexa no século XIX. Portanto, concordando com o referido ditado inglês, não é interessante para análise se prender às árvores e deixar de enxergar a floresta, e vice-versa.

Diante dessas considerações, este artigo propõe-se analisar o contexto do surgimento das grandes cidades do século XIX, juntamente com o advento da afirmação do *eu*, e suas contradições que têm por fonte as interações diretas entre a vida pública e a vida privada, que levou ao *theatrum mundi*⁴, afirmando a consolidação da *persona*⁵.

A fim de ilustrar esse comportamento individualista da sociedade citadina do século XIX, será analisada a importância da obra do escritor americano Edgar Allan Poe neste contexto, procurando compreender quais aspectos da vida social e individual podem ser revelados a partir da literatura. Na produção de Poe, pode-se perceber a irrefutável inclinação para a interpretação e interação psíquica do *eu*, na qual ele prenuncia vários conceitos e sintomas da mente humana em mutação, em razão do contexto que esse século proporciona, e que posteriormente se tornariam instrumento da Psicanálise. Na sua obra, é possível observar a constante preocupação filosófica e artística com a mente do indivíduo frente às exigências e transformações culturais, políticas e sociais nas cidades do século XIX. Finalmente, entre as diferentes possibilidades que a obra de Poe apresenta para ilustrar essa tensão entre indivíduo e sociedade, optou-se por interpretar historicamente o conto *O homem das multidões*.

Diálogos entre História e Literatura

Ao articular a produção literária de Poe e a questão tão pertinente como a *invenção*⁶ do individualismo no século XIX, procura-se adensar as pesquisas históricas que tem por mote a literatura como objeto histórico. E, citando Pesavento:

A Literatura permite o acesso à sintonia fina ou ao clima de uma época, ao modo pelo qual as pessoas pensavam o mundo, a si próprias, quais os valores que guiavam seus passos, quais os preconceitos, medos e sonhos. Ela dá a ver sensibilidades, perfis, valores. Ela representa o real, ela é fonte privilegiada para leitura do imaginário. Por que se fala disto e não daquilo em texto? O que é recorrente em uma época, o que escandalizava, o que emocionava, o que é aceito socialmente e o que é condenado ou proibido?⁷

O objeto deste estudo delinea-se no âmbito da História Cultural. E para análise faz-se necessário a adoção de um conceito determinado de cultura, e optou-se por utilizar a de C. Geertz:

[...] o conceito de cultura ao qual adiro [...] denota um padrão, transmitido historicamente, de significados corporizados em símbolos, um sistema de concepções herdadas, expressas em formas simbólicas, por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem o seu conhecimento e as atitudes perante a vida.⁸

Portanto a proposta da História Cultural como lembra oportunamente Pesavento é “decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressaram a si próprios e ao mundo.”⁹

A narrativa, a linguagem, são meios de expressão cultural passíveis de análise, pois são recursos fundamentais para mediação e relação do homem com o mundo. Como ressalta Durval Muniz, “não existe evento humano e humanizado que não passe pelo conceito, pelo significado, pela significação”.¹⁰ E o indivíduo em Edgar Poe não pode ser diferente, pois como chama atenção Derrida, em seu texto *Mal de arquivo*¹¹, nada do que ficou arquivado do passado o foi inocentemente. Sendo o individualismo um tema presente no contexto histórico de Poe, e sua Literatura, obviamente, um objeto histórico possível. Entretanto, essas “visões do mundo não podem ser sujeitas a ‘prova’”, como ressalta Darton¹²; pois são

representações sensíveis de um tempo passado, falam a respeito do tempo de execução da obra e não do tempo narrado, retratando em “metáforas” a forma de sonhar, agir e pensar de uma época.

O tema individualismo na obra de Poe surge como testemunho de uma vivência traduzida esteticamente em literatura, demonstrando que essa forma de narrativa simbólica explicita fatos que outro documento histórico não seria capaz, a respeito dos dramas do cotidiano da existência. É por meio da literatura, em percurso de registro de sensibilidades e imaginário, que inclui a trajetória individual do autor no início do século XIX, cuja narrativa atinge esse núcleo central de percepção e investimento no mundo, expresso em práticas e representações¹³.

É por meio da construção imagética, simbólica, imaginária do mundo que o ser humano se constrói, pois é própria dele essa habilidade de recriar o real, delegando sentido a vida, portanto o imaginário é a energia criadora da realidade. Ressalta-se a dinamicidade das representações imaginárias produzidas num contexto histórico, produzindo-se a noção de realidade transcendente e necessidade de evasão. O imaginário é, portanto, indissociável do real, pois

O real é sempre o referente da construção imaginária do mundo, mas não é o seu reflexo e cópia. O imaginário é composto de um fio terra, que remete às coisas, prosaicas ou não, do cotidiano da vida dos homens, mas comporta também utopias e elaborações mentais que figuram ou pensam sobre as coisas que, concretamente, não existem. Há um lado do imaginário que se reporta à vida, mas outro que se remete ao sonho, e ambos os lados são construtores do que chamamos de real.¹⁴

Ena literatura a construção imaginária do mundo é capaz de substituir o real concreto, transmutando-se, e se tornando talvez mais real, pois é por ele e nele que as pessoas conduzem a sua existência.

O cenário e o palco: o século XIX e as grandes cidades

O século XIX desponta como um dos séculos mais complexos e densos que existem. Ressaltando-se que um século histórico não necessariamente corresponde às datas cronológicas, posto que se trata da história da mente e transformação das concepções humanas. Os historiadores o delimitam como tendo o seu início ao fim das guerras napoleônicas e seu fim ao início da Primeira Guerra Mundial.

O historiador René Rémond denomina o século XIX como o *século das revo-*

*luções*¹⁵, visto que, nesse período ocorrem várias revoluções, as quais possuem pontos em comum, quase todas foram motivadas contra a ordem estabelecida. A primeira diz respeito ao regime político, constituindo-se de movimentos liberais que se manifestam em defesa da liberdade, lutam contra a sobrevivência e/ou retornos ofensivos do Antigo Regime. A segunda é de ordem social, em que os movimentos insurgem contra a grande disparidade social, ocasionada com o advento das cidades. Nesse momento, as escolas socialistas alcançam justificação. E a terceira se trata do domínio estrangeiro, seja nos processos nacionais de unificação da Itália e da Alemanha, seja na insurreição de colônias subordinadas frente ao Imperialismo.

René Rémond ainda pontua, oportunamente, a distinção que deve ser feita para entender essas revoluções do século XIX. Distingue as revoluções liberais das revoluções democráticas: as primeiras têm como apanágio o liberalismo que é o governo das elites; as últimas se caracterizam pelo impulso democrático, defendendo o sufrágio universal, portanto a igualdade social em todos os âmbitos. Essa distinção deixa explícita a relação de disputa de poder que existiu no século XIX: a burguesia lutou contra as forças do Antigo Regime e afirmou o capitalismo como regime burguês. E as classes urbanas – exploradas no processo de industrialização e afirmação do capitalismo; constituíram o espólio do regime burguês – procuram se afirmar como classe atuante e merecedora de igualdade e participação nesse processo, ou ainda, a opção ideológica socialista como fuga dessa realidade capitalista burguesa.

Enfim quase todas foram direcionadas para a liberdade, à democracia política e/ou social, à independência e às unidades nacionais. Portanto, o século XIX, propicia o surgimento de problemas novos, e que suscitam movimentos igualmente inéditos. Ora, “o conflito entre essas forças de renovação e os poderes estabelecidos que compõe a história do século XIX, que explicam a violência e a frequência dos choques.”¹⁶

O século XIX foi marcado pelo grande progresso na ciência, pelo impulso da industrialização e pela contínua secularização da vida e do pensamento. As principais correntes intelectuais desse período refletiram essas tendências.

O Romantismo, primeiramente, defendia a libertação das emoções humanas e livre expressão da personalidade, desafiava a ênfase iluminista no racionalismo. Embora fosse, a princípio, um movimento literário e artístico, o Romantismo também se propagou para filosofia e o pensamento político, em especial o conservadorismo¹⁷.

Já o Realismo, o Positivismo, o Darwinismo e o Liberalismo, com os seus enfoques no mundo empírico, foram reações contra as interpretações românticas, religiosas e metafísicas da natureza e da sociedade. Os adeptos a esses movimentos apoiavam-se na observação cuidadosa e empenhavam-se na precisão científi-

ca. Essa ênfase na realidade objetiva contribuiu para estimular uma crítica crescente dos males sociais – pois, apesar do progresso material sem precedentes a realidade, muitas vezes, era sórdida, sombria e desumanizante.

Nesse contexto, é imprescindível citar que foi no decorrer do século XIX que a História emergiu como disciplina acadêmica. E alguns pressupostos foram formulados por essa ciência, como o apego aos rigores da análise de fontes escritas, o paradigma da verdade e a separação entre fato e ficção. Visavam à objetividade absoluta no domínio da história. Historiadores como Hegel, Michelet, Ranke, Tocqueville e outros concebiam a História como ciência que não possuía ligação nenhuma com as artes, sendo concebida de forma objetiva com o intuito de conseguir a verdade absoluta. Mas esse “feito” é impossível na História, uma vez que, a partir do momento que o historiador escolhe certa fonte para ser analisada, ele já irá produzir uma das várias verdades possíveis do fato, ou seja, realçando a representação que o historiador fará do objeto analisado. E ainda, o *estilo*¹⁸ da narrativa do historiador, trata-se de uma arte, de literatura especificamente. Portanto a distinção entre fato e ficção não podem mais fazer parte das preocupações atuais do historiador. Ansiava-se, aqui, por alongar mais essa discussão historiográfica, mas o espaço é curto e exige-se objetividade. Não obstante, reconhecendo as críticas à historiografia do século XIX, não é possível desconsiderar sua importância na construção da História como ciência, inclusive por que foi a Escola Metódica que deu bases para o surgimento da Nova História.

Passando ao foco desta análise, verifica-se que as grandes cidades foram o palco de boa parte do *theatrum mundi* do século XIX. Mas é preciso ressaltar que as cidades não surgem no século XIX, pois já existiam e podem ser consideradas tão antigas quanto à sociedade humana organizada. Portanto as cidades que serão analisadas neste artigo foram construídas historicamente, embora cada uma com sua peculiaridade, como todas as outras grandes cidades. Usa-se generalizações a fim de se conseguir uma análise mais sucinta e breve. E como modelo de grandes cidades a análise será feita com foco nas cidades de Londres e Paris, que amalharam vários fatores que levaram ao surgimento dos conceitos que serão analisados: o *individualismo* e a *produção literária de Poe*. Enfim, analisa-se a grande cidade capitalista que se mostra como fator completamente novo e complexo na história humana e das cidades.

Inevitavelmente possuímos o hábito de fazer a correlação semântica da palavra cidade com a palavra civilidade/civilização, o que se presume o modo de vida urbano. Com isso, as cidades representam o lugar privilegiado da civilização humana. Mas é um silogismo fácil de revertê-lo, a considerar que o meio rural

exerceu papel primordial para a formação da civilidade/civilização humana a que hoje conhecemos. A cidade mudou de natureza: diversificou-se, mudando também as suas funções. A extensão e demografia aumentaram de número tão rápido e de forma tão significativa que os governantes perceberam-se obrigados a solucionar os novos problemas de grande aglomeração humana, como infraestrutura, ordem pública, abastecimento, saúde pública e outros.

Nesse contexto, vários fatores contribuíram para o crescimento das cidades: o grande afluxo dos camponeses expulsos do campo pelos proprietários de terra, e pelos banqueiros que confiscavam as terras dos devedores de empréstimos que ocasionou considerável êxodo rural. E, para esse êxodo, contribuíram, também, a revolução dos transportes, pois sem as estradas de ferro as cidades teriam sido incapazes de abastecer-se de mão de obra. Juntamente com a revolução técnica, relacionada à invenção da máquina, surgem novas fontes de energia, que geraram novas concentrações de mão de obra em torno dos novos centros de produção. Havia “correlação entre cidade e indústria, enfatizada pela concordância entre as taxas de industrialização regional e as taxas de crescimento urbano”.¹⁹

Entretanto as funções da cidade moderna não se reduzem à função industrial, pois o desenvolvimento do intercâmbio de mercadorias, as modernas formas de distribuição, o advento de lojas de departamento, a vulgarização do ensino, o progresso na telecomunicação, a revolução dos transportes criam novos empregos até então inéditos. A conjunção desses fatores influiu o setor terciário e levou a atividades informais. Para as pessoas saídas do campo, a cidade representava uma esperança de crescimento, que as possibilitariam se desvencilhar das amarras hierárquicas do campo, da irregularidade e incerteza da colheita... da monotonia. Tratava-se do ingresso numa economia regulamentada pelo dinheiro, a cidade representava ao mesmo tempo a dinâmica social, a liberdade e a solidão.

As cidades históricas europeias cederam seus espaços para o surgimento das cidades industriais, e logo foram comprimidas dentro dos limites fortificados, herança constrangedora do Antigo Regime, mas logo trataram de transpô-los ou alargá-los. Na América, não se passou por esse tipo de problema, pois as cidades novas surgiam em espaços limpos e podiam se instalar onde mais havia vantagens para o surgimento delas. As aglomerações americanas se davam de forma areolada e em círculos concêntricos em volta de cursos d'água. E as cidades que possuíam pouco território restavam-nas crescer para o alto ou para os subterrâneos.

Com o advento das grandes cidades industriais, os terrenos se tornaram escassos e em razão disso começou a especulação, em que o lucro era a única lei. E alheias a qualquer regulamentação governamental, as cidades crescem de modo

anárquico. Obviamente os terrenos mais valorizados eram os do centro das cidades, pois geralmente havia uma especialização dos bairros e da diferenciação social.

À medida que as cidades cresceram, as distâncias aumentaram e as relações se distenderam, os homens já não conseguiam mais cobrir a pé toda a extensão da cidade. Foi necessária a revolução dos transportes – da tração animal até os automóveis- transportando os homens, encurtando as distâncias, por intermédio dos meios de comunicação e transportes permitiram que as cidades conquistassem todo espaço ao redor, dilatando-se além dos reais limites.

Em muitas cidades menores dos Estados Unidos, as ruas eram símbolo do progresso, a tal ponto que elas chegavam a serem instaladas mesmo sem perspectiva potencial funcional. As ruas eram símbolo do possível tráfego, da oportunidade comercial e da especulação imobiliária de sucesso. Assim, as cidades surgem não como instituição pública, mas como uma aventura comercial privada.

Outra característica dessas cidades que “surgem” de ruas está ligada ao início do século XIX: elas se tornaram *shopping Center*, onde mesmo as classes mais bastadas preferiam morar nessas avenidas como a Quinta Avenida de Nova York ou a Broad Street da Filadélfia para usufruir do comércio. Mas, posteriormente, com a aglomeração humana desses lugares, a burguesia logo se muda para condomínios, mais afastados das cidades que simulam casas no campo, com arborização farta, etc.

Nessas ruas surgiram as lojas de departamentos que se mostram como uma solução para os produtos fabricados em massa pelas indústrias. Essas lojas ofereciam o maior número possível de mercadorias sob o mesmo estabelecimento, diversificando as tentações ao comprador. Tornaram-se, na verdade, um mercado de muitos andares e serviam de imensa feira mundial de arte e indústria, na qual todas as amostras se achavam à venda. As lojas, antes do advento das indústrias e das grandes cidades, eram bastante familiares, já que eram as famílias que vendiam os seus próprios produtos, e a intimidade com o comprador era considerável. Podia-se regatear, usar o crédito verbal ou do “caderninho” e falar horas sobre os acontecimentos do bairro, possibilitando uma interação social de amplitude relevante. Mas, com o advento das lojas de departamento, a intermediação entre vendedor e comprador passa a ser feita por terceiros, em razão da extensão dessas lojas e a quantidade de pessoas a serem atendidas. Nesse momento, o vendedor perde parte de sua função de “convencer” o comprador, pois esse já está decidido sobre o que deseja comprar ao entrar na loja, e apenas solicita que o vendedor busque o produto indicado. As vitrines se ocupam do ofício de persuadir o comprador, e passaram

a ditar moda, de forma que pessoas do século XIX passaram a se vestir de forma padronizada, possuíam os mesmos objetos em razão da produção em massa. Isso, posteriormente, transformou a aquisição de um produto como representação de uma classe social.

O tráfego nas cidades passa a ser intenso em razão do comércio, em que as multidões que se deslocam em sincronia, como o ritmo das ondas do mar, resignadas ao mesmo fluxo incessante, apenas se desviando dos obstáculos à circulação. A multidão se envolve em uma dança, para a locomoção rápida e eficaz. Embora a circulação da multidão passe a ser extremamente ameaçada pelos meios de transportes, o cidadão desenvolve habilidade essencial para não se deixar atropelar pela multidão ou pelos transportes, um reflexo primordial para sua sobrevivência nas cidades.

Nesse momento, o governo se depara com novos problemas, pois a população aumenta de forma considerável, forçando aumento de espaço das cidades. Os desafios para a organização das cidades se tornam maiores, para assegurar os direitos e deveres dos cidadãos e a ordem nesses lugares. Questões como o abastecimento de água e infraestrutura, foram solucionadas para a maioria rica, com canalizações, pavimentação e saneamento básico. O problema da água constituía um desafio à salubridade: a demanda aumentou vertiginosamente com as necessidades industriais e domésticas e a qualidade da água se comprometeu pela poluição das cidades – pois parte considerável do lixo produzido era despejada nos rios, juntamente com os dejetos das fábricas. O abastecimento dos gêneros alimentícios também tomou proporções desmesuradas, tornando-se necessário procurar cada vez mais longe quantidades crescentes exponencialmente.

O governo não conseguiu resolver esses problemas de forma eficaz, e o capitalismo, como empreendimento particular, deixou as facilidades de adaptação nas cidades aos mais ricos. Enquanto isso, a grande maioria pobre passa a viver o flagelo desse processo, de modo que, com a enorme pobreza das grandes cidades, famílias²⁰ inteiras foram colocadas para viver de forma desumana, de grande insalubridade, vulneráveis e corrompidas socialmente. O que justifica muitas das análises desse século se direcionarem a classe laboriosa das grandes cidades. Como o clássico, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* de Friedrich Engels, na qual a descrição de uma visão apurada de um estrangeiro defensor da causa operária chega a ser assustadora e repugnante, seria o *flâneur*²¹ socialista a caminhar sobre as cidades industriais da Inglaterra?

Nas grandes cidades industriais europeias, milhares de pessoas viveram de forma completamente desumana, sem dinheiro para comer, vestir-se ou morar des-

centemente. A mão de obra que as indústrias não absorviam ficava a mercê da crueldade urbana nas periferias, lutando arduamente pela sobrevivência. Vários albergues foram criados, casas sem estrutura nenhuma eram alugadas, até mesmo porões que eram inundados a beira de rios poluídos foram habitados. Esses lugares onde várias pessoas dormiam no mesmo quarto sem distinção de parentesco, idade ou sexo, umas amontoadas em cima das outras, colocando os princípios morais da época à prova.²² Um dos motivos que talvez tenha levado Mumford a afirmar que “cada homem agia por si; e o Diabo, se não levava a pior, pelo menos reservava para si o privilégio de construir as cidades.”²³

A má alimentação, a falta de roupas durante o inverno, a falta de água para própria higiene, moradias mal ventiladas, a aglomeração de pessoas em pequenos espaços, a convivência de pessoas próximas a bichos, próximos a rios completamente poluídos pela industrialização e ainda a constante inalação da fumaça densa que era expelida às vezes vinte e quatro horas por dia das chaminés das fábricas, e ainda a pesada jornada de trabalho, contribuíram para o alto índice de epidemias, como houve na Inglaterra com a cólera, a peste negra, hanseníase e tuberculose.²⁴ Engels resume de forma espantosa suas observações em Manchester,

[...] nas habitações operárias, não há limpeza nem conforto, e portanto não há vida familiar possível; só uma raça desumanizada, degradada, rebaixada a um nível bestial, tanto do ponto de vista intelectual como moral, fisicamente mórbida, poderia se sentir à vontade e sentir-se em casa.²⁵

As autoridades inglesas só perceberiam que essa classe estava de tal forma malculhada, no recrutamento de soldados para a Guerra dos Boxers e a 1ª Guerra Mundial.

Com o objetivo implícito em delatar a imensa produtividade das máquinas, os montes de lixo e detritos industriais e das cidades alcançavam proporções de montanhas, à medida que os seres humanos, cujo trabalho tornava essa façanha possível, eram mutilados e mortos quase tão rapidamente quanto teriam sido num campo de batalha. Oportunizando a alusão ao ditado inglês “*Always work and no play make Jack a bad guy*”²⁶, e a *Coketown*²⁷ especializou-se na produção de maus rapazes. Não tendo tempo para se distraírem da pesada rotina de trabalho, recrudesciam-se com o passar do tempo.

Os principais elementos do novo complexo urbano foram a fábrica, a estrada de ferro e o cortiço: elementos *sui generis* que sintetizam as características da cidade industrial. A fábrica passou a ser o núcleo do novo organismo urbano,

todos os demais detalhes da vida ficaram subordinados a ela. Habitualmente, situadas perto dos rios ou das linhas ferroviárias, nenhuma autoridade se fazia presente para concentrar as fábricas numa determinada área, com o intuito de segregar as indústrias mais fétidas ou barulhentas para longe das habitações humanas, levando-as para áreas adjacentes apropriadas. Somente a livre competição determinava a localização, sem levar em conta a possibilidade de planejamento funcional e aglomeração das funções industriais, comerciais e domésticas.

Talvez a maior contribuição dada pela grande cidade industrial tenha sido a reação que produziu contra os seus próprios descaminhos, gerados pela falta de saneamento, de planejamento e de higiene pública. Reação que incitou estudos constantes sobre as grandes cidades industriais, propiciando mudanças, tornando-as habitáveis, mas o que somente veio a ocorrer no fim de século XIX. “A doença estimulou a formação dos anticorpos necessários para vencê-las”.²⁸ A cidade produziu seus próprios antídotos.

Para além do detalhamento factual das cidades, é preciso refletir sobre as cidades entendidas como representações e práticas sociais, estabelecendo a diferença entre aquilo que é representado e o que representa. Ao analisar a cidade, é preciso captar a pluralidade dos sentidos e resgatar a construção de significações.²⁹

É fácil perceber que a cidade se tornou abrigo para a reprodução humana. E como berço no qual se produziram pensamentos e olhares para o mundo, foi nela que se fabricaram ferramentas e armas para dominá-la, moldá-la, adestrá-la e retirar dela o sustento. A cidade coleciona objetos, lugares, pessoas, sentimentos e o tempo. E esses tempos somam-se às relações sociais que se sobrepõem a cada geração, a cada século para contribuir rumo à formação da cidade como conhecemos, havendo processos de destruições, renovações e sobreposições de experiências e tempos. Trata-se de analisar a cidade como objeto que se transforma sob a ação do tempo acumulado, conjugado, descontínuo, apagado, fragmentado, público e privado. A cidade aparece como reflexo do modo de viver e pensar de uma sociedade, e não sendo uma obra acabada, pois se encontra em contínua transformação.

A cidade deixa explícita a relação do homem com a aparência desse espaço durante a história, que passa a ser medida pelo desejo de perfeição e estética. Esse espaço, por sua vez, passa a condicionar a vida, os homens, os desejos e os ideais, e assim ultrapassa a dimensão estética do olhar e da fruição para refletir em seus espaços a ética das relações humanas.

Ela pode ser analisada também como cidade monumento, na qual se pressu-

põe tratar da cidade como obra absoluta e acabada, ou seja, a cidade ideal. Esse espaço passa então a ser documento, eximindo-a do foco de análise da dinamicidade primordial, ao se analisar qualquer âmbito da vida humana, a visão da cidade como *locus vivendi*³⁰. Esse tipo de olhar sobre a cidade acaba por exigir mais provas e testemunhos para aceitar as necessidades ou ambições de mudança e transformação inerentes a ela como produtora de história.

A grande cidade oferece aos seus habitantes, representações contraditórias. É, por um lado, um espaço para a sedução, grande centro produtor da cultura, sinônimo de progresso, felicidade. E, por outro lado, representa uma ameaça, meio de perdição, da barbárie e do crime, insegurança e medo de quem a habita. Pois,

apoiando num novo paradigma centrado na cultura, utilizando conceitos tais como os da representação e do imaginário ou o princípio do cruzamento das práticas sociais com as imagens e discursos de representação do real, escorado na estratégia metodológica detetivesca da montagem por contraste e justaposição, esta ao historiador a difícil tarefa de resgatar o que pensavam ou tentavam expressar os homens do passado.³¹

No século XIX, o mundo se moderniza e mecaniza-se com velocidade antes não vista e surpreendente para a época. A vida nas metrópoles se torna convulsiva, veloz e nervosa, tornando turva a visão dos contornos e das formas. O indivíduo é lançado em meio às multidões, tentando equilibrar-se frente aos montes de informações e sinais das grandes cidades.

A cidade, nova fronteira, rompe os constrangimentos familiares ou locais, estimula as ambições, atenua as convicções. Criadora da liberdade, propiciadora de novos prazeres, a cidade, com tanta frequência uma cruel madrastra, fascina a despeito das diatribes dos moralistas. Paradoxal, engrenda por sua vez multidões de indivíduos solitários. É a mãe de rupturas e acontecimentos.³²

O desenvolvimento econômico e demográfico mudaram completamente as paisagens do mundo moderno, e atordoaram o imaginário tanto da classe popular quanto dos eruditos.

As transformações econômicas e sociais deixam, nas cidades, marcas ou sinais que contam uma história não-verbal pontilhada de imagens, de más-

caras que têm como significado o conjunto de valores, usos, hábitos e crenças que nutriram, ao longo dos tempos, o cotidiano dos homens.³³

Envoltos nesse turbilhão de mudanças, os mais sensíveis e expressivos indivíduos, com habilidades artísticas, externaram essas mudanças em forma de arte. A experiência de vida nas cidades impulsionou uma tradição literária baseada nessas novas sensibilidades produzidas por ela. Não é à toa que as capitais europeias são as capitais da arte, pois conseguem traduzir, em si, toda a inspiração artística, complexidade e tensões da vida moderna nas cidades. Tornaram-se um ambiente gerador de nova arte e ponto central das comunidades intelectuais. “A multidão em desvario, indiferente ao destino dos demais, chamou a atenção de quem tinha por ofício a escrita”.³⁴

As cidades contam uma história não verbal do cotidiano nas urbes, e leitores privilegiados da cidade, com habilitação cultural, profissional e estética que possuem um olhar refinado, sensível e arguto. Os temas que saltam as representações da urbe são as diferenças, as particularidades, as experiências que são múltiplas, temas que são tratados nos tópicos seguintes.

O indivíduo no século XIX: a personalidade como categoria social

Parte-se do pressuposto de que o individualismo foi uma invenção do século XIX. Invenção em dois sentidos: primeiro, como um “ato de descobrir um objeto/coisa que já existe, embora o desconhecamos”³⁵; segundo, como “ato de apropriação de algo que jazia ignorado e desprezado pelos outros homens”³⁶. Considera-se que o século XIX foi o momento em que a personalidade individual se afirmou como categoria social, destacando-se, também, a *alteridade*, aqui entendida como processo de interação social que ocasiona em trocas simbólicas intermediando o reconhecimento e enriquecimento do *eu* em relação ao *outro* e vice-versa; e com o transcorrer desse processo firmam-se a *identidade* individual e coletiva.

Optou-se por analisar o individualismo do século XIX³⁷, por considerar que esse foi o momento em que a personalidade individual se afirma como categoria social. Nesse momento, formou-se um abismo considerável entre o espaço público e privado. E essas transformações podem ter se apoiado sobre três bases principais: o capitalismo industrial e o surgimento das grandes cidades; o advento da reformulação do secularismo, que afetou, de forma decisiva, a maneira que as pessoas encaravam o estranho e o desconhecido; a morte da vida pública, logo após o Antigo Regime. Esses aspectos se desdobravam e agiam conjuntamente para a afirmação do individualismo e da vida privada.

O capitalismo industrial engendrou mudanças de valores e condutas – os indivíduos passam a se acostumar com as privatizações, ao isolamento³⁸, à concorrência, aos privilégios. As grandes cidades e suas multidões levam o domínio público à segregação frente à família e aos amigos íntimos, sendo o público vinculado ao desconhecido e ao estranho, reunindo uma diversidade considerável de pessoas. Diante disso, pode-se dizer que o capitalismo industrial contribuiu para que o domínio público perdesse legitimidade e coerência.

Já no secularismo do século XIX, as sensações, fatos, e sentimentos iminentes não necessitavam mais se enquadrar num esquema preexistente para serem entendidos. Ao fim desse século, era possível estudar a “emoção” como tendo um significado independente, e os sinais pelos quais essa “emoção” manifestar-se-ia poderiam ser relevantes. “Num mundo no qual a imanência é o princípio do conhecimento secular, tudo tem importância, porque tudo poderia ter importância.”³⁹ Essa nova forma de pensar possibilitou uma subjetividade radical, em que o transcendentalismo é evidente. Mas,

a própria expansão de uma cultura urbana estabelecida até o mundo dessas novas forças econômicas e ideológicas as contrabalançou e manteve durante muito tempo uma aparência de ordem, em meio a emoções muito dolorosas e contraditórias.⁴⁰

Entretanto, na vida pública, as pessoas experimentavam sensações e relações sociais, que não seriam oferecidas em qualquer outro meio social. Isso porque a vida privada era um refúgio contra os medos da cidade. Esse refúgio foi incrementado pela idealização da família, na qual todas as impressões estranhas à vida pública se expressavam. E o mais intrigante é que as pessoas estavam decididas a permanecer “estranhas” umas as outras.

Pode-se também dizer que homens e as mulheres percebiam a vida pública de forma distinta: eles acreditavam que a suspeita desse espaço público estava aliada à imoralidade, que por sua vez representava sua liberdade; elas entendiam esse espaço como lugar da desvirtuação e da desgraça humana. Essa visão distinta deve-se ao fato de que os homens eram acostumados com a vida pública, já que frequentemente estavam em espaços públicos, enquanto as mulheres estavam restritas à vida privada.

No decorrer do século XIX, a experiência pública passaria a ser essencial para a sobrevivência. Os indivíduos deveriam se expor aos estranhos para que não fossem ingênuos ou inexperientes diante dessas forças sociais. O privado repre-

sentava o espaço em que os indivíduos poderiam se expressar diretamente, assim como serem tocados. E também significava o mundo em que reinava a interação, mas que precisava ser secreta.

As pessoas estavam inclinadas a provocar cada vez mais as diferenças nas impressões imediatas que se davam umas as outras, a fim de ver tais diferenças como a própria base da existência social. Essas impressões imediatas que as diferentes pessoas produziam eram tidas como sendo as suas *personalidades*. A personalidade criada pelas aparências, controlada, quando for o caso, pela autoconsciência de seu próprio passado, é espontânea somente por anormalidade. Essas novas caracterizações da personalidade começam a serem usadas no século XIX para se entender a própria sociedade como uma coleção de personalidades. A fé secular na personalidade, a fé na aparência imediata se tornaram guias para o sentimento interior.

No século XIX, a vontade de crer passou de uma religião sem ídolos para uma condição mais reflexiva: as crenças se tornavam cada vez mais concentrada na vida imediata do próprio homem e nas suas experiências, como uma definição de tudo aquilo que se pode crer. Nesse momento, a personalidade se tornou a maneira de se pensar sobre o sentido implícito da vida humana. A personalidade surge em público porque uma nova visão de mundo secular apareceu na sociedade como um todo. A personalidade passa a ser uma forma dessa crença no significado imanente do mundo.

E, nessa imanência do mundo, percebe-se a popularização do espelho e da fotografia que criaram um novo tipo de identidade cultural, “que reproduz o desejo da imagem de si, convertida ao mesmo tempo em mercadoria e em instrumento de poder”.⁴¹ E, ainda, o diário que apareceu para aprofundar essa sensação de identidade, em que o ato de escrever passou a ser uma disciplina de interiorização, que tem por papel a discreta confissão. Assim, “a busca retrospectiva do eu, objeto do diário íntimo, estimula arrependimentos, aviva nostalgias, mas, em um mesmo movimento, valoriza a aspiração e desperta o imaginário da construção de si.”⁴²

Os indivíduos do século XIX, na constante viagem dentro de si, passaram a considerar o direito à circulação inalienável entre as multidões. O direito de movimentação sem obstáculos passa a ser um desafio pessoal, colocando os indivíduos em alto grau de excitação, pois quando esbarrados ou impedidos de passar se alteram, esbravejam; e no auge da reivindicação desse direito, surgem os automóveis.

Assim como o silêncio, que também se tornou um direito e um desafio pessoal, apareceu com o objetivo do indivíduo se resguardar e aventurar-se nesse

espaço caótico, mas ainda atraente. A intimidade se mostrou como tentativa de resolver o problema público, negando que esse problema existia. E, nesse momento, a sociedade como teatro foi oportunizada, e o homem tentou separar a natureza humana da ação social. O *theatrum mundi* que foi citado no início do artigo tem conotação melhor quando enquadrado como lugar onde as pessoas praticam a vida cotidiana e que são capitados pela arte. Mas, na vida real, várias máscaras eram necessárias para se usar em diferentes situações, uma vez que, à medida que o desnivelamento entre vida pública e vida íntima foi aumentado, as pessoas tornaram-se menos expressivas.

A ideia de que os homens são atores, a sociedade plateia e as cidades palco leva esse espaço ao patamar de concentração, no qual os problemas de representação surgem rotineiramente. Um deles é a da entrada da personalidade individual na vida pública: as pessoas temem a demonstração dos sentimentos, a superposição de um imaginário privado inadequado sobre as situações públicas, o desejo de reprimir os próprios sentimentos, para se proteger em público, a tentativa de usar a passividade inerente ao silêncio como um princípio de ordem pública.⁴³

Um dos poucos meios de expressar sinais do caráter pessoal, do sentimento individual e da individualidade, eram as roupas. Portanto houve um processo de mitificação das mercadorias. Os objetos comprados poderiam acrescentar qualidade às pessoas que os possuíam, já que estavam dispostas a acreditar que esses objetos eram investidos com atributos da personalidade humana. Nesse momento, ocorreu a primeira aparição de um dos sintomas psíquicos dessa nova vida pública, a superposição do imaginário.

O trabalho da propaganda industrial oportunizou, motivado pela mitificação de mercadorias, um processo de desorientação, que depende diretamente dessa superposição de imagens que, por sua vez, depende tanto do modo de produção, quanto da crença na presença universal do caráter humano. “O próprio Marx sofreu continuamente ataques, durante sua vida, por argumentar que as mercadorias eram consumidas de acordo com seu valor como objetos de status, ou expressão da personalidade do comprador.”⁴⁴

O homem público sentia-se mais confortável como uma testemunha da expressão de outra pessoa, do que enquanto um ativo condutor da própria expressão.

A personalidade no século XIX compunha-se de três termos: unidade entre impulso e aparência, autoconsciência a respeito do sentimento e espontaneidade como anormalidade. As raízes da personalidade estavam num novo tipo de crença secular; a natureza transcendente havia sido substituída pela sensação imanente e

pelo fato imediato, na qualidade de cerne da realidade. Além dessa entrada da personalidade na sociedade e de sua intersecção com o capitalismo industrial em público, produziram-se todos os sinais de desastre psicológico quanto aos novos termos da cultura pública. O medo da exposição involuntária do caráter, a superposição do imaginário público e do privado, o retraimento defensivo diante dos sentimentos e o aumento da passividade. Não é de se estranhar que pairasse sobre o período um senso de augúrio, certa obscuridade. Enquanto a realidade em que as pessoas acreditavam se transformava naquilo que podiam imediatamente experimentar, uma espécie de terror diante do imanente que entrara em suas vidas.

Esses foram os termos em que se desenvolveu a ideia moderna de uma personalidade dentro do domínio público, em vez de uma expressão natural do caráter ter se introduzido no domínio privado. É por essa razão que a ordem na família era algo mais do que uma reação contra a desordem material do mundo.

As complexidades da cultura cosmopolita tornaram inevitáveis as transformações na família. Houve uma fissão da *família extensiva*, restando apenas a *família nuclear*⁴⁵. Esta última era uma resposta positiva para a nova sociedade, simbolizada pela grande cidade, estruturada pela burocracia impessoal, mobilidade social e pela grande divisão do trabalho. A família nuclear simplifica o problema da ordem ao reduzir o número de atores e, com isso reduzindo o número de papéis que cada pessoa da família precisa desempenhar.

As maiores queixas da medicina familiar do século XIX incluem aflições físicas não catastróficas, histeria⁴⁶, narcisismo⁴⁷, ansiedade, tensão nervosa, neurose⁴⁸, paranoia. Essas foram efeitos colaterais da repressão, da afirmação do indivíduo. E, se a histeria era o sinal do julgamento da personalidade na família, não era por acaso que Freud e outros tentaram contra-atacá-los, por meio da terapia que consistia na autoconsciência e respeito do *comportamento*.

A entrada da personalidade para o domínio público significa que uma pessoa coletiva parecia ser, em essência, como uma pessoa concreta. Inversamente, uma pessoa concreta deveria ser capaz de reconhecer-se a si mesma na coletividade. Nesse esquema, as relações sociais não transformam a natureza da personalidade.

A ideia de comunidade que está envolvida na sociedade intimista é a crença de que, quando as pessoas se abrem umas com as outras, cria-se um tecido que as mantém unidas. Se não há abertura psicológica, não pode haver laço social, e as pessoas compartilhavam disfarces e máscaras. Qualquer outro tipo de comunidade é mais do que um conjunto de costumes, de comportamentos ou de atitudes a respeito das outras pessoas. Uma comunidade é também uma identidade coletiva.

É uma maneira de dizer que *nós* somos. A questão é saber como se formam esses retratos da identidade coletiva, e quais são os instrumentos que as pessoas usam para forjar um sentido de quem somos *nós*. O século XIX é o período em que a vida pública está em erosão, esse relacionamento entre ação compartilhada e identidade coletiva desmorona. Se as pessoas nem estão falando umas com as outras nas ruas, como podem saber quem são como um grupo? Embora ninguém falasse com ninguém, continuavam a pensar que estavam num ambiente especial e que as outras pessoas ali tinham alguma coisa em comum com elas. Pensavam na vida social em termos de estados de personalidade e de símbolos pessoais. Nesse momento, emana a personalidade coletiva, personalidade comum fantasiada para dominar a vida de um grupo.

Assim, um laço importante entre arte imanente e personalidade se desenvolveu em todas as artes sob a ascendência do Romantismo, “o concerto sou eu”. O executante romântico, ao fazer da arte uma experiência imanente, tinha, portanto que produzir, mas também converter essa arte para si mesmo.

***The Raven*⁴⁹: Edgar Allan Poe**

Edgar Allan Poe nasceu no nº 33 da Rua Hollis em Boston, Massachusetts, em 19 de janeiro de 1809, e faleceu no dia 7 de outubro de 1849, em Baltimore, Maryland. Filho dos pobres atores David e Elizabeth Poe, suas origens inglesa insere-se no período em que havia grande imigração de ingleses, escoceses e irlandeses para os Estados Unidos, onde Poe viveu no período entre guerra de independência norte-americana (1776) e pré-guerra de secessão (1861).

Com a morte de sua mãe, em dezembro de 1811, Poe foi adotado por um casal de comerciantes escoceses John Allan e Frances Allan. Nessa família, ele teve a oportunidade de estudar cinco anos da sua vida na Inglaterra e na Escócia, de 1815 e 1820. E, em 1827, foi mandado para a Universidade da Virgínia, recém fundada por Thomas Jefferson. Poe estudou um ano e se destacou nos estudos, mas foi tirado da Universidade porque John Allan alegava que o rapaz adquirira muitas dívidas e que não era o seu pai para pagá-las.⁵⁰

Poe serviu um período de sua vida ao Exército americano, de 1827 a 1831, mas logo depois solicitou a “dispensa”, pois não era a sua vocação. Após esse fato, ele tentou realmente se realizar como escritor, escrevendo e publicando contos e poemas em jornais e trabalhando neles. Porém o alcance do sucesso durante a vida de Poe foi pouco, considerando a qualidade dos seus trabalhos, esse fato ocorreu por vários motivos que serão explicitados nesse tópico.

À época de Poe, os Estados Unidos tinham grandes diferenciações regionais, os estados do Sul utilizavam a mão de obra escrava e tinham como base econômica a monocultura. Já os estados do Norte tinham como ênfase o trabalho livre. Nessa região, não havia solo fértil necessário a agricultura em grande escala. A região era rica em matérias-primas, com grande mercado consumidor interno e disponibilidade de energia hidráulica, possibilitando o investimento de empresários vindos, em sua maioria, da Nova Inglaterra. E junto com esse progresso sugeriram meios de transportes, como barcos a vapor para navegar os grandes rios dos Estados Unidos e os trens que mudaram a concepção de velocidade e distância para maioria das pessoas.

O presidente, quando Poe nasceu, era James Madison, que fortaleceu o embargo ao comércio com a França e a Inglaterra, mas isso apenas reforçou o comércio ilegal, pois comercializar com esses países era vantajoso. E logo após, chegou a presidência James Monroe, que institucionalizou a Doutrina Monroe, assegurando a neutralidade e inviolabilidade da América, frente aos europeus. E durante os conflitos europeus, os Estados Unidos conseguiram um crescimento econômico extraordinário. Mas a recuperação da Inglaterra, após os conflitos napoleônicos fez com que o comércio e indústria americanos freassem o crescimento, o que piorou com a situação precária dos bancos estatais, crise que nuançou a diferença entre as regiões norte e sul. O norte, mais avançado em termos industriais, tinha uma classe média nascente e indústria de importância crescente. Boston era considerada uma grande cidade da época. Essa disparidade entre norte e sul acabou por levar a guerra de secessão em 1861.

Vivendo essas tensões do pré-guerra, Poe escreveu no contexto do romantismo, que surgiu como resposta ao racionalismo iluminista, que os românticos denunciavam, pois sufocava as emoções e impedia a criatividade.

Os românticos, por outro lado, enfatizavam a singularidade e a diversidade humanas – aqueles traços distintivos que separam um ser humano do outro. É anseio de todo indivíduo, insistiam os românticos, descobrir e expressar o seu verdadeiro eu; executar sua própria música; escrever sua própria poesia; pintar sua própria visão da natureza; viver, amar e sofrer ao seu próprio modo.⁵¹

Enquanto os *philosophes* do Iluminismo haviam afirmado a autonomia da mente, e sua capacidade de pensar por si mesma, os românticos atribuíam importância fundamental à autonomia da personalidade, à necessidade e ao direito do

indivíduo de encontrar e satisfazer o eu interno. Pois, *cultivando os instintos e a imaginação, os indivíduos podiam experimentar a realidade e descobrir seus verdadeiros eus*⁵².

O pensamento iluminista fora claro, crítico e controlado. Fixara-se a padrões estéticos, tidos como universais, que haviam dominado a percepção cultural europeia desde a Renascença. Os poetas, artistas plásticos e músicos do romantismo romperam com os estilos tradicionais e as regras uniformes, e criaram novas formas culturais e técnicas.

Poe, um *dark* romântico, escreveu principalmente sobre a forma como o indivíduo vê seu mundo e a maneira como a natureza da mente pode recriar o mundo. E por isso ele sobressai de forma extraordinária na literatura do século XIX, destacando a situação psíquica do indivíduo nesse século, mesmo antes do surgimento da Psicanálise.

Na leitura de sua obra, constata-se que, provavelmente, o poder mais importante que Poe atribuía ao indivíduo era o direito de ação sobre seu próprio ser. Nela, relata-se que a capacidade de autodeterminar o destino de um indivíduo não era apenas necessário para os fundamentos da iluminação, mas também era necessária para o avanço da sociedade como um todo; que permitiu que os indivíduos tivessem poder sobre o eu, de se tornarem donos de si próprios, estando não mais sujeitos aos caprichos de uma sociedade maior.

O poder que o indivíduo tem sobre si mesmo é absoluto, mas como Poe adverte, isso pode ser usado para o mal: no conto de *The Tell-Tale Heart*⁵³, seu protagonista imagina o mundo ao redor por meio do filtro da sua própria mente demente. Os conflitos no caráter de autonomia interna se tornam tão profusos que ele projeta-os para o exterior, criando um velho como seu duplo, cujos olhos o perseguem, e o personagem é finalmente desfeito quando ele deixa de reconhecer as batidas do seu próprio coração. Esse poder absoluto é tanto maldição quanto o privilégio do Iluminismo e vistas românticas do *eu*. Então, em vez de deixar esse poder sem controle, é enfatizado o poder da natureza como a antítese de si e do guia de si mesmo.

Poe é enquadrado na Escola Romântica por sua obra possuir alguns elementos do Romantismo, mas, na verdade, suas obras extrapolam esses elementos. Poe construiu uma literatura *sui generis*, não se assemelhando a mais nenhum escritor do período. Ele colocou o indivíduo nas entrelinhas de forma extraordinária. A montagem dos seus contos é feita de maneira a despertar emoções no leitor, usando elementos que induzem para que o conto seja lido e sentido de forma peculiar.⁵⁴ E ainda na construção de rimas e métrica perfeitas dos seus poemas, não

podendo escapar a musicalidade da resposta do corvo, que repetia, *nevermore*.⁵⁵ Além disso, não se pode negar o seu importantíssimo trabalho na crítica literária do período, e também que é considerado o precursor dos contos de mistério, das narrativas racionantes, do método dedutivo na literatura. Poe publicava criptogramas para serem resolvidos pelos seus leitores, e muitos deles permanecem sem solução até hoje, inclusive ele chegou a lançar um ensaio sobre a criptografia.

O período entre 1800 a 1833 é de grande crescimento da leitura de jornais e diários nos Estados Unidos. Esse aumento é devido à diminuição do analfabetismo e ao surgimento de muitos periódicos, revistas e jornais. Poe trabalhou em alguns desses jornais, mas o que teve maior significação em sua carreira foi em Richmond no *Southern Literary Messenger*, do outono de 1835 a janeiro de 1837, onde atuou como redator-auxiliar e redator-chefe. Durante a sua estada no jornal, a circulação desse periódico aumentou de setecentos para três mil e quinhentos exemplares, atraindo atenção nacional. Ao que se pode dizer que foi inicialmente o periódico mais influente do Sul.⁵⁶

Poe precisou conviver com a padronização, existente nesse meio, resultante dos fatores de mercados (interesse do editor, do público, etc). Ele incorporou, é claro, as técnicas necessárias a aceitação. Mas, ao mesmo tempo, transcendeu os limites desse padrão. O mérito de Poe consiste na rara qualidade de criar um constrato surpreendente que resulta do ato de obter sínteses de procedimentos de construção já estabelecidos, chegando a outros que são novos ou não tão frequentes na convenção artística com a qual teve de conviver.

Nas obras de Poe, o leitor tradicional da ficção em revista encontra os mecanismos com os quais estavam acostumados, mas ao mesmo tempo era obrigado a realizar um outro percurso de leitura mais trabalhoso, mais solicitador de uma participação ativa e de uma reflexão crítica laboriosa. Facilitar demais o trabalho do leitor acabaria por enfraquecer a intensidade da força da elaboração ficcional.⁵⁷

Para escrever para a imprensa periódica, era necessário usar artifícios que surpreendessem e prendessem a atenção do leitor; sendo esse um princípio básico desse tipo de produção ficcional. Mas Poe não se adaptava muito aos moldes narrativos exigidos para a publicação no seu meio.

Nas palavras de J. K. Pauling, há um grau de obscuridade no mecanismo da escrita de Poe que impede aos leitores comuns uma compreensão eficaz do texto. Essa obscuridade, na verdade, esconde uma refinada sátira não facilmente perceptível, que exige um grau de familiaridade com várias espécies de conhecimento. Mas, para o amigo de Poe, isso impedia que parte dos seus leitores gostassem da brincadeira: “o prato é muito refinado para que se banqueteiem.”⁵⁸

Há um homem entre a multidão

Poe concebeu o conto como a forma literária mais adequada ao ritmo da vida urbana moderna, pela rapidez e imanência do cotidiano, pois “pode-se beber seus contos numa sentada só”. Provavelmente, ele foi o primeiro autor que colocou oportunamente a questão da necessidade de ajustar a tradição literária ao estado singular de sensibilidade, produzido pela experiência da vida nas grandes cidades. Estas, na obra de Poe, jamais são tratadas de forma direta, mas de forma marcante, ocupando um espaço decisivo na trama do texto.

O sentimento de Poe em relação à cidade entremeia-se entre a sedução inebriante e a amargura nostálgica, evidenciando um vazio que não se preenche. Rompendo o elo que ligava o homem ao gozo da plenitude, e abandonando-o na angústia de fragmentos soltos, desconstruídos, desesperadamente desiguais e incompletos. Poe não fala sobre a cidade, mas parece antes metamorfosear-se na voz pela qual a experiência desenraizada da vida na metrópole procura pronunciar a sua identidade inconsciente. Sua melancolia não precede à razão nem à moral, e sim da solidão, em que a metrópole enclausurou cada um dos seus habitantes.

O seu conto, *O Homem das Multidões*⁵⁹, é um bom exemplo do que foi dito. O conto se dá com um narrador-personagem não nomeado que se encontra num Café na cidade de Londres, que, após um tempo de isolamento por motivos de saúde, resolveu voltar à vida na urbe, e talvez por esse motivo sua visão e percepção, da multidão e da cidade, estivessem mais apurados para observar a movimentação, em que o narrador-personagem com “o intelecto eletrizado ultrapassa tão prodigiosamente sua condição cotidiana.”⁶⁰

Primeiramente, o narrador-personagem sentia a multidão como uma massa amorfa e homogênea, mas aos poucos vai passando a distinguir e fixar as características dos vários indivíduos, na maior parte pequenos funcionários e burocratas, mas também os pobres, marginais e flagelos da cidade. Deleita-se com as visões da multidão e desenrola uma análise dos transeuntes por meio das roupas, dos gestos, das expressões.

A princípio minhas observações tomaram um jeito abstrato e generalizador. Olhava os passantes em massa e neles pensava em função de suas relações gregárias. Em breve, porém, desci a pormenores e examinei com minudente interesse as inúmeras variedades de figuras, roupa, ar, andar, rosto e expressão fisonômica. Em alto grau, o maior número daqueles que passavam tinham um porte convencido de gente atarefada, e parecia estar pensando

apenas em abrir caminho pela multidão. Fraziam as sobranceiras e seus olhos rolavam com vivacidade. Quando encontrados por outros passantes, não davam sinal de impaciência, mas concertavam a roupa e se apressavam. Outros, classe ainda numerosa, mostravam-se inquietos em seus movimentos, tinham rostos avermelhados e falavam e gesticulavam consigo mesmo como se se sentissem em solidão por causa da enormidade da densa turba em seu redor. (...) Suas roupas incluíam-se na categoria que exatamente se define como: decente.⁶¹

No século XIX, vários ramos da ciência foram criados para se interpretar os indivíduos, como a etologia criada por Darwin, que procurava ler as pessoas por meio expressão sentimental fisiológica. E ainda Freud, analisando as pessoas pelo comportamento. A frenologia, que analisava o caráter do indivíduo pelo formato do crânio, dentre outras.

Como as pessoas estavam muito fechadas em suas intimidades, a única forma de interpretá-las seria observando-lhes as roupas, os gestos, a linguagem. Desvendar a personalidade do outro se tornou um dos jogos do cotidiano, como detetives atrás de pistas⁶².

O narrador-personagem espelha o surgimento de espaços públicos de lazer que tornaram propícios a uma figura pública com disposição para andar, observar e folhear as cenas de rua: o *flâneur* – elemento central na literatura crítica da modernidade e da urbanização. E o *flâneur*, uma incursão na paisagem urbana não deve ter direção nem propósito. É uma doação passiva ao fluxo aleatório de surpreendentes e inumeráveis ruas. Na literatura, ele foi descrito como o observador da esfera pública das grandes cidades do século XIX, em crescimento e rápida mutação.

O *flâneur* é, por definição, um personagem dotado de considerável ociosidade e que pode dispor de períodos durante o dia para vagar sem rumo, pois a falta de um objetivo específico ou racionamento do tempo constituem uma antítese inata a esse personagem urbano. Ele só se torna viável nas grandes cidades, pois as pequenas não lhe oferecem o mesmo espaço para os passeios e a observação. Esse personagem passa a maior parte do tempo apenas olhando o espetáculo urbano, em que observa particularmente as novas invenções.

A rua se torna moradia para o *flâneur* que, entre as fachadas dos prédios, sente-se em casa tanto quanto o burguês entre suas quatro paredes. Para ele, os letreiros esmaltados e brilhantes das firmas são adorno de parede tão

bom ou melhor que a pintura a óleo no salão do burguês; muros são a escrivania onde apoia o bloco de apontamentos; bancas de jornais são suas bibliotecas, e os terraços dos cafés, sacadas onde, após o trabalho, observa o ambiente.⁶³

Desfrutar do ócio em meio à vida agitada do século XIX foi uma das virtudes do *flâneur* dos literários. Nesse momento, já não era possível, como no antigo regime, dar-se ao luxo de viver no ócio, isso se tornou apenas uma sombra do desejo. No novo tempo da industrialização, tempo burguês, o ócio já não tem mais lugar. E mesmo o poeta, que antes gozava de tal privilégio, não pode reivindicá-lo. Para o burguês, o ócio é preguiça e não tem lugar na nova sociedade.

O narrador-personagem do conto segue exercitando o seu papel, observado as feições e o movimento da multidão quando, “(...) de súbito, surgiu-me à vista uma fisionomia (de um velho decrepito, de uns sessenta e cinco anos ou setenta anos de idade), uma fisionomia que imediatamente deteve e absorveu toda a minha atenção, por causa da absoluta peculiaridade de sua expressão.”⁶⁴

E ele levanta rapidamente do seu assento no Café e põe-se a seguir o velho, no fim de tarde. Descreve suas roupas como sendo a de um marginal das ruas, que tem por objetivo apenas se alimentar da energia emanada das multidões. O velho passou a noite, a madrugada e o dia seguinte inteiros, caçando as multidões. E aparentemente estar apenas vagando entre as massas, o velho conseguia algum sossego.

O conto se sustenta numa atmosfera extremamente densa de impressões e emoções estranhas, que envolvem, como que hipnotizando o narrador-personagem e o leitor, arrastando-nos a um comportamento impulsivo irresistível. O jogo das disposições psicológicas peculiares do narrador-personagem transmite ao leitor uma sensação de *estranheza* e desconforto, arrastando-as, porém, a uma profundidade de penetração nos desvãos do cotidiano que ultrapassa em demasia a superficialidade com que os olhares comumente percorrem a fisionomia das metrópoles.

Exemplificado, nesse conto está um dos maiores artifícios de Poe, *o estranho*. O autor coloca o leitor na dúvida se os fatos que testemunham são delírios do narrador-personagem, ou se é sucessão de acontecimentos que devem ser considerados, na história, como sendo reais. E discutindo esse ponto, Freud afirma que,

[...] não se trata aqui, portanto, de uma questão de incerteza intelectual: sabemos agora que não devemos estar observando o produto da imagina-

ção de um louco, por trás da qual nós, com a superioridade das mentes racionais, estamos aptos a detectar a sensata verdade; e assim, esse conhecimento não diminui em nada a impressão de estranheza. A teoria da incerteza intelectual é, assim, incapaz de explicar aquela impressão.⁶⁵

E o estranho tal como descrito na literatura, para Freud, “[...] muito daquilo que não é estranho em ficção sê-lo-ia se acontecesse na vida real; e, segundo lugar, que existem muito mais meios de criar efeitos estranhos na ficção, do que na vida real”⁶⁶.

Portanto a ficção oferece mais oportunidades para criar sensações estranhas do que aquelas possíveis na vida real cotidiana, o que é um dos pontos diferenciais de Poe. Seguindo a linha de raciocínio psicanalítica,

[...] o ficcionista tem um poder peculiarmente diretivo sobre nós; por meio do estado de espírito em que nos pode colocar, ele consegue guiar a corrente das nossas emoções, represá-la numa direção e fazê-la fluir em outra, e obtém com frequência uma grande variedade de efeitos a partir do mesmo material.⁶⁷

Nessa linha de análise, o surpreendente do conto aparece com a massa disforme dos cidadãos, em confronto com a personalidade única e irredutível de cada um tomado isoladamente. Todos estão irremediavelmente solitários na multidão, mas essa constatação é tão apavorante, que todos preferem levar às últimas consequências a ambiguidade dramática da situação. A incorporação de uma identidade coletiva impele o homem da cidade para um comportamento automatizado. O mito da massa passa a ser ritualizado pelos habitantes da metrópole moderna.

O velho e o *flâneur* têm algo em comum, ambos se utilizam do anonimato na multidão para simular anuência ao comportamento automático da massa, dando vazão aos seus instintos antissociais.

E Poe foi o primeiro a registrar como as cidades acalentam todo tipo de impulsos agressivos e autodestrutivos. Diante disso, fica mais fácil entender o fascínio e a perseguição compulsiva do narrador-personagem: era a si mesmo, a dimensão mais profunda da sua própria identidade, que ele buscava. “O estranho aparece como não sendo nada novo ou alheio, porém é algo familiar e há muito estabelecido na mente, e que somente se alienou desta por meio da repressão. O estranho é como algo que deveria ter permanecido oculto veio à luz.”⁶⁸

E uma temível cumplicidade que envolve o narrador-personagem, o velho e

o leitor: são todos homens na multidão que, *er lässt sich nicht lessen*⁶⁹. E a condição humana é coroada com a epígrafe escolhida por Poe: *Ce grand malhuer, de ne pouvoir être suel*.⁷⁰

O livro lido e fechado nas mãos... para onde caminhar?

Nesse momento, é solicitado que a tinta nas folhas do “livro” seja deixada para trás, e as ideias/reflexões sobre ela sejam articuladas.

Após esse breve caminho trilhado sobre as possibilidades de diálogos entre História e Literatura, procurou-se se libertar da capa dura do livro e da sua materialidade, assim como os historiadores precisam se libertar das amarras dos paradigmas metódicos. Não há mais objeto histórico a ser privilegiado. A História Política, os palcos de poder e a História elitista abrem espaço agora para a reflexão e as ideias que são imateriais frente a capa dura do livro, mas nem por isso deixam de ser uma expressão possível do conteúdo do livro. A História passa a ser a história da gente simples, podendo-se construir, se apropriar e reconfigurar o universo cultural e social da história da humanidade.

Não é possível alcançar o passado, nem mesmo o presente em sua totalidade. Porque a história não tem uma verdade e única versão, ela é profusão, interpretação de sentidos possíveis. Portanto a reflexão imaterial do livro é possível e necessária.

Refletindo-se sobre o caráter da arte, abre-se a discussão se ela é ficcional ou subjetiva. Sim ela é ficcional, mas é subjetiva assim como qualquer outro tipo de fonte histórica. E a História seria arte ou ciência? Pode-se dizer que um pouco dos dois, ela possui técnicas e métodos, mas é por meio da narrativa histórica que a poética é expressada. O estilo é a arte da ciência do historiador.

Fez-se uma análise, respeitando os limites dessa arte, que como qualquer outra possui linguagem própria, e se trata de montagem que tem que ser desconstruídas, e aqui entram os olhos apurados necessários aos filhos de Clío.

A literatura é uma representação do mundo que se oferece ao historiador como porta de entrada no mundo das sensibilidades da época em que ela foi engendrada. É um registro sensível do tempo, que diz como os homens representavam a si próprios e ao mundo. Arte como expressão do mundo, diz o real de outra forma, falando por metáforas que se referem a forma de pensar, agir, sonhar de uma época. É fonte que necessita ser privilegiada pelo historiador interessado em resgatar não as verdades do acontecido, mas sim as verdades expressadas no imaginário de uma época.

Notas

¹ As revoluções citadas trouxeram muitas outras transformações políticas, econômicas, sociais e culturais. Mas as transformações citadas são as que possuem maior relevância para os aspectos que aqui serão analisados.

² ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 10ª Ed, 2001.

³ Não conseguir ver a madeira das árvores (tradução da autora).

⁴ A expressão remonta a Platão e encontra o auge da sua significação em Shakespeare com *Totus mundus agit histrionem*. O termo *theatrum mundi* é utilizado aqui, no sentido que o sociólogo Richard Sennett emprega em *O declínio do homem público*: as tiranias da intimidade. Que ressalta no século XIX a busca da harmonia das relações sociais e o resguardo da vida privada: os indivíduos usam máscaras, e o mundo é palco, nas interações públicas, em que todos são atores e espectadores.

⁵ *Persona* originalmente se tratava da máscara que os atores do teatro grego usavam, sua função era tanto dar ao ator a aparência que o papel exigia quanto amplificar sua voz, permitindo que fosse bem ouvida pelos espectadores. A palavra é derivada do verbo *personare* [soar através de]. No sentido aqui empregado se trata da afirmação do eu e do papel social do indivíduo no *theatrum mundi*.

⁶ Partindo do pressuposto de que o individualismo foi uma invenção do século XIX. Invenção em dois sentidos: primeiro, como um “ato de descobrir um objeto/coisa que já existe, embora o desconhecamos”; segundo, como “ato de apropriação de algo que jazia ignorado e desprezado pelos outros homens”. Fonte: ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da História. Bauru/SP: EDUSC, 2007, p. 21.

⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2ª ed, 2ª reimp., 2008, p. 82-83.

⁸ GEERTZ, C. *The Interpretation of Cultures*. New York: Basic Books Inc., 1973, p. 89.

⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. Cit., p. 42.

¹⁰ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Op. cit., p. 21.

¹¹ DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma interpretação freudiana*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001. p. 12-13.

¹² DARTON, Robert. *O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 332.

¹³ Cf. CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre prática e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

¹⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. cit., 2008, p. 47.

¹⁵ REMOND, René. *O Século XIX: 1815 – 1914*. São Paulo: Cultrix, 1974, 8ª Ed.

¹⁶ *Ibidem*, p. 15.

¹⁷ No Romantismo, as pessoas aderiram a ideias nacionalistas e políticas que se revelaram perigosas. A glorificação do mito e da comunidade do povo constituem o elo, ainda que involuntário, entre romantismo e nacionalismo exarcebado, que culminou nas guerras mundiais do século XX. Fonte: PERRY, Marvin. *Civilização Ocidental: uma história concisa*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, 2ª Ed, p. 378.

¹⁸ Cf. GAY, Peter. *O Estilo na História*: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

¹⁹ REMOND, René. Op cit, p. 140.

²⁰ O termo família aqui não se refere ao que o se concebia na época como tal (a família burguesa constituída de pai, mãe e filhos). Como Karl Marx analisa oportunamente no Manifesto Comunista, nas famílias pobres se percebe uma estrutura e conduta familiar desestruturada frente às dificuldades da sobrevivência e precariedade que as grandes cidades industriais impunham.

²¹ Esse personagem das cidades será melhor tratado no tópico *Há um homem na multidão*.

²² A Época Vitoriana tornou-se uma época de cruzados, reformadores e teóricos, já que em termos teve progressos, mas também teve dúvidas. Havia muita pobreza, injustiça e pouca certeza sobre a fé ou a moral. Com todos os ideais, foi uma época puritana e assuntos como o sexo eram tabus. Havia uma moralidade convencional, rígida e o caráter sagrado da vida em família era devida ao exemplo da Rainha Vitória (Rainha da Inglaterra), e sua influência considerável sobre a Literatura e a vida social.

²³ MUMFORD, Lewis. *A cidade na História*: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1998, 4ª Ed, p. 486.

²⁴ FRIEDRICH, Engels. As Grandes Cidades. In: *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1985, p. 35-92.

²⁵ *Ibidem*, p. 77.

²⁶ Tradução do ditado: “Trabalhar sempre sem brincar faz do Jack um mau rapaz” (tradução da autora). MUMFORD, Lewis. *op. cit.*, p. 483.

²⁷ *Coketown* seria a *carbonópolis*, cidade tomada pela fumaça negra das chaminés das fábricas. *Idem*.

²⁸ *Ibidem*, p. 483.

²⁹ Cf. CHARTIER, Roger. *A História Cultural*: entre prática e representações. Lisboa: Difel, 1990.

³⁰ Lugar da vida.

³¹ PESAVENTO, Sandra Jatayh. “Muito além do Espaço: por uma história cultural do urbano.” *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, nº 16, 1995, p. 287.

³² PERROT, Michelle (org.). *História da Vida Privada 4*: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 389.

³³ FERRARA, Lucrecia D’Aléssio. “As Máscaras da Cidade”. *Revista da USP*. Dossiê cidades, março/abril e maio, 1990, p. 3.

³⁴ MENEZES, Marcos Antonio de. *Um Flâneur Perdido na Metrópole do Século XIX: História e Literatura em Baudelaire*. Curitiba: UFPR, 2004. 175 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004. Disponível em: <<http://www.poshistoria.ufpr.br/documentos/2004/Marcosantoniodemenezes.pdf>> Acesso em: 25 ago. 2010.

³⁵ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da História. Bauru/SP: EDUSC, 2007, p. 21.

³⁶ Idem.

³⁷ Será analisada neste artigo a visão do pequeno, médio e grande burguês das grandes cidades europeias industriais, já que estão inseridos em todos os pressupostos da formação da família e do individualismo do século XIX. E boa parte da literatura de Poe, que é objeto histórico desse artigo, foi trabalhado tendo como personagens, pessoas desta classe e da aristocracia urbana.

³⁸ Refere-se aqui ao isolamento em dois sentidos. No primeiro, refere-se, por exemplo, ao indivíduo caminhar entre as multidões, estando num ato de extrema introspecção apenas tendo como objetivo se movimentar sem obstáculo e acreditando que os que o circundam têm pouco significado. E segundo, ao isolamento social em espaços públicos, produzido justamente em razão da visibilidade do eu em relação aos outros.

³⁹ SENNETT, Richard. Op. cit., p. 37.

⁴⁰ Ibidem, p. 38.

⁴¹ PERROT, Michelle (org.). Op. cit., p. 395.

⁴² Ibidem, p. 431.

⁴³ Aqui se pode citar a *pudicia vitoriana*, que atuou no modo de se portar, de se relacionar e de se vestir, havendo uma grande repressão de sentimentos e dos corpos.

⁴⁴ Ibidem, p. 185.

⁴⁵ Entende-se por família extensiva uma grande quantidade de filhos e pelo menos duas a três gerações reunidas num mesmo local. E família nuclear aquela em que existe o pai, a mãe e os filhos, sendo que alguns raros casos oportunizam a presença dos avós.

⁴⁶ A histeria traduz a divisão da consciência, a dissociação do eu; é a fratura interna do sujeito. À mulher dessa época, quando não é encurralada até o delírio e o grito para se fazer ouvir, emprega toda a sorte de mal-estares e perturbações, visando atrair a atenção dos que a cercam para seu sofrimento íntimo. *Ibidem*, p. 535.

⁴⁷ Distúrbio de caráter é a preocupação consigo mesmo que impede alguém de entender aquilo que é inerente ao domínio do eu e da autogratificação e aquilo que não lhe é inerente [...] questionamento sobre a relevância das outras pessoas e desses acontecimentos em si mesmos fica obscurecida [...] voraz intromissão nas necessidades do eu e o bloqueio de sua satisfação. Fonte: SENNETT, Richard. Op. cit., p. 21.

⁴⁸ Freud entendia a neurose como o resultado de um conflito entre o *Ego* e o *Id*, ou seja, entre aquilo que o indivíduo é (ou foi) de fato, com aquilo que ele desejaria prazerosamente ser (ou ter sido).

⁴⁹ Tradução: O Corvo, publicado pela primeira vez no *Evening Mirror*, em 29 de janeiro de 1845. Trata-se de um dos trabalhos que colocou Poe no panteão dos poemas imortais. Nele, autor se assemelha muito a sua obra prima, trajava-se sempre de roupas escuras, ou mesmo negras, ao aparecer em salões onde declamava o poema.

⁵⁰ Nessa fase da vida de Poe, recrudescem as brigas entre ele e John Allan, que nunca quis adotá-lo, e ficaria explícito em 1834, ano em que John falece e o nome de Poe nem é mencionado no testamento.

⁵¹ PERRY, Marvin. *Civilização Ocidental: uma história concisa*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, 2ª Ed, p.374.

⁵² Idem.

⁵³ Tradução de Oscar Mendes: O coração denunciador, publicado pela primeira vez no jornal *The pionner* em janeiro 1843.

⁵⁴ Pode ser explicitado tal anseio e construção do poema *O Corvo* no ensaio do próprio Poe, *A filosofia da composição*, publicado pela primeira vez no *Graham's Lady's and Gentlemans Magazine*, em abril de 1846.

⁵⁵ *Nunca mais*, refrão do poema mais famoso de Poe, *O Corvo* (ver nota nº 32). Sobre a técnica de produção dos poemas, Poe escreveu o ensaio *O Verso Racional*, publicado pela primeira vez no *Southern Literary Messenger*, em outubro de 1848.

⁵⁶ Dados retirados do livro: RIBEIRO, José Alcides. *Imprensa e Ficção no Século XIX*: Edgar Allan Poe e a narrativa de Arthur Gordon Pym. São Paulo: Ed. UNESP, 1996.

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ POE, E. A. "Pauling to White". In: Letters Relating to Poe. In: The Complete Works of Edgar Allan Poe, v. XVII. New York: AMS Press, 1965, p. 377. *apud* RIBEIRO, José Alcides. *op. cit.*, p. 125.

⁵⁹ Publicado pela primeira vez no *Burton's Gentleman's Magazine*, em dezembro de 1840, cujo título original é *The Man of the Crowd*. A tradução utilizada é de Oscar Mendes, fonte: POE, Edgar Allan. *op. cit.*, p. 392 - 400.

⁶⁰ *Ibidem*, p. 392.

⁶¹ *Ibidem*, p. 393.

⁶² Portanto não foi por acaso que os romances policiais e de mistério se popularizaram em Londres e Paris, alcançando um grande público. Cada pessoa deveria ser detetive, toda vez que quisessem entender as ruas.

⁶³ *Ibidem*, p. 35.

⁶⁴ *Ibidem*, 395.

⁶⁵ FREUD, Sigmund. "O estranho" (The Uncanny). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Vol. XVII (1917 - 1918). Rio de Janeiro: Imago, 2006, p. 248.

⁶⁶ Ibidem, p. 266.

⁶⁷ Ibidem, p. 268.

⁶⁸ Ibidem, p. 258.

⁶⁹ POE, Edgar Allan. *op. cit.*, p. 392. Tradução: Não se deixa ler.

⁷⁰ Idem. Tradução: É uma grande desgraça não poder estar só (La Bruyère).

Referências

- ALLEN, Hervey. *Israfael: Vida e Época de Edgar Allan Poe*. Porto Alegre: Globo, 1945, 2 vols.
- ARAÚJO, Ricardo. *Edgar Allan Poe: Um Homem em Sua Sombra*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.
- ARENDDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 10ª Ed, 2001.
- BEAVER, Harold. *The Science Fiction of Edgar Allan Poe*. London: Penguin Books, 1976.
- BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas. Vol. III. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BLOOMFIELD, Shelley Costa. *Livro Completo de Edgar Allan Poe: a vida, época e a obra de um gênio atormentado*. São Paulo: Madras, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *As Regras da Arte: Gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade: estudos de Teoria e História Literária*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2008, 10ª Ed.
- CASCO, Ana Carmem Amorim Jara. “Reinventando a Cidade: um diálogo entre Marco Polo e o Imperador”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 29, 2001. Brasília-DF: IPHAN, 2001.
- COELHO, Jacinto do Prado. *Problemática da História Literária*. Lisboa: Ática, 1961.
- CRARY, Jonathan. *Techniques of the Observer: on vision and modernity in the nineteenth century*. Massachusetts: October Books, 1992.
- ELIAS, Nobert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- ELMER, Jonathan. *Reading at the social limit: affect, mass culture & Edgar Allan Poe*. California: Stanford University Press, 1995.

- FERRARA, Lucrecia D'Aléssio. "As Máscaras da Cidade". *Revista da USP*. n.º 5, São Paulo, mar/abr. de 1990. p. 03-10.
- FOYE, Raymond. *Poe Desconhecido*. Porto Alegre: L&PM, 1989.
- FRIEDRICH, Engels. As Grandes Cidades. In: *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1985. p. 35-92.
- FREUD, Sigmund. "O estranho" (The Uncanny). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Vol. XVII (1917 – 1918). Rio de Janeiro: Imago, 2006. p. 237-273.
- GAY, Peter. *Freud for Historians*. New York: Oxford University Press, 1985.
- _____. *O Estilo na História: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- HENDERSON, Willian Otto. *A Revolução Industrial: 1780 – 1914*. São Paulo: Verbo e Ed. USP, 1979.
- JONES, Howard Mumford. *Teoria da História Literária*. Rio de Janeiro: Lidador Ed., 1965.
- KARNAL, Leandro. [et al.]. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2008, 2ª Ed.
- LASCH, Christopher. *O Mínimo Eu: Sobrevivência psíquica em tempos difíceis*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990, 5ª Ed.
- MENEZES, Marcos Antonio de. *Um Flâneur Perdido na Metrópole do Século XIX: História e Literatura em Baudelaire*. Curitiba: UFPR, 2004. 175 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004. Disponível em: <<http://www.poshistoria.ufpr.br/documentos/2004/Marcosantoniode menezes.pdf>> Acesso em: 25 ago. 2010.
- MEYERS, Jeffrey. *Edgar Allan Poe: his life and legacy*. New York: 1st Cooper Square Press, 2000.
- MUMFORD, Lewis. *A cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, 4ª Ed.
- PERRY, Marvin. *Civilização Ocidental: uma história concisa*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, 2ª Ed.
- PERROT, Michelle (org.). *História da Vida Privada 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- PESAVENTO, Sandra Jatthy. *Este mundo verdadeiro das coisas de mentira: entre a arte e a história*. Disponível em: <<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2176>> Acesso em: 27 ago. 2010.

- _____. “Muito além do Espaço: por uma história cultural do urbano”. *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, nº 16, 1955, p. 279-290.
- POE, Edgar Allan. *Ficção Completa, Poesia e Ensaios*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Aguilar, 1997.
- PRUETTE, Lorine. *A Psycho-Analytical Study of Edgar Allan Poe*. Outubro de 1920. Disponível em <www.jstor.org/stable/1413669>. Acesso em: 1 fev. 2010.
- QUINN, Arthur Hobson. *Edgar Allan Poe: A Critical Biography*. New York: The Johns Hopkins University Press, 1998.
- RATNER, Sidney. *The Historian's Approach to Psychology*. Janeiro de 1941. Disponível em <www.jstor.org/stable/2707283>. Acesso em: 1 fev. 2010.
- REMOND, René. *O Século XIX: 1815 – 1914*. São Paulo: Cultrix, 1974.
- RIBEIRO, José Alcides. *Imprensa e Ficção no Século XIX: Edgar Allan Poe e a narrativa de Arthur Gordon Pym*. São Paulo: Ed. UNESP, 1996.
- SCHMIDT, Ivan. *Edgar Allan Poe: Nunca Estive Realmente Louco*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1998.
- SELLERS, Charles; MAY, Henry. *Uma Reavaliação da História dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público: As tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SEVCENKO, Nicolau. “Perfis Urbanos Terríveis Em Edgar Allan Poe”. *Rev. Bras. De Hist.* (da ANPUH), São Paulo, v. 5, nº 8/9, pp. 69 - 83, abr.1985. Disponível em <http://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID_REVISTA_BRASILEIRA=32>. Acesso em: 27 ago. 2010.
- WHITE, Hayden. *Meta-História: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Ed. USP, 1995, 2ª Ed.

Resumo

Neste artigo, analisam-se aspectos do individualismo no século XIX, a partir da obra de Edgar Allan Poe. Levando-se em conta o contexto capitalista e cidadão em que esse individualismo foi afirmado, e ainda o contexto em que o autor transpôs para a arte sua visão desse momento, que alcançou o ápice no seu conto “O Homem das Multidões”.

Palavras-chave: Individualismo; Século XIX; História; Literatura; Edgar Allan Poe

Abstract

In this article we analyze aspects of individualism in the nineteenth century from the works of Edgar Allan Poe. Taking into account the context in which the capitalist city and this individualism has been stated, and also the context in which the author has implemented his vision to the art of this moment, which reached a climax in his short story “The Man of Crowds”.

Key words: Individualism; Nineteenth Century, History, Literature; Edgar Allan Poe

Resumen

En este artículo se analizan los aspectos del individualismo en el siglo XIX de las obras de *Edgar Allan Poe*. Teniendo en cuenta el contexto en el que ha sido la ciudad capitalista y el individualismo de este dicho, y también el contexto en el que el autor ha puesto en práctica su visión del arte de este momento, que alcanzó su punto culminante en su cuento «El hombre de las multitudes.»

Palabras clave: individualismo, del siglo XIX, Historia, Literatura; Edgar Allan Poe

Rubens de Oliveira Martins

Doutor em Sociologia pela UnB. Professor das Faculdades Integradas da UPIS-DF. Gestor Governamental no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

*El viaje a la ficción – el mundo de Juan Carlos Onetti**

***Mario Vargas Llosa.** Buenos Aires: Alfaguara, 2008

Espera-se, habitualmente, que uma resenha verse sobre um livro recém-lançado, para que os potenciais leitores interessados no assunto possam ter a oportunidade de conhecer a opinião de pessoas que se dispuseram a “se aventurar” no desconhecido mundo dos livros novos, seja para evitar o risco de deparar com uma obra medíocre e perder seu tempo, seja para comparar as suas próprias impressões nessa fraternidade universal de leitores da qual, quem está com essa resenha em mão, com certeza, faz parte.

Neste caso, o livro resenhado é uma publicação de 2008, porém, devido aos insondáveis mistérios do mercado editorial brasileiro, ainda não tem tradução em nosso país. E tal ineditismo chama a atenção por mostrar-se duplamente inexplicável: tanto pela importância do autor do livro, Mario Vargas Llosa, o renomado escritor peruano, Prêmio Nobel de Literatura cuja obra tem cativado várias gerações de leitores no Brasil e no mundo, quanto pelo assunto tratado por Vargas Llosa, qual seja, a obra ficcional do escritor uruguaio Juan Carlos Onetti, considerado um dos mestres da literatura latino-americana.

Um primeiro aspecto que denota a excepcionalidade desse livro reside no fato de que Vargas Llosa é conhecido entre nós quase exclusivamente por sua obra de ficção, uma vez que seus livros de cunho ensaístico (como por exemplo *García Márquez: historia de un deicidio* – 1971, *La orgía perpetua: Flaubert y “Madame Bovary”* – 1975, *La verdad de las mentiras: Ensayos sobre la novela moderna* – 1990, *La utopía arcaica. José María Arguedas y las ficciones del indigenismo* – 1996) não contam com traduções no Brasil.

Cabe ressaltar ainda que, desde a década de 1990, Vargas Llosa não publicava um ensaio sobre o tema da própria literatura e, quando decide retomar essa vertente, escolhe um autor que se destaca com uma escolha pessoal da maturidade: Onetti.

Ao longo do livro, é possível encontrar declarações veladas ou explícitas da admiração do autor sobre a obra de Onetti, e suspeitamos que, após esse livro,

Vargas Llosa talvez o incluisse na afirmação, contida no prólogo de 1998 para um de seus maiores sucessos, *Conversa na Catedral* (1968), de que “nenhum outro romance me deu tanto trabalho, por essa razão, se eu tivesse que salvar do fogo somente um dos que escrevi, salvaria este”.

Esse caráter de reconhecimento de um mestre como Vargas Llosa sobre Onetti nos leva a uma segunda reflexão: de que Juan Carlos Onetti (1909-1994) permanece pouco conhecido pelo público brasileiro, ainda que seus livros tenham sido traduzidos e publicados em língua portuguesa desde a década de 80 pela Editora Francisco Alves, e contém com novas edições, em 2009, na comemoração dos 100 anos de nascimento do autor, pela Editora Planeta (que lançou seus romances mais importantes: *O Estaleiro*, *Junta-cadáveres*, *A vida breve* e *O poço/Para uma tumba sem nome*).

Talvez esse desconhecimento se deva ao fato de que a literatura de Onetti não é de fácil assimilação pelo grande público, pois nos coloca frente a um mundo muitas vezes sombrio e sem sentido, no qual os personagens transitam diante de uma vida sem ilusões e sem perspectivas, sufocados por uma atmosfera de resignação, embora ao mesmo tempo seja capaz de seduzir o leitor por sua narrativa envolvente e por sua elevada carga de criatividade, que descortina diante do leitor um universo em que se mesclam diferentes níveis entre a realidade e a ficção, sempre eivados de sensibilidade e de vislumbres de beleza. E esse é o grande mérito que Vargas Llosa destaca em seu livro e que para ele é a marca da genialidade de Onetti como escritor.

A “viagem à ficção” que Vargas Llosa deseja compartilhar com o leitor parte do pressuposto de que a inquietação e o desejo de “viver mais de uma vida” é inerente à natureza humana, assim como o prazer de escutar histórias alheias, que nos transportam a outros lugares, outros mundos e costumes, que nos permitam conhecer outros homens e mulheres, defendendo que a literatura é capaz de “conjurar nossos medos e nos fazer escapar de nossas frustrações, realizar nossos desejos secretos, burlar a velhice e vencer a morte, viver o amor, a piedade, a crueldade e os excessos que nos reclamam os anjos e demônios que trazemos em nós, multiplicando assim nossa vida ao calor do fogo que escapa dessa outra vida, impalpável, encantada e imprescindível que é a ficção” (31).

Mais uma vez a escolha de Onetti se mostra ideal, pois em que outro autor poderíamos encontrar a sensação de estarmos atordoados e enfeitiçados ao caminhar pelas ruas de Santa Maria, cidade criada por Onetti – na verdade criada por um personagem de Onetti, Brausen, em *A vida breve* – na qual, a certo ponto da leitura, já não conseguimos mais distinguir se é fictícia ou real, se quem fala é o

autor ou seu personagem, se o que sentimos é nosso ou emprestado dessas sombras que se materializam nos inesquecíveis doutor Dias Grey, em Brausen, em Larsen, o Junta-cadáveres, no magnífico romance O estaleiro?

O livro de Llosa articula os dados biográficos de Onetti com análises e comentários acerca de sua produção literária, e assim permite, tanto ao leitor iniciado em sua obra quanto ao leitor que pretende conhecê-la, uma reflexão acerca das tramas de suas histórias, de seus personagens – que reaparecem constantemente em vários de seus romances e contos – e uma abordagem próxima à crítica literária que inclui uma análise do significado da obra de Onetti no contexto da literatura latinoamericana. Nesse último ponto, emerge a verve mais crítica do Vargas Llosa como homem político, desencantado com a frequente tendência de nossos países em idealizar utopias e idolatrar o que chama de “redentores messiânicos” (linhagem que vai historicamente desde Fidel Castro até Hugo Chaves, e na qual poderíamos também incluir Lula), e que afirma que essa “disposição catastrófica” para o irracional e o onírico, embora quase sempre desemboque no subdesenvolvimento, paradoxalmente revela também forças poderosas que resultam nas criações literárias com grande carga de imaginação e originalidade. E é exatamente nesse paradoxo que Llosa mais uma vez destaca a obra de Onetti, que a despeito de ser um crítico de qualquer literatura engajada, conseguiu, por meio de seus personagens desiludidos, sem rumo e trágicos, proporcionar um espelho dessa nossa trágica condição latinoamericana, resumida por vezes na apatia e na fuga de si mesmo (167).

Ainda que essa análise política tenha um peso importante na construção do livro, é preciso esclarecer que Vargas Llosa não tem a intenção de produzir um ensaio panfletário, e seu foco mais insistente é na experiência *sui generis* que a literatura permite aos indivíduos: a grande aventura da imaginação, da multiplicação dos pontos de vista, da possibilidade de vivenciar experiências e emoções que revelam a grandiosidade do que há de melhor e também de mais sombrio no ser humano, e que em seu conjunto constituem a grande beleza e o milagre da vida. Dessa forma, o livro de Vargas Llosa confirma que somente a grande literatura de mestres como Onetti é capaz de transcender seu tempo, surpreender a cada nova releitura, tornar-se clássica e imortal.

Normas para os colaboradores

1. Os artigos devem conter em torno de 25 laudas com 30 linhas de 65 toques, aproximadamente 49.000 caracteres.
2. Os originais devem ser encaminhados ao Editor, em disquete, programa Word 7.0 (ou 97), com uma cópia impressa. *Usar apenas formatação padrão.*
3. Os artigos devem estar acompanhados de resumos em português, espanhol e inglês, contendo aproximadamente, cada um, 80 palavras.
4. Em seguida ao nome do autor, devem constar informações sobre a formação e a vinculação institucional, com o máximo de cinco linhas.
5. Notas, referências e bibliografia devem estar de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas e colocadas ao final do artigo.
6. Resenhas devem ter cerca de 75 linhas de 65 toques, ou seja, aproximadamente 4.900 caracteres.

diagramação, arte-final, impressão e acabamento



fores: (61) 3552.4024 3552.2510 fax: (61) 3386.2350
brasilá distrito federal

Site: www.graficainconfidencia.com.br
E-mail: graficainconfidencia@zaz.com.br

